

Mulheres na política

O PCP é o único partido que tem assumido uma postura séria e activa na promoção do necessário aumento da participação das mulheres nos centros de decisão política e na vida do País no Poder Local, na Assembleia da República e a todos os níveis de decisão na estrutura partidária.



■ **Fernanda Mateus**

Pág. 18

Macau

– Triades, lavagens e negócios

A guerra das triades pelo controlo das actividades criminosas de Macau é provavelmente tão-só a ponta do iceberg do que realmente se está jogando no submundo do território.

■ **Carlos Gonçalves** Págs. 20 e 21

Um Tratado manhoso

O Conselho Europeu de Amesterdão não vale só por ter conservado intocados a União Económica e Monetária e o caminho para a Moeda Única (...) Vale também pelo Tratado que aprovou e que consagra novos passos federalistas. Um Tratado cujo alcance não pode nem deve ser subestimado. Não se trata de diabolizar o Tratado, trata-se tão-somente de não cair no logro de o beatificar.

■ **João Amaral** Pág. 19

A Sociedade da Informação e a sobrevivência do capitalismo

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação e de informação aumentou a velocidade e ritmo do mundo contemporâneo. Criou mercados sem fronteiras. Criou mercados virtuais, sem existência física de mercadorias, apenas informação.

■ **Pedro Carvalho** Pág. 25

A EP

Entrada Permanente para a Festa do «Avante!» está à venda

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 3 de Julho de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1231 • Director: Carlos Brito

Comité Central do PCP reclama

Aumento de três mil escudos das pensões de reforma



Consciente de que as baixas reformas são um dos principais factores da pobreza em Portugal, o CC do PCP, reunido no passado sábado para analisar a situação política nacional, reafirmou a exigência de aumento das pensões feita no recente Encontro Nacional do PCP sobre Exclusão Social, Pobreza e Rendimento Mínimo.

Págs. 5 e 6

Governo quer liquidar Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas

– acusam representantes dos trabalhadores em entrevista ao «Avante!»

Centrais

Dissolução da CM da Amadora é manobristo político

Pág. 8



Vitória histórica do povo chinês

O regresso de Hong Kong à China

Pág. 15

EDITORIAL

Traços marcantes

O plenário do Comité Central do PCP, reunido no passado sábado, em Lisboa, usou a expressão «traços marcantes», no comunicado que publicamos na íntegra noutra edição desta edição, para sintetizar a avaliação da acção do Governo PS a que rigorosamente procedeu.

São três esses traços marcantes da governação PS para os quais o CC do PCP chamou especialmente a atenção: a continuidade, a diversão e a propaganda.

A continuidade refere-se, naturalmente, ao prosseguimento das políticas de direita na «obediência cega» a Maastricht, nas privatizações escandalosas, na desresponsabilização do Estado em relação às funções sociais, nas novas formas de exploração dos trabalhadores.

A diversão refere-se, é claro, aos confrontos verbais com o PSD, à forçada dramatização de conflitos com as oposições e à ameaça de forçar eleições antecipadas, tudo com o objectivo essencial de conter a luta e desviar as atenções das suas responsabilidades na falta de solução para os principais problemas do País, especialmente o desemprego e a degradação da situação social de largos estratos da população laboriosa.

A propaganda, finalmente, que é linha de trabalho mais aturado do Governo e que neste momento tem em vista, principalmente, favorecer a posição do PS nas eleições autárquicas do final do ano, com total desrespeito pelo princípio da igualdade de tratamento de todas as candidaturas.

O Comité Central não se limitou evidentemente a avaliar a política do Governo, debruçou-se sobre as grandes questões que dominam ou afectam a vida nacional e definiu ou reafirmou, no comunicado aprovado, as posições do PCP em relação elas.

Trata-se de matérias tão variadas como, nomeadamente: a privatização da EDP, a anunciada reforma fiscal, a revisão da Constituição, a cimeira de Amesterdão, a situação em Timor Leste, a defesa nacional e o alargamento da NATO, o desenvolvimento da luta de massas e o reforço do Partido e da sua influência.

Merecem um especial destaque as razões invocadas por Carlos Carvalhas para, ao apresentar à comunicação social a marcha dos trabalhos do CC, insistir na reclamação dos comunistas de «um aumento intercalar de 3 mil escudos para todas as pensões inferiores ao salário mínimo nacional».

A proposta do PCP tinha sido adiada, há uma semana, no Encontro Nacional do PCP sobre Exclusão, Pobreza e Rendimento Mínimo Garantido, na intervenção de encerramento feita por Edgar Correia, que lembrou na altura que «cerca de 67% das pensões de velhice e 73% das pensões de invalidez eram inferior a 30 contos por mês». Afirmando a seguir que 88% dos «pensionistas dessas modalidades» auferem pensões inferiores a 50 contos.

Ao retomar a reclamação, o Secretário-Geral do PCP sustentou que «é uma medida irrecusável» e «socialmente justa», esclarecendo depois: «Apesar das dívidas que é necessário cobrar, é boa a situação financeira da Segurança Social como tem vindo a público - e um aumento intercalar, com a dimensão proposta, pode ser realizado sem sacrificar algum esforço de capitalização e sem necessidade de qualquer transferência por parte do Orçamento do Estado.»

O ministro Jorge Coelho revelou mais uma vez a sua apurada «consciência social» ao recusar liminarmente, no seu discurso de Beja, a proposta dos comunistas de aumento intercalar

das pensões mais baixas e acusando o Secretário-Geral do PCP e «demagógico e irresponsável».

Alegou o ministro PS, para dizer não à justa aspiração dos reformados e pensionistas mais pobres, com os milhões (exagerados) que ela custaria no aumento da despesa pública e com fingidas preocupações sobre as futuras reformas dos actuais trabalhadores, mas pensando realmente na cega obediência às exigências dos critérios de Maastricht e na corrida para a moeda única.

Como mais uma vez se demonstra, para o actual Governo do PS o «euro» é mais importante que as pessoas, neste caso mais importante que os reformados e pensionistas.

Nem o nível incrivelmente baixo das pensões mais pequenas, que atrás recordámos, os impressiona!

Disto é que os reformados e pensionistas não se devem esquecer quando ouvirem a propaganda demagógica do Governo e devem, ao mesmo tempo, lançar a luta por um aumento intercalar das pensões, que é justo e irrecusável.

Revestem a maior importância os alertas lançados pelo CC do PCP em relação a duas matérias que estão especialmente em foco nestes dias: a chamada reforma fiscal e a revisão da Constituição.

Em relação à chamada reforma fiscal, que melhor se chamaria barafunda fiscal, o PCP censura «a atitude do Governo de não concretização das suas promessas eleitorais e de permanente adiamento de soluções para combater a profunda injustiça do sistema fiscal» e previne para a possibilidade de o Governo estar a gerir a sua política de impostos com os olhos postos no calendário eleitoral, agravando a carga fiscal até 1998, para no ano eleitoral de 1999 se apresentar com algumas medidas eleitoralistas de eventual desagramento fiscal.

Factos e posições vindas entretanto a público dão plena razão à posição assumida pelos comunistas e confirmam essa clamorosa injustiça que é a da carga fiscal ser, no essencial, suportada no nosso país pelos rendimentos do trabalho.

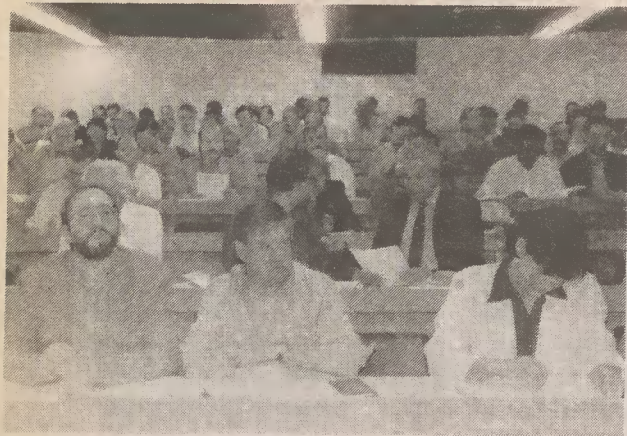
Ao cabo de dois anos de exercício, o Governo do PS, tão comprometido com o grande capital, não mostra coragem para pôr cobro a tão vergonhosa situação, que testemunha como a autoridade do Estado é uma balela quando estão em causa os grandes interesses.

Em relação à revisão da Constituição, o CC do PCP, depois de chamar a atenção para o elenco das gravosas alterações já apuradas na Comissão Eventual, na concretização do acordo PS-PSD e até para além dele, alerta para a circunstância de o PS tentar agora «com o apoio do PP, substituir os trabalhos de revisão constitucional, com ponderação das propostas apresentadas, por pouco mais do que uma mera votação apressada, sem o devido debate e o necessário rigor, de modo a impor a aprovação da lei de revisão até ao fim de Julho.»

Os últimos acontecimentos confirmam e agravam estes alertas, com as notícias de que também o PSD já teria aderido, o que não é de espantar, à revisão a todo o vapor.

Assim, o PS e o seu Governo não se contentaram em fazer um acordo de revisão com o PSD em que cederam ao essencial das velhas reivindicações da direita. Querem agora que o debate no plenário da Assembleia da República, onde verdadeiramente a revisão vai ser feita, seja tão fulminante que o País não possa aperceber-se das posições em confronto, nem das divergências existentes dentro do PS, nem dos perigos que se adensam sobre o seu futuro.

É contra o conteúdo e a forma desta revisão que o PCP e o seu Grupo Parlamentar estão em luta.



Reunião do Comité Central, no sábado

RESUMO

25
Quarta-feira

A Assembleia da República debate os projectos de lei do PCP e d'Os Verdes sobre as uniões de facto ■ David Alex, chefe da Resistência Timorense, é capturado e assassinado pelos soldados indonésios, nos arredores de Bacau ■ Um atentado bombista contra um comboio faz 40 feridos, na Argélia ■ O comandante Jacques-Yves Cousteau falece aos 87 anos, em Paris, vítima de doença prolongada.

26
Quinta-feira

Carlos Carvalhas almoça a bordo do «Albacora» com candidatos e eleitos nos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, Assembleia Metropolitana e dirigentes do PCP e da CDU ■ Um comerciante português emigrado no Brasil, Armando Tavares, é assassinado no Rio de Janeiro ■ A ONU pede ao MPLA e à UNITA provas dos alegados confrontos no norte e leste de Angola ■ Os partidários do antigo presidente do Congo, Sassou Nguesso, afirmam ter ocupado o aeroporto de Brazzaville ■ A coligação do governo turco demissionário critica a nomeação do novo primeiro-ministro e pede ao presidente que indigite para chefe do executivo a ex-primeira-ministra e ex-ministra dos Negócios Estrangeiros, Tançu Ciller.

27
Sexta-feira

Carlos Carvalhas desloca-se a Coimbra para participar na iniciativa da CDU «A Esquerda é uma Festa» e janta na Figueira da Foz ■ Jornalistas da RDP manifestam-se contra «a prepotência da administração» ■ Um sismo de grau cinco atinge as ilhas de São Miguel, Terceira e São Jorge, no arquipélago dos Açores, sem provocar vítimas ■ Cerca de 30 pessoas são massacradas na Argélia por integralistas islamitas ■ Quase cem países comprometem-se a banir dos seus arsenais as minas pessoais, numa conferência internacional que termina em Bruxelas.

28
Sábado

O Comité Central do PCP reúne em Lisboa ■ Realiza-se a III Assembleia da Organização Conclhia de Matosinhos do PCP ■ Na Rússia, uma bomba colocada num comboio mata cinco pessoas ■ A administração da Re-

nault confirma o encerramento da fábrica de Vilvorde, nos arredores de Bruxelas, Bélgica ■ Mais de 30 mil israelitas saem à rua para exigir a demissão do primeiro-ministro e do seu executivo.

29
Domingo

Carlos Carvalhas participa num almoço-convívio organizado pela CDU da Azambuja ■ A Direcção Nacional da JCP reúne-se em Lisboa ■ Na Albânia, realizam-se as eleições legislativas antecipadas e um referendo sobre a continuação ou não da república no país ■ Para comemorar o Dia Internacional «Gay», milhares de homossexuais desfilam em várias cidades europeias.

30
Segunda-feira

O PCP apresenta na AR um projecto de lei de proibição do financiamento dos partidos políticos por empresas... ■ ... e mostra-se favorável ao alargamento do prazo imposto pelo Governo para a aplicação da lei das Sociedades Desportivas ■ Hong Kong deixa de ser uma colónia britânica e torna-se uma região administrativa especial da China ■ O presidente turco aprova o governo de Mesut Yilmaz ■ Vários responsáveis políticos albaneses com responsabilidades governativas, próximos do presidente Sali Berisha, abandonam o país após a vitória eleitoral dos socialistas.

1
Terça-feira

Relatório das Nações Unidas revela que Portugal foi o país do mundo onde as emissões de dióxido de carbono mais aumentaram entre 1990 e 1995 ■ Entra em vigor o novo sistema de abonos familiares ■ PS e PSD chegam a acordo sobre os calendários da votação da revisão constitucional em plenário; o PCP discorda do processo e admite, em «retaliação», votar contra a proposta de lei sobre finanças locais do Governo ■ Manifestação em Pequim assinala regresso de Hong Kong à China; o Presidente Jiang Zemin apela a Taiwan para seguir o exemplo ■ São libertados Ortega Lara e Cosme Delclaux, sequestrados pela ETA durante 532 dias e 232 dias, respectivamente ■ A Coreia do Norte aceita participar em negociações quadripartidas com vista à pacificação da península coreana ■ Morre o actor norte-americano Robert Mitchum, de 79 anos.

Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOST

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Saco Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Saco Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex: 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapalá Nova
Capa Rosa — Linhó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Li. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heka Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Facciosa fúria cor-de-rosa

As autárquicas que se efectuam no final do ano, mas que já estão a ser activamente preparadas, são as primeiras eleições nacionais que se realizam depois do regresso do PS ao Governo.

Há doze anos que não se verificava um processo eleitoral desta importância com o PS a desempenhar responsabilidades governativas.

Bastava esta circunstância para se esperar da parte do PS no Governo a correcção dos abusos e dos atropelos de toda a ordem de que justamente acusou os governos do PSD durante todos esses anos em que esteve na oposição.

Mas seria até legítimo esperar que o PS, agora que é de novo poder, caprichasse no cumprimento das exigências constitucionais e legais em matéria de imparcialidade e de isenção.

Esperanças baldadas! A falta de escrúpulos e a sofreguidão facciosa de que os governantes PS estão a dar mostras não ficam nada a dever às que criticaram na governação PSD.

É a propaganda mais desbragada para favorecer as candidaturas do PS através do corrupio pelo país do primeiro-ministro, dos ministros e dos secretários de Estado prometendo milhões e em alguns casos distribuindo

do cheques, directamente ou por intermédio dos governadores civis, para tentar arrematar votações favoráveis.

É guerra declarada ou silenciosa às autárquias CDU através de inquéritos, inspecções, sindicâncias promovidas pelo poder central e das intromissões das CCRs e dos governadores civis.

É a instrumentalização dos canais públicos da televisão na promoção das candidaturas PS em condições de flagrante desigualdade com as de outros partidos.

Ficará na história como um dos mais vesgos e odiosos abusos do poder a participação do Ministro das Finanças ao Ministério Público para obter a dissolução da Câmara da Amadora, a pretexto de atrasos na aprovação dos planos e orçamentos de 1994 e 1995. Isto a seis meses das eleições e quando se sabe que participações por atrasos idênticos podiam ser feitas em relação a praticamente a todas os municípios do país e, nomeadamente, a várias câmaras PS cujos os exemplos são bem conhecidos e têm sido nomeados - Sintra, Gaia, Porto, Faro, Covilhã, etc.

Ao «Estado laranja» sucede assim a facciosa fúria cor-de-rosa.

A suprema obscenidade política desta fúria foi cometida pelo ministro Jorge Coelho, na apresentação do candidato do PS à câmara de Beja.

O destacado governante permitiu-se acusar as autárquias CDU de serem «aparelhos de guerrilha contra o Governo» ao mesmo tempo que exaltava a excelente colaboração com o Governo que é assegurada pelas autárquias PS.

Mas então, o Governo é que diz quem são os bons e os maus partidos para as autárquias?! Com quem colabora e com quem não quer colaborar?! Qualquer dia arroga-se, como o Salazar, a nomeação dos presidentes das câmaras.

O ministro Coelho ouviu aquele discurso provocatório ao Torres Couto, em Almada, e pelos vistos ainda não percebeu que, mesmo assim, há diferenças entre os candidatos e o Governo.

O Governo e os seus membros estão obrigados pela Constituição e a lei a garantir a igualdade das candidaturas e a democraticidade das eleições.

Se são capazes de as fazer livres e justas...

■ Carlos Brito

Senhor Ministro das Finanças

Excelência:

Talvez, por força do Destino e, sem dúvida, por efeito de certas práticas governativas de V. Ex.^a, vejo-me forçado a escrever-lhe mais uma vez. Como certamente (não) se recorda, a primeira carta que lhe dirigi teve origem no inesquecível aval concedido por V. Ex.^a à sua amada UGT que adiou o afogamento da dita senhora. As razões desta segunda carta prendem-se com uma atitude de V. Ex.^a, a qual, embora com intenções opostas às do aval no que respeita aos alvos da sua intervenção, se insere na linha de sentido único que circula no espaço doentio e obsessivo onde nascem e crescem as preocupações de V. Ex.^a Refiro-me, naturalmente, à operação visando o afogamento da Câmara da Amadora. Quero eu dizer cá na minha que, seja em que situação for, V. Ex.^a jamais perde o fio da sua meada: salvou do afogamento fatal a sua adorada UGT pelas mesmas razões que pretende matar por afogamento a por si odiada Câmara da Amadora. Pela simples razão de que a UGT é a UGT e a Câmara da Amadora é de maioria CDU.

Dizem os factos que o Ministério Público, a pedido de V. Ex.^a, acionou uma proposta de dissolução da Câmara e da perda de mandatos do Presidente e de todos os vereadores como castigo por terem ultrapassado prazos estipulados por lei para aprovação de Orçamento e Planos de Actividades. É verdade que tais atrasos se verificaram. Mas, é verdade também que, como V. Ex.^a sabe, se passaram situações idênticas em dezenas de outras Câmaras por esse país fora - nomeadamente, e para não irmos mais longe, ali em Sintra, ou, se quisermos ir mais longe, no Porto e em Gondomar. Assim sendo, porquê o fogo cerrado contra a Câmara da Amadora e o silêncio contemplativo face às Câmaras que vivem a mesmíssima situação? Compadrio? Amiguismo? Partidarite? Anticomunismo primário? Ódio vesgo? - escolha V. Ex.^a o carapuço que melhor lhe aprouver e não hesite em enfiá-lo até aos pés.

É verdade também que, como V. Ex.^a deverá saber, a razão essencial dos atrasos ocorridos na Amadora é diferente da que gerou os atrasos na generalidade das outras Câmaras.

Os atrasos na Amadora residem no facto de a CDU, que dispõe de uma maioria relativa no Executivo, procurar através do diálogo o consenso entre os eleitos das diversas forças políticas em torno de dois diplomas com aquela importância. Ora, como V. Ex.^a infelizmente não sabe, a procura de consensos é sempre trabalhosa e por vezes demorada e obriga a um esforço grande de diálogo. De verdadeiro diálogo, obviamente, e não da mascarada de diálogo com que o governo de que V. Ex.^a faz parte insulta a inteligência dos portugueses. De diálogo que exige esforços e sensibilidades capazes de colocar os interesses da comunidade acima dos interesses estritamente partidários; de diálogo que implica a procura de acordos e consensos através da discussão responsável, adulta, lúcida; de diálogo que procura a superação de naturais divergências político-partidárias e a construção das convergências que melhor servem os interesses das populações; de diálogo democrático, enfim.

O «crime» dos autarcas da Amadora foi o de não terem concluído esse diálogo democrático nos prazos estabelecidos.

V. Ex.^a não acusa a Câmara da Amadora de fraude, de vigarice, de corrupção: acusa-a de práticas democráticas no exercício do poder; V. Ex.^a não acusa o Presidente e os vereadores de irregularidades e falcatruas: acusa-os de, partindo de inevitáveis divergências, terem alcançado as desejáveis convergências.

V. Ex.^a não acusa a Câmara e os autarcas amadorenses de práticas antidemocráticas: acusa-os de «criminosas» e exemplares práticas democráticas.

Por tudo isto, sou levado a crer que V. Ex.^a não possui estatura política nem democrática para desempenhar qualquer cargo público e deve, por isso, aos portugueses vários meses de demissão do cargo que ocupa.

Com a consideração que a V. Ex.^a merece.

■ José Casanova

ÁFRICA
Turbulência
e Libertação

Para onde vai a África? Qual o significado profundo da turbulência social e política - com rebeliões de militares, revoltas populares, confrontos armados - que hoje percorre quase todos os países da África central subsaariana?

Uma teoria muito em voga vê em tudo isto o longo braço dos EUA movimentando os seus peões contra uma França desacreditada e enfraquecida e uma União Europeia privada de uma efectiva política externa e de segurança comum. Se as forças dirigidas por Kabila puderam em poucos meses chegar a Kinshasa foi porque, apesar do esbracejar de gente como Emma Bonino, os EUA impediram uma oportuna e fulminante operação de "intervenção humanitária" no Zaire Oriental. E se agora no Congo-Brazzaville, na Serra Leoa, na República Centro-Africana alastra a onda de contestação é uma boa medida porque os EUA, subitamente acordados para a importância económica e geoestratégica da África Central estão a pôr em prática a sua "nova política africana". Tudo se resumiria afinal a um mero jogo de xadrez com as grandes potências a desenvolver as suas jogadas por cima das grandes contradições socioeconómicas e à margem da luta de classes.

Sim, os propósitos de hegemonia mundial dos EUA também se afirmam claramente em África. O périplo africano de W. Christopher em Outubro de 1996 já tinha deitado por terra as elucubrações que afirmavam terem-se os EUA "desinteressado de África" e o anúncio recente da chamada "parceria afro-americana para o crescimento" confirma a ambição dominadora planetária dos EUA. Sim, a guerra económica entre as grandes potências é uma realidade que condiciona fortemente a luta libertadora dos povos, incitados a mudar simplesmente o opressor e não a abolir a opressão. É, porém, óbvio que as convulsões sociais e políticas que aí estão têm raízes bem mais profundas.

A grande vaga nacional libertadora dos anos 60 abalou profundamente os alicerces do imperialismo. Com o apoio solidário da URSS e outros países socialistas e a influência ideológica do marxismo-leninismo, houve muitos países que procuraram romper com o sistema dominante de relações capitalistas tentando vias inéditas de desenvolvimento progressista. Em finais dos anos 70, estava na ordem do dia das agendas da ONU, do Movimento dos Não Alinhados, da OUA, o "controlo do poder das multinacionais", a instauração de "uma nova ordem económica internacional", a criação de uma "nova ordem de informação" e muitas outras medidas e orientações de carácter progressista. Não é hoje essa a situação por múltiplas razões, umas que conhecemos bem e outras que é necessário desvendar. O colonialismo deu lugar ao neo-colonialismo. A independência política foi esvaziada de conteúdo nacional por uma base económica assente no domínio das transnacionais, enleada nos mecanismos da OCDE, do FMI e do Banco Mundial, sujeita à impiedosa imposição de programas de "ajustamento estrutural" e à sangria da dívida externa. Em numerosos casos, o poder político, conquistado à custa de uma epopeia de lutas e heroísmo populares, separou-se das massas, burocratizou-se, corrompeu-se, tornou-se correia de transmissão do centro imperialista.

Amensa tragédia que percorre praticamente todo o continente africano é filha desta dura realidade. Como o são, no essencial, as rebeliões de militares, os conflitos armados e as revoltas populares que fazem de grande parte do continente africano um dramático mosaico de situações de instabilidade e crise a que só profundas transformações económico-sociais no interesse das grandes massas poderão pôr termo. Quando e como, ninguém está em condições de o dizer. O que é certo e seguro é que as próprias massas populares acabarão por forjar, como o fizeram nos anos das revoluções anticoloniais, as forças que as conduzirão a uma segunda vaga de libertação com conteúdo não apenas "nacional", mas profundamente social. É certamente por isso que o imperialismo se prepara - com o activo concurso do governo português de Guterres e Gama - para estender à África os mecanismos agressivos da própria NATO. Lutar contra um tal desígnio é no momento actual uma importante forma de solidariedade para com os povos que em África procuram "levantar-se do chão".

■ Albano Nunes



Foto: Sérgio Morais

Distâncias

Não vá ele morder...

SEMANA

Números preocupantes da Sida em Portugal

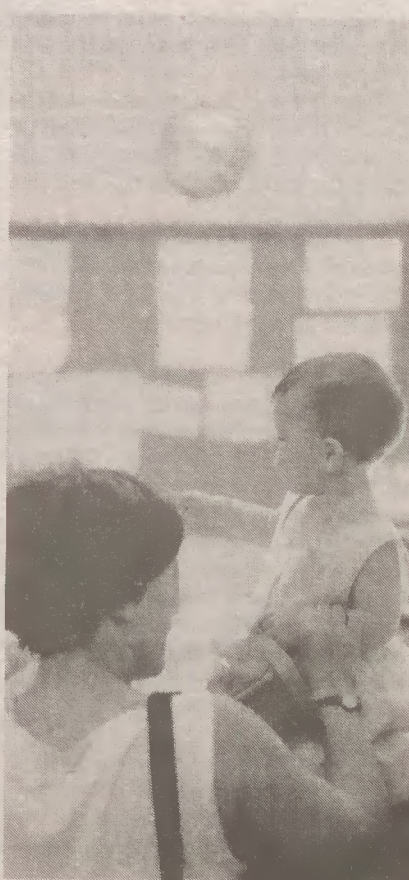
Portugal corre o risco de, daqui a três anos, ser o país da União Europeia com maior crescimento de vítimas da sida, afirmou o presidente da Fundação das Comunidades Contra a Sida, Machado Caetano, no II Fórum da Cooperação e Solidariedade, organizado pela Assistência Médica Internacional (AMI).

Segundo Machado Caetano, esta evolução não seria tão dramática se, no início dos anos 80, tivesse sido elaborado um plano de combate nacional que prevísse esta situação, o que não aconteceu.

"O nosso investimento devia ser na educação das crianças, uma área onde não investimos", acusou, sublinhando ainda que Portugal é "recordista de crescimento de toxicodependentes com sida e de presos infectados com o vírus".

No que diz respeito aos doentes, que afirma continuarem a ser vítimas de discriminação, este médico defende um "urgente plano de ajuda nacional para convergir todos os esforços".

De acordo com os dados mais recentes, foram já detectados 4232 casos de sida em Portugal, desde 1983. Mas o número de infectados (portadores do vírus) pode ser seis a sete vezes superior, ascendendo assim a mais de 25 mil.



Sismo nos Açores

O sismo de grau cinco que, na madrugada de sexta-feira, atingiu as ilhas de São Miguel, Terceira e São Jorge, nos Açores, registou depois centenas de réplicas, provocando a apreensão entre as populações, lembradas das dramáticas consequências do sismo de 1980.

O sismo teve o seu epicentro no Banco D. João de Castro, localizado numa falha, com um sistema vulcânico associado, entre a Terceira e São Miguel, e correspondeu ao pico de uma crise sísmica.

O último sismo registado nos Açores, em 1 de Janeiro de 1980 (7,3 na escala de Richter), causou 61 mortos e a destruição de milhares de casas nas ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge.

A morte do guerrilheiro

Manifestantes desfilaram domingo passado frente à embaixada de Jacarta em Camberra, Austrália, com slogans de protesto pela morte do guerrilheiro timorense David Alex e queimando bandeiras indonésias.

Na semana passada, as autoridades indonésias anunciaram a captura e depois a morte de David Alex, dirigente da guerrilha timorense.

Agio Pereira, dirigente de uma associação humanitária de Timor-Leste, afirma que Alex terá morrido na sequência de intensos interrogatórios e torturas. Os militares indonésios têm naturalmente uma versão diversa e dizem que Alex morreu no hospital, depois de ter sido capturado e ferido num tiroteio.

"O governo australiano deve pedir à Indonésia que deixe a Cruz Vermelha Internacional investigar livremente as circunstâncias em que ocorreu essa morte", defende o activista dos direitos humanos, que considera ainda que deve ser aberta, o mais depressa possível, em Dili, uma missão dos direitos humanos da ONU, para verificar a situação em Timor-Leste.



Cimeira da Terra

Cinco anos depois do Rio de Janeiro, a II Cimeira da Terra, que terminou em Nova Iorque na madrugada de dia 28 de Junho, foi incapaz de chegar a acordo para uma declaração política final. Os representantes de cerca de 160 países presentes na Cimeira limitaram-se a aprovar um programa de acção que actualiza parcialmente a "Agenda 21".

A Cimeira nem sequer avançou quaisquer medidas concretas para lutar contra o sobreaquecimento do planeta - o que era considerado como um dos seus principais objectivos.

Não se conseguiu qualquer acordo sobre o financiamento da ajuda ao desenvolvimento, que continua a ser um dos obstáculos essenciais a uma gestão durável do ambiente a nível mundial.

A Cimeira também não conseguiu um acordo (entretanto considerado "urgente") para a protecção das florestas.

Um dos raros consensos obtidos diz respeito à elaboração de um programa de protecção das fontes de água doce,

mas sem financiamento específico.

Uma situação já denunciada pela generalidade dos movimentos e associações ecologistas e que o presidente da Assembleia-Geral das Nações Unidas, Razali Ismail, considerou, numa conferência de imprensa, como resultado da "ausência de vontade política".

No que respeita à grave questão das alterações climáticas, a Cimeira reconheceu ser este "um dos grandes desafios com que o mundo será confrontado no próximo século". Mas, apesar de existir um *largo consenso* sobre "a necessidade de adoptar restrições juridicamente obrigatórias, realistas e equilibradas para os países industrializados, que resultem em reduções significativas de gás com efeito de estufa", não se chegou a qualquer acordo e mesmo as metas adoptadas na Cimeira do Rio acabaram por ser retiradas.

Entre os grandes opositores ao estabelecimento de metas concretas, destacam-se os Estados Unidos.

As estatísticas do desemprego

O desemprego oficial baixou. Mas as percentagens e números, entretanto divulgados, revelam, segundo os dados do inquérito ao desemprego do Instituto Nacional de Estatística, uma realidade bem menos optimista.

O emprego cresceu sobretudo à custa de

trabalho independente ou sem vínculo permanente, e sem absorver os desempregados na mesma proporção. O crescimento de empregos com contrato permanente apenas beneficiou homens.

Dos cerca de 89 mil empregos registados, apenas um terço

foi ocupado por desempregados. Os restantes dois terços correspondem a um grupo anteriormente considerado "inactivo", que veio entretanto engrossar a população que procura trabalho. Neste mesmo período diminuíram as oportunidades para aqueles que

têm entre 25 e 49 anos e que representam quase 60 por cento dos empregados.

Regista-se uma subida do número de empregados isolados, dois terços dos quais são mulheres.

O aumento continuado do emprego na agricultura poderá camuflar situações de

desemprego - como é considerado nomeadamente por um documento comunitário, que refere uma subavaliação do desemprego e a existência de desemprego escondidos, citando o caso dos dados oficiais sobre o emprego na agricultura.



FRASES

“A “moeda única” é, como o nome voluntariamente indica, o símbolo do “pensamento único” na Europa. E o que diz este? Que o euro há-de ser aquilo que o Bundesbank decidiu.”

(Manuel Villaverde Cabral - «Diário de Notícias», 30.06.97)

“Destes dirigentes PS regressados ao poder se pode dizer o que Talleland desabafou sobre os desesperados revanchistas monárquicos regressados a França vinte anos após a Revolução: “Ils n’ont rien appris, ni rien oublié.”

(Ruben de Carvalho, «A Golphada» - «A Capital», 01.07.97)

“Portugal está no pelotão da frente, quer em relação aos mais altos níveis de pobreza e analfabetismo, quer em relação aos mais baixos salários, reformas e prestações sociais.”

(Carlos Carvalhas, em conferência de imprensa após a reunião do CC do PCP, citado em «Público», 29.07.97)

“(a inspecção das Finanças à Câmara da Amadora) é um pequeno acto vingativo do Ministério das Finanças para o PS poder ganhar as eleições na secretaria.”

Carlos Carvalhas, em Coimbra, citado em «Público», 29.06.97)

“(…) a esquerda de Lionel Jospin é a esquerda dos ricos, é a esquerda dos sistemas sociais que Portugal nunca chegará a ter ou sequer a sonhar com eles.”

(António Pinto Leite - «Expresso-Revista», 28.06.97)

“Pacheco Pereira soube sempre ver “o que estava a dar” e também “sabe cheirar bem a onda baixa”. É um autêntico “peixe do rio”.”

(Pedro Baptista - «O Independente», 27.06.97)

“António Guterres é um perigo para a direita.”

(António Lobo Xavier - «Diário de Notícias», 29.06.97)

“Marcelo é uma espécie de malabarista.”

(José António Saraiva, «Política Portuguesa» - «Expresso», 28.06.97)

“(Ferreira do Amaral) não passa de um queque de Cascais armado ao pingarelho. Ele que espere pelas eleições.”

(João Soares, citado em «Semanário», 28.06.97)

“O Benfica não precisa de recorrer à banca para contratar jogadores.”

(Manuel Damásio - «A Bola», 29.06.97)

“Sinto-me enganado!”

(Manuel Monteiro, citado em «Público», 30.06.97)

Reunião do Comité Central do PCP

Prosseguir a luta Preparar as Autárquicas

O Comité Central do PCP reuniu no dia 28 tendo procedido à avaliação da situação política e social e ao desenvolvimento da actividade do Partido. Entre os temas que concitaram a atenção dos camaradas presentes destaque para a preparação das eleições autárquicas e para o reforço do trabalho de direcção e de organização partidárias. Num dos intervalos da reunião foram dadas a conhecer pelo Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, em conferência de imprensa, algumas das linhas essenciais das matérias em debate. No final dos trabalhos foi divulgado o comunicado que a seguir transcrevemos:



1. O Comité Central, na avaliação da situação política e em particular da acção do Governo, entende sublinhar que sobressaem como traços marcantes os elementos de continuidade de políticas anteriores, o desenvolvimento de manobras de diversão política e uma intensa campanha de propaganda.

Continuidade na política de marcha forçada para a moeda única e de obediência cega à dogmática de Maastricht. Continuidade na política escandalosa de privatizações, que atinge sectores e empresas estratégicas, nomeadamente da energia e telecomunicações, e áreas da Administração Pública e dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, reforçando o poder económico do grande capital nacional associado ao capital estrangeiro e o seu domínio sobre o poder político. Continuidade na política de desresponsabilização do Estado em relação às funções sociais e de privatização dessas áreas (educação pré-escolar e ensino superior, projecto de alteração do estatuto jurídico do hospital, livro branco para a reforma privatizadora e liquidadora de direitos da Segurança Social). Continuidade na imposição de novas formas de exploração dos trabalhadores.

Através do desenvolvimento de manobras de diversão e de dramatização artificial da vida política, nomeadamente com o recurso à ameaça da antecipação de eleições, e a gritaria com o PSD, o Governo do PS procura descentrar a atenção do país da não solução e do agravamento dos principais problemas económicos e sociais, apresentando-se numa atitude de "vítima", de modo a iludir as suas responsabilidades, as suas concordâncias no essencial com a política do PSD e a condicionar e a dificultar as expressões críticas da sua política.

A intensa campanha política e propagandística conduzida pelo Governo para favorecer o PS nomeadamente, nas eleições autárquicas, constitui o regresso às práticas dos anteriores governos do PSD. São as operações mediáticas e o recurso a caríssimas operações publicitárias para propagandear os "méritos" da acção governativa. É o "corropio" nacional de ministros e secretários de Estado, para a apresentação das mais variadas promessas. É e a intromis-

são dos governadores civis na esfera política local, a utilização de sacos azuis e a multiplicação de benesses com intuídos eleitorais. São as CCR.s atrasando projectos e adiando outros em função de objectivos eleitoralistas do PS.

O Comité Central considera que a "farsa política" das eleições antecipadas em que se vê envolvido o PS e o PSD, a política-espectáculo, o desfiguramento do regime democrático, as propostas de carácter autoritário e limitador de direitos e as práticas de atropelos à ética política, têm semeado a frustração, a indignação e o desinteresse da vida política em muitos cidadãos e exige uma pronta denúncia e um pronto combate.

2. O Comité Central salienta que, no âmbito económico, prossegue a propaganda de uma economia virtual que não tem tradução real no desenvolvimento do país, nem na vida quotidiana dos portugueses em relação ao emprego, aos salários, aos preços e às perspectivas de futuro.

Dois factos recentes são igualmente paradigmáticos da política económica do Governo.

Na privatização da EDP, um serviço público básico e essencial, demonstrando o mais profundo fundamentalismo neoliberal, o objectivo do Governo do PS de favorecer interesses privados à custa do erário público, subavaliando o preço de venda da EDP de tal forma que, 24 horas depois, as acções privatizadas se viram revalorizadas em 50%, gerando imediatos lucros de dezenas de milhões de contos para algumas instituições financeiras.

No anúncio de uma "revolução fiscal" que, para já e no essencial, se fica por um arrazoado genérico de declarações de intenções, a atitude do Governo de não concretização das suas promessas eleitorais e de permanente adiamento de soluções para combater a profunda injustiça do sistema fiscal, indiciador de que o Governo do PS está empenhado em jogar com os períodos eleitorais, agravando a carga fiscal até 1998, para no ano eleitoral de 1999 se apresentar com algumas medidas eleitoralistas de eventual desagregamento fiscal.

Entretanto assiste-se à tentativa do Governo de aumentar as receitas fiscais sem olhar a meios, como está a verificar-se com a exigência aos pequenos retalhistas e prestadores de serviços, de antecipação de pagamento do IVA. Aliás as múltiplas contradições em que se meteu impõem que o Governo dê públicas e claras explicações sobre as suas próprias responsabilidades neste processo.

3. O Comité Central chama a atenção do povo português e de todos os democratas para o que o PS e o PSD têm vindo, no quadro da Comissão Eventual de Revisão Constitucional, a executar o vergo-

nhoso acordo que estabeleceram à margem da Assembleia da República, da CERC e do seu funcionamento.

As alterações apuradas na CERC, na sequência do acordo PS/PSD, enfraquecem gravemente as garantias de democraticidade da eleição do Presidente da República e da Assembleia da República; visam favorecer uma bipolarização artificial do sistema partidário através da possibilidade da consagração dos círculos uninominais e da redução do número de deputados; atentam contra a democraticidade e pluralismo das câmaras municipais, abrindo caminho à mudança da sua forma de eleição e ao pluralismo da sua composição; remetem aspectos essenciais do regime democrático para leis ordinárias ulteriores a aprovar pelo PS/PSD, esvaziando, assim, o sentido essencial de uma lei fundamental. A execução do acordo já levou igualmente a aprovar na CERC os "serviços mínimos" em termos que podem restringir o direito à greve; a enfraquecer as garantias constitucionais da existência de um sector público da economia; a impedir o referendo sobre a moeda única; a criar dificuldades à instituição das regiões administrativas.

Os trabalhos, entretanto, levam a novas alterações lesivas não previstas nos acordos do PS/PSD. É o caso da criação da possibilidade de o Presidente da República dirigir mensagens às Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira, como instrumento (que se acrescenta a outros que constam do acordo PS/PSD) de lesar a unidade do Estado e aproximar o seu estatuto do que caracteriza os Estados federados. É o caso igualmente da degradação do estatuto constitucional do Banco de Portugal.

O PS tenta agora, com o apoio do PP, substituir os trabalhos de revisão constitucional, com ponderação das propostas apresentadas, por pouco mais do que mera uma votação apressada, sem o devido debate e o necessário rigor, de modo a impor a aprovação da lei de revisão até ao fim de Julho. A Assembleia da República seria, assim, uma mera Câmara de registo dos acordos do PS com o PSD estabelecidos no exterior, com grave amputação dos direitos dos partidos da oposição e do debate democrático. O PP, que não participa frequentemente nos trabalhos de revisão, vem apoiar uma vez mais a amputação do debate e ponderação democrática.

O Comité Central do PCP renova o seu apelo para que os trabalhadores e o povo, e os democratas em geral, se empenhem na defesa da Constituição e em combater a revisão acordada e que tem vindo a ser executada pelo PS/PSD.

4. O Comité Central do PCP considera que a última Cimeira da União Europeia em Amesterdão não avançou com nenhuma medida concreta em

PCP reclama Aumento de três mil escudos das pensões

O aumento intercalar de três mil escudos para todas as pensões inferiores ao salário mínimo nacional, a entrar em vigor no próximo dia 1 de Julho, constitui uma das medidas reclamadas pelo PCP para minorar a difícil situação em que vivem os cidadãos com baixas reformas. O que vivem os cidadãos com baixas reformas. O anúncio foi feito pelo Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, na conferência de imprensa convocada para dar a conhecer as principais matérias em debate na reunião do Comité Central. Nos fundamentos da proposta, segundo a explicação do dirigente comunista, está o facto as baixas reformas, a par do desemprego, serem reconhecidamente os "principais factores da pobreza em Portugal", a que acresce a circunstância de o baixo consumo ser simultaneamente um "factor de restrição do mercado interno".

A conjugação dos "mais altos níveis de pobreza e de analfabetismo" com os "mais baixos salários, reformas e prestações sociais" é responsável, aliás, no entender de Carvalho, pela posição de Portugal no "pelotão da frente"

- "este é que é infelizmente o pelotão da frente", sublinhou -, tornando por conseguinte este aumento irrecusável na medida em que "não há outra forma de atenuar a situação de pobreza de tantos pensionistas".

Trata-se ainda de uma medida "socialmente justa", assinalou, uma vez que o seu impacto será "tanto maior quanto mais degradadas forem as pensões", não podendo igualmente ignorar-se os seus efeitos positivos enquanto factor de estímulo ao consumo interno e à dinamização económica.

Entendendo que a concretização desta medida depende apenas da vontade política do Governo, Carvalho frisou ainda que a situação financeira da Segurança Social "é boa", apesar das dívidas que é necessário cobrar, pelo que um "aumento intercalar, com a dimensão proposta, pode ser realizado sem sacrificar algum esforço de capitalização e sem necessidade de qualquer transferência suplementar por parte do Orçamento do Estado".

Reunião do Comité Central do PCP

relação ao combate ao desemprego, embora tivesse sido obrigada a debater a União Monetária e o Pacto de Estabilidade, ao contrário do que ainda em Maio garantia o 1º Ministro português.

A aprovação sem qualquer alteração do Pacto de Estabilidade pela Cimeira, que obrigará a médio prazo a que os saldos dos Orçamentos de Estado se situem próximos do equilíbrio ou excedentários, vai traduzir-se por mais austeridade, mais dificuldades em impulsionar a actividade económica e em mais desemprego.

O Governo PS, que continua a colocar o Euro antes das pessoas e do seu bem-estar, deve esclarecer a opinião pública sobre as condições que o país vai ter para combater o desemprego e desenvolver-se com um "Euro" que será uma moeda mais forte (cara) do que o escudo, reduzindo a competitividade dos nossos produtos, numa altura em que com os acordos do GATT (OMC) haverá uma acrescida liberalização do comércio quer na Europa quer no nosso mercado.

Também a inclusão da situação especial das regiões ultraperiféricas no Tratado, sendo positiva, não deve eludir o facto de não estarem indicados os meios financeiros que a sustentam.

Há que salientar ainda que, embora as decisões da Cimeira tivessem ficado muito aquém do que desejavam os federalistas, alguns passos foram dados na comunitarização da política externa e de Schengen.

O Comité Central entende que há que continuar a combater as políticas de Maastricht, prosseguir a luta, nomeadamente pelo referendo sobre a moeda única, e a cooperação com outras forças progressistas e da esquerda por um outro rumo na integração europeia.

5. O Comité Central analisou a situação em Timor Leste, nomeadamente a escalada da brutal repressão praticada pelas tropas ocupantes indonésias que conduziu ao assassinato do dirigente da resistência David «Daitula» Alex. Considerou igualmente as informações tornadas públicas sobre a evolução das conversações que tiveram lugar sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU, entre o Governo português, enquanto potência administrante do território, e o Governo de Jacarta.

Condenando energeticamente a criminoso acção do Exército indonésio e manifestando a sua activa solidariedade com a luta heróica do povo maubere, o Comité Central do PCP renova a sua posição de que a solução para a situação de Timor Oriental só pode ser encontrada com a activa presença dos representantes da resistência, na base das decisões das

Nações Unidas e do reconhecimento integral do direito do povo timorense à autodeterminação e à independência.

6. O Comité Central considera que a política para a defesa nacional do Governo PS é altamente lesiva dos interesses nacionais e contrária a uma política de paz e cooperação e amizade com todos os povos. Na linha dos governos anteriores, mantém Portugal amarrado a opções decididas nos círculos belicistas dos EUA e da NATO, quer no que toca ao papel das Forças Armadas, quer na política de reequipamento, quer no que respeita à natureza das suas missões. Trata-se de opções que, dando prioridade a intervenções militares no plano externo, não só não acautelam capazmente as necessidades nacionais de defesa, como acarretam elevados custos políticos e económicos para o nosso país.

O projectado alargamento da NATO, de que o Governo português se tem feito um dos maiores defensores e arautos, constitui uma grave decisão que acentua o poderio militar e a hegemonia americana no continente europeu e que, pela sua natureza militarista, ao invés de diminuir tensões e conflitos, conduz a uma nova e perigosa escalada contra a soberania dos povos, dentro e fora da Europa.

O Comité Central do PCP pronuncia-se contra o alargamento da NATO e reclama e exige do Governo que, em nome e em defesa do interesse nacional que lhe cumpre assegurar, infligida a sua política no sentido do não envolvimento de Portugal na estratégia agressiva do imperialismo, antes dando uma contribuição activa para a dissolução de todos os blocos militares.

7. O Comité Central analisou o desenvolvimento da luta de massas, tendo concluído que se alarga a frente social de resistência e combate a uma política que fere cada vez mais amplos sectores da sociedade. São de destacar as lutas dos trabalhadores ferroviários, dos mineiros de Aljustrel, dos trabalhadores da Grundig-Blaupunkt, dos trabalhadores com vínculos precários da administração pública e dos enfermeiros.

A luta pela redução do horário de trabalho, que se prolonga há já vários meses com grande combatividade, com particular destaque para os têxteis do Vale do Ave, que há sete meses sustentam uma das mais importantes lutas sociais, constitui um marco importante no desenvolvimento da luta de massas.

A fúria privatizadora do Governo conta com uma crescente oposição e luta dos trabalhadores.

A par da luta dos trabalhadores, tem igualmente importante significado a luta dos agricultores, dos pescadores, dos estudantes e dos reformados e pen-

sionistas, bem como a luta dos agentes da PSP pelo sindicalismo policial e por um novo modelo de polícia para Portugal, com as características de um verdadeiro serviço público consagrado à garantia da segurança interna e dos direitos dos cidadãos.

Também no seio das Forças Armadas se registam movimentações, nomeadamente nos Sargentos.

Entretanto, o Comité Central conclui que, apesar dos aspectos positivos verificados no desenvolvimento da acção de massas, se torna indispensável, face à gravidade da política de direita, ampliar as lutas de massas a todas as camadas vítimas da política de direita, fazendo-as convergir na exigência de uma verdadeira política democrática.

8. O Comité Central analisou o estado de preparação das eleições autárquicas. O PCP continua a trabalhar intensamente, no quadro da CDU, para um êxito nas eleições.

As listas e os candidatos da CDU apresentados por todo o País correspondem, em geral, aos objectivos que têm vindo a ser definidos e resultam em muitos casos de um debate alargado.

O Comité Central salienta igualmente a importância da elaboração aberta e participada dos programas eleitorais que se tem vindo a desenvolver em vários municípios e renova o apelo para o empenhamento de todos os militantes e activistas nesta grande batalha política.

O PS, entretanto, prossegue e acentua a demagogia e o abuso de poder e a instrumentalização do aparelho administrativo do Estado. São conhecidas as acções inaceitáveis de membros do Governo, Comissões de Coordenação Regional, governadores civis, inspecções, inquéritos e sindicâncias, de carácter marcadamente eleitoralista.

Aos múltiplos comportamentos intoleráveis, soma-se agora a participação, feita pelo Governo ao Ministério Público, de atrasos na aprovação do Plano de Actividades e Orçamento da Amadora relativos aos anos de 1995 e 1996, para efeitos de interpor uma acção de dissolução da Câmara Municipal. É mais um passo no caminho do abuso de poder e mais uma tentativa de instrumentalizar o aparelho de Estado ao serviço dos interesses partidários do PS. Este facto é particularmente evidente se se tiver em conta que a inspecção realizada à Câmara da Amadora provou não existir culpa dos eleitos municipais e



concluiu o seu trabalho com elogios à própria Câmara. Por outro lado, há muitos outros municípios em que se registaram idênticas situações e em que não foi adoptado pelo Governo este tipo de procedimento. É, por exemplo, o caso de Sintra, Gaia, Porto, Faro, Covilhã, Maia, Gondomar, entre outros.

Este conjunto de comportamentos é intolerável, revela falta de escrúpulos e tem que ser denunciado e firmemente combatido como um atentado à igualdade de oportunidades das candidaturas e à democraticidade das eleições.

O Comité Central apela para que todos os militantes e activistas prossigam e aprofundem o esforço para travar com êxito esta grande batalha política.

9. O Comité Central tomou conhecimento das medidas tomadas para que, em conformidade com orientações e decisões do XV Congresso, se reforcem as estruturas de apoio ao trabalho da Direcção Central do Partido e a sua capacidade de intervenção política.

O Partido dá mostras de uma grande dinâmica, expressa em numerosas iniciativas, na empenhada e confiante militância de número significativo de membros e na qualificada intervenção em diferentes áreas da vida nacional.

O reforço da organização do PCP e da sua influência política e eleitoral torna-se indispensável não só para combater a política de direita e defender os interesses dos trabalhadores, mas igualmente para que se possa abrir caminho a uma real alternativa política de esquerda, a qual não se concretizará sem a participação do PCP.

No quadro das tarefas imediatas, de entre as quais avulta a preparação das eleições autárquicas, o Comité Central apela a um esforço empenhado de todas as organizações no sentido de se prosseguir o recrutamento de novos membros para o Partido e para se concretizar com êxito a Campanha dos 200 000 contos e a Festa do Avante que terá lugar nos dias 5, 6 e 7 de Setembro.

PCP na Suíça

Lutar e intervir em defesa da comunidade portuguesa

O Organismo de Direcção Nacional (ODN) do PCP, na Suíça, recentemente reunido em Neuchâtel, para analisar a situação dos nossos compatriotas naquele país, criticou a ausência de resposta do Governo do PS aos problemas da comunidade, manifestando particular preocupação pelo crescente aumento do número de desempregados no seio da emigração portuguesa.

No final da reunião, em comunicado, o ODN destaca que o número de desempregados situa-se actualmente em cerca de 9000, o que representa 11% do total da emigração portuguesa activa - estimada em 85 mil -, sendo esta uma das percentagens mais elevadas entre as comunidades estrangeiras na Suíça.

Esta situação é tanto mais preocupante, tendo em conta as alterações à lei suíça sobre o desemprego que entrou em vigor no início deste ano. Alterações que vêm prejudicar todos os trabalhadores, independentemente da sua nacionalidade, através de um novo regime de subsídios diários e da redução das indemnizações.

Pronunciando-se sobre a manifestação do passado dia 28 de Maio, em Berna, promovida pelo movimento sindical no quadro da jornada europeia pelo emprego, que contou com uma expressiva participação de trabalhadores portugueses, o ODN sublinha que "é na luta e na acção comum entre todos os trabalhadores, nacionais e estrangeiros, que será possível travar os ataques aos direitos sociais adquiridos pelos trabalhadores ao longo de muitos anos de luta, assim como alcançar melhores condições de vida".

Comentadas pelo ODN foram, noutro plano, as promessas e a acção desenvolvida pelo

Governo português com vista à resolução dos problemas que afectam a comunidade portuguesa. Depois de recordar a deslocação em Dezembro de 1996 do Secretário de Estado, José Lello, à Suíça - em que anunciou com pompa e circunstância a sua vontade de ouvir os portugueses, falar dos seus problemas, tendo-se mesmo comprometido a trabalhar para a resolução dos mesmos -, o ODN afirma que "passados mais de 6 meses, os problemas continuam por resolver ou agravaram-se:

- A situação dos temporários é cada vez mais precária. Os períodos de contratação são reduzidos, dificultando, por um lado, a obtenção de uma autorização de estadia mais prolongada, e, por outro lado, o reagrupamento familiar;

- continuam a verificar-se grandes atrasos na resposta por parte da Caixa Nacional de Pensões em Portugal, aos pedidos de informação sobre os tempos

de desconto feitos no nosso país pelos emigrantes que por essa razão são penalizados;

- a legislação em matéria de legalização de automóveis continua a penalizar os trabalhadores temporários que pagam o imposto automóvel na Suíça, no acto da compra, e voltam a pagar esse imposto em Portugal quando da legalização;

- é cada vez mais necessário e urgente a reposição do serviço social e jurídico nos consulados, tendo em conta que um cada vez maior número de portugueses são vítimas da exclusão social e do desemprego, em resultado da crise económica e social que a Suíça atravessa.

Tal como com o Governo do PSD o Governo do PS faz muitas promessas mas continua a adiar a tomada de medidas concretas para a resolução dos problemas da comunidade portuguesa na Suíça".

Saudado pelo ODN foi ainda a vitória alcançada pela lista A "Em Defesa dos Emigrantes",

para o Conselho das Comunidades, ao eleger 2 dos 3 lugares atribuídos à Suíça. "Foi a vitória de uma lista unitária - salienta o comunicado - que juntou homens e mulheres com provas dadas na luta em defesa da comunidade portuguesa, quer seja no movimento sindical, quer seja no movimento associativo. Homens e mulheres independentes ou com afinidades políticas e partidárias diferentes mas que souberam construir um projecto em torno do qual se candidataram privilegiando a acção em defesa dos emigrantes".

Ainda sobre esta matéria o ODN "constata e lamenta que a grande dispersão de votos pelas 9 listas concorrentes - a Suíça foi o país da Europa que apresentou o maior número de listas - acabasse por beneficiar a eleição de Manuel de Melo candidato pela lista do PS. E lamentamos por duas razões:

- Pelo comportamento, que firmemente condenamos, tido

por esta lista durante o período anterior à eleição, sobejamente conhecido e oportunamente denunciado por várias listas.

- Pela partidarização que o PS fez deste acto eleitoral, dando mostras de ter uma concepção não correspondente à lei que criou o CCP.

"Mas a situação tornou-se ainda mais grave - acrescentam os comunistas portugueses residentes na Suíça - quando já depois das eleições o Sr. Manuel de Melo, utilizando o título de Presidente da Federação do PS, se dirigiu a entidades Suíças num acto de denúncia de compatriotas seus pelo facto de terem opiniões políticas diferentes das suas, reivindicando para si os apoios que no seu entender foram atribuídos a outros. Trata-se de comportamentos que nos trazem à memória os métodos da PIDE antes do 25 de Abril em Portugal, numa clara manifestação de total ausência de cultura democrática".

Carlos Carvalhas com candidatos da CDU

Os habitantes da AML só terão a ganhar com o reforço do PCP e da CDU

Trabalhar para garantir uma melhor resposta aos problemas da região, eis, em síntese, o projecto que anima os candidatos da CDU à presidência das Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa. No passado dia 26, em passeio de barco no estuário do Tejo, com a presença de cerca de seis dezenas de candidatos aos órgãos autárquicos da AML, essa mesma vontade foi reiterada pelos presentes. Contando com a presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, que interveio no final, esta iniciativa foi presidida por Daniel Branco e José Manuel Maia. O presidente da Junta Metropolitana de Lisboa destacou na intervenção de abertura o facto de «estarmos a viver um momento em que há muitos investimentos na AML», mas em relação ao qual, alertou, «existe uma situação paradoxal: estes investimentos estão a ser feitos sem a existência de um plano de orientação integrada que permita vir a tirar o melhor partido da situação». Daniel Branco chamou ainda a atenção para a circunstância de «cada entidade trabalhar individualmente e de per si».

Intervindo na ocasião, Carlos Carvalhas começou por observar que «de há muito que os problemas das áreas metropolitanas constituem motivo de estudo, reflexão e debate. Assim é um pouco por toda a Europa e pelo Mundo, e também no nosso país.

«É pois natural que o PCP e a CDU manifestem também uma particular atenção ao tema em geral e mais particularmente à Área Metropolitana de Lisboa. De há muito que com seriedade e rigor procuramos debater esta questão», referiu o Secretário-geral recordando a realização de numerosas iniciativas - das quais destacou o seminário "AML, década de 90" realizado em 1989 e "Viver na cidade - a gestão urbana na década de 90" realizado em 1993.

Salientando que «o continuado esforço de aprofundamento e conhecimento da realidade e a intervenção concreta realizada pelas autarquias de maioria CDU nesta região dão consistência e credibilidade à nossa intervenção», Carlos Carvalhas quis deixar colocadas algumas ideias e adiantadas algumas linhas de intervenção e de orientação política necessárias aos objectivos prosseguidos».

Elevar as condições de vida

«Uma política que não atenua e pelo contrário acentua profundas assimetrias regionais tem necessariamente como consequências, por um lado, a desertificação do interior do País, e por outro, a acumulação de pessoas nas áreas metropolitanas, vivendo tantas vezes um quotidiano duro, com demoras deslocações, carências enormes no plano da habitação, fenómenos de marginalidade e exclusão social, antiga e nova pobreza tantas vezes disfarçada.

O resultado está à vista. Ao mesmo tempo que muito do interior vai envelhecendo e desertificando e que se consolidam desequilíbrios profundos no país, também estes se projectam na própria área metropolitana. Centenas de milhares de trabalhadores, em geral os que maiores dificuldades enfrentam, foram expulsos das suas terras e obrigados a migrar para o Litoral e para as áreas metropolitanas.

É indispensável uma política que reequilibre a Área Metropolitana de Lisboa e reequilibre o País. As políticas até hoje seguidas, independentemente das palavras e intenções, não estão à altura das necessidades existentes.

Uma política que tenha como centro a elevação das condições de vida e o bem-estar das populações, não pode deixar de prestar a maior atenção aos problemas da AML e de quem nela vive e trabalha.

Esta razão seria suficiente para o cuidado e atenção postos pelo PCP na análise e definição das políticas necessárias.

Razão ainda acrescida pelo facto de ao nível autárquico o PCP ser a força mais influente na região, assumindo a presidência da larga maioria dos municípios e da Junta e Assembleia Metropolitana.

Este facto confere-lhe, natural e compreensivelmente, uma redobrada responsabilidade ao nível autárquico e nas possibilidades de acção que estão ao alcance das autarquias.

CAMARADAS FALECIDOS

Rui Coutinho

Faleceu no passado dia 23 de Junho, em consequência de um acidente de viação, o camarada Rui Lordelo Teixeira Andrade Coutinho. Pertencia à Comissão de Ilha de Sta. Maria do PCP, tendo sido candidato aos órgãos autárquicos daquela ilha pela CDU. Com 38 anos de idade, Rui Coutinho exercia a profissão de controlador de tráfego aéreo no Centro de Controlo Oceânico, por cuja localização em Santa Maria tanto se bateu.

Augusto Nunes

Faleceu, com 73 anos, o camarada Augusto da Costa Nunes, natural e residente na freguesia da

Candelária, Ilha do Pico. Membro do Partido desde 1977, pertencia à Comissão de Freguesia da Candelária.

João Faustino

Faleceu, no passado dia 4 de Junho, com 53 anos, o camarada João Faustino, natural de Cercal do Alentejo. Membro do Partido desde 1983, era actualmente membro da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém e da direcção da Cooperativa de Habitação "Vontade do Povo".

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo do "Avante!" manifesta sentidas condolências.

A obra da CDU

«Foi o trabalho de municípios, em particular de maioria CDU, que permitiu dar vida própria a municípios de área metropolitana, no plano cultural, recreativo e desportivo, rejeitando o seu destino de periferia e construindo novas centralidades. São vários os indicadores que, ao nível das competências municipais, expressam a superioridade dos resultados obtidos relativamente a outras regiões do País. Refira-se, como exemplo, o caso das redes de infra-estruturas básicas, onde as taxas de cobertura na AML se aproximam da plena satisfação ou os níveis da rede de equipamentos culturais e desportivos, da oferta e fruição cultural, dos novos espaços verdes, da ocupação de tempos livres, da conservação do património, da melhoria do ambiente urbano.

Mas os problemas, quer pela sua dimensão, quer pela sua natureza, exigem uma actuação séria e uma responsabilização profunda do Governo e Administração Central e a manutenção de apoios comunitários.

A melhoria da qualidade de vida e superação dos principais problemas da AML exige uma política económica, financeira e social radicalmente diferente e que se invertam os factores que estiveram na sua origem, designadamente o crescimento desordenado do País, com a permanente litoralização da população. Dar qualidade e funcionalidade à vida na AML exige determinação política e a afectação de meios indispensáveis. A elaboração e gestão do próximo Plano de Desenvolvimento Regional com base no qual será negociado o próximo Quadro Comunitário de Apoio constitui um elemento de indiscutível importância na prossecução desse objectivo. Torna-se indispensável assegurar atempadamente as medidas que eliminem o acentuado défice de esclarecimento, informação e participação que se registou com o actual Quadro Comunitário de Apoio.

Apesar do investimento em curso na AML, a realidade evidencia a necessidade de o prosseguir. O PCP tudo fará para que se verifique a convergência de todos os eleitos e das populações, bem como das forças políticas no sentido da luta para garantia da anunciada reestruturação dos Fundos Comunitários resultantes do alargamento da União Europeia, não resulte a exclusão desta região do acesso aos fundos necessários à concretização do conjunto de investimentos ainda em falta.

O PCP e a CDU empenhar-se-ão nesse sentido, nas autarquias, na Assembleia da República e do Parlamento Europeu como se baterá pela concretização de um Programa correspondente à Área Metropolitana de Lisboa que integre o conjunto dos fundos (estruturais, sectoriais e de coesão), com uma intervenção decisiva da Região Metropolitana ou da Junta Metropolitana, se aquela não existir, na sua elaboração e gestão, articulado com as restantes fontes de financiamento da Administração Central e Local.

Prioridade ao planeamento

«Uma ajustada política metropolitana deve dar prioridade aos domínios do planeamento e ordenamento do território, do saneamento básico, dos transportes e rede viária, da habitação e equipamentos, da qualidade do ambiente urbano e das zonas ribeirinhas, da segurança e tranquilidade das populações e da sua integração social e cultural.

São de considerar de acordo com estes objectivos:

- a concretização de uma rede metropolitana de sistemas de saneamento no domínio dos resíduos sólidos e águas residuais, de acordo com o estudo realizado pela Área Metropolitana e entregue à Administração Central;

- a valorização e preservação ambiental dos estuários, das áreas protegidas e de outras zonas do património natural;



Seis dezenas de candidatos da CDU juntaram-se num passeio no Tejo para debater os problemas da AML.

- a conclusão da rede rodoviária metropolitana;
- a adopção de uma política de investimentos no sistema de transportes públicos de acordo com a prioridade que lhe deve ser atribuída no domínio da mobilidade entre as quais se destacam a concretização do lançamento do Metro Sul do Tejo e do corredor de Odivelas;
- a adopção de medidas que visem garantir o direito à mobilidade das populações das quais se destaca a iniciativa legislativa apresentada pelo PCP de alargamento das coroas na utilização do passe social intermodal;

- a afectação dos indispensáveis meios e recursos do Estado que viabilizem uma política de habitação integrada que vise a eliminação das barracas, a reabilitação do parque habitacional degradado e a reconversão e recuperação das extensas zonas de loteamento clandestino. Reitera-se neste quadro as propostas apresentadas pelo PCP no âmbito do PER e da criação de um programa específico da Administração Central nos programas de reconversão de loteamentos de génese ilegal.

Uma política democrática tem de prestar uma aturada e sistemática atenção à vida na Área Metropolitana. Uma política que devolva à vida social a dimensão urbana que permita o reencontro dos cidadãos com a rua e o espaço público, que lhes proporcione o acesso à cultura e aos espaços de lazer; que melhore a imagem urbana e que inverta o processo de degradação ambiental.

É de acordo com esta concepção e objectivos que os candidatos do PCP e da CDU na Área Metropolitana de Lisboa prosseguirão a sua intervenção e actividade.

Os habitantes da Área Metropolitana de Lisboa só terão a ganhar com o reforço do PCP e da CDU pelo seu projecto humanista, pelo seu empenho na transformação social, pela sua obra, trabalho, criatividade e experiência».

Debates sobre Lisboa

DORL aguarda resposta

Passado um mês após ter aceite participar num ciclo de debates entre as várias forças políticas sobre os problemas do distrito de Lisboa, a DORL continua a aguardar o contacto de Jorge Coelho, coordenador da FAUL do PS, para concretizar aquela proposta.

Em nota à imprensa, os comunistas de Lisboa observam que «face à forma sonante como o PS lançou a proposta, com forte exploração da comunicação social, era legítimo esperar maior empenho na definição conjugada da fórmula e calendário dos debates a promover».

A DORL do PCP reafirma a sua «disponibilidade para debater com as restantes forças políticas quer as questões autárquicas e a gestão municipal, quer a incidência da política governamental nas acti-

Piquenique em Thun, Suíça

No passado domingo, 22 de Junho, a organização dos emigrantes comunistas em Thun realizou um piquenique no magnífico espaço natural na ilha de Thun que contou com a participação de 50 pessoas. Para além do fado a animação contou com o alegre contributo do grupo musical de camaradas emigrantes de Briteiros (Guimarães) onde também participa um alentejano. A par das bandeiras vermelhas do PCP, o convívio e a sã camaradagem marcaram este primeiro piquenique promovido pela organização local do Partido.

«Esquerda é uma festa» anima Coimbra

«A Esquerda é uma Festa» reuniu na noite da passada sexta-feira várias centenas de pessoas no idílico Jardim da Sereia, em Coimbra, confirmando o sucesso desta já tradicional iniciativa desde há três anos organizada pela CDU de Coimbra. A Festa, este ano, foi aproveitada para anunciar oficialmente as candidaturas da Coligação à Câmara e à Assembleia Municipais de Coimbra nas próximas eleições autárquicas, momento político que contou com a participação do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Quando, pelas 11 da noite, foi chamado ao palco o professor catedrático António Avelãs Nunes, mandatário concelhio de Coimbra da CDU, já as centenas de pessoas que enchiam o recinto do Jardim da Sereia reservado à Festa tinham jantado ou petiscado nas instalações reservadas para o efeito, enquanto assistiam às actuações dos diversos grupos que levaram ao palco muita da nossa música popular. Pelo meio dava-se uma vista de olhos aos vários expositores, onde imperavam os livros e o artesanato, ou fruía-se, simplesmente, a noite agradável num jardim magnífico e por dentro de uma Festa cuja característica essencial era o animado convívio. Obviamente, tudo continuou após o momento de apresentação de candidatos.

O Professor Doutor Jorge Alarcão que, como independente, encabeça a lista da CDU à Assembleia Municipal de Coimbra, usou em primeiro lugar da palavra para defender «uma Assembleia mais interventiva, em que livremente se exponham ideias e projectos, de cujo confronto se gerem, por consenso e não por simples maioria, planos directores, linhas de actuação prioritárias», reivindicando que «no campo da cultura as forças mais intervenientes e mais escl-

recidas estão do lado da esquerda», exigindo que seja «ouvida na definição de planos e chamada a colaborar na sua execução».

Jorge Gouveia Monteiro, licenciado em Direito e cabeça

frente do importantíssimo SMTUC um proprietário de uma empresa concorrente? Vocês querem continuar com uma maioria que aprisionou o Poder Local nos órgãos e, o que é pior, já só leva à discussão o que está decidido entre os da mesma cor?»

Respondendo às suas próprias perguntas com as respostas da CDU e da esquerda a estes e outros problemas, Gouveia Monteiro afirmou que «o melhor contributo que cada um pode dar é apoiar a construção de uma mudança pela esquerda, é dar mais força à CDU e às nossas propostas, é votar na CDU».

prego» através da manipulação de números e a limpeza de ficheiros, concluindo que «somos a força da esquerda, somos nós a grande força de transformação».

São os seguintes, os nomes apresentados pela CDU nas listas de Coimbra: Câmara Municipal: Jorge Gouveia Monteiro, Álvaro Rodrigues, Jorge Seabra, Maria Esmeralda Cardoso, António Moreira, Mário Nogueira, Luís Carlos Silva, Carlos Ferreira, Maria José Santos, Vergílio Caseiro, Maria Ana Judas, Vítor Pais, José Carlos Viana, Carlos Preces, Ivone Teles, Euclides Costa, António Tejo, José Seco Lopes



de lista da CDU à Câmara Municipal de Coimbra, zurziu, no discurso seguinte, a gestão PS do município, levantando questões como que se seguem: «Vocês reconhecem-se numa gestão camarária onde à mesa da decisão pesam mais os interesses e os lucros dos grupos de pressão económica do que o interesse dos moradores? Vocês admitem ter à

Carlos Carvalhas encerrou esta sessão de apresentação de candidatos com um breve discurso de improviso, onde criticou duramente a política do Governo de António Guterres, nomeadamente as suas «promessas mandadas às urtigas», os seus louvores a uma «economia virtual» cega à crise que alastra por todo o lado, o seu «combate ao desem-

e Susana Soares; Assembleia Municipal: Jorge Alarcão, Beatriz Rosa, João Santos Cardoso, Carlos Fraião, António Pinto Morais, João Pinto Ângelo, Ângelo Alves, Arlindo Moreira Jorge, Fernando Gomes, Ricardo Stricker, Nuno Rilo, Armando dos Anjos Torrinha, Manuel Pires Rocha e Marly Antunes.

Amadora Dissolução da Câmara é atitude manobrista

Reagindo à anunciada intenção do Ministério Público de dissolver a Câmara Municipal da Amadora, a Comissão Concelhia da Amadora do PCP afirma que esta decisão «revela uma duplicidade de critérios inaceitável em democracia».

Em causa está o relatório da Inspecção Geral de Finanças sobre a CM, em que, apesar de registar a não aprovação em tempo útil do plano e orçamento de 1994 e 1995, elogia o funcionamento camarário e o comportamento do seu presidente, o comunista Orlando de Almeida. A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal aprovaram por unanimidade duas respostas à inspecção justificando os atrasos, sem que o Ministério Público ficasse satisfeito.

Perante estas duas posições, o Tribunal Administrativo terá de dar razão a uma delas. Orlando de Almeida recebeu dezenas de mensagens de solidariedade de anónimos e personalidade de todos os quadrantes políticos. O presidente da Associação de Municípios Portugueses, Mário de Almeida, já se disponibilizou para testemunhar durante o processo.

«Porque se acciona a Câmara da Amadora, mas não se faz o mesmo com as Câmaras do Porto, Sintra, Covilhã, Gondomar ou Maia, que nos últimos anos também não aprovaram no prazo da lei os planos e orçamentos?», questionam os comunistas. Esta irregularidade é muito frequente e nunca nenhuma CM foi dissolvida por isso. A lei prevê inclusivamente esta situação, dizendo que nestes casos a autarquia deve ser gerida de acordo com o orçamento do ano anterior.

Para o presidente da CM, esta é uma pena «exagerada» e «desproporcionada» para um problema genérico. Trata-se de uma «irregularidade formal», com a qual «se ganha em democracia o que se perde em funcionalidade», acrescentou Orlando de Almeida, numa conferência de imprensa realizada na passada sexta-feira.

«Esta situação é tanto mais incompreensível quando acontece a seis meses do acto eleitoral de Dezembro, no ano em que a

Câmara aprovou no prazo legal o plano e o orçamento», afirmou Carlos Chaparro, responsável da Concelhia da Amadora. «O PS demonstra com esta atitude manobrista o receio do confronto democrático, da avaliação do trabalho realizado, do mérito dos eleitos, dos candidatos e das propostas programáticas», acrescentou Chaparro.

Os comunistas da Amadora consideram que, com esta acção, o PS visa lançar sobre a CDU «a calúnia de “cometerem irregularidades”» e, ao mesmo tempo, «arrumar os problemas e divisões internas em que está mergulhado, saneando administrativamente todos os actuais vereadores e abrindo assim caminho à limpeza interna anunciada pelo candidato Joaquim Raposo».

Entretanto, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um requerimento dirigido ao Governo, questionando sobre quais os critérios utilizados na participação ao Ministério Público do caso da Amadora e não dos restantes. Os deputados perguntam também o que levou o executivo «a participar na véspera de eleições factos relativos aos anos de 1994 e 1995 e que já não se verificaram nos anos seguintes».

Festa da CDU celebra passagem de Queluz a cidade

Mais de duas mil pessoas participaram na Festa da CDU realizada na passada sexta-feira em Queluz para celebrar a subida a Cidade, bem como a criação das novas freguesias de Monte Abraão e Massamá. Na iniciativa, intervieram Sérgio Soares, candidato à Junta de Queluz, Lino Paulo, candidato à presidência da CM de Sintra, e José Casanova, da Comissão Política do PCP. Sublinhando que só a vitória da CDU permitirá resolver os problemas do concelho, os oradores fizeram duras críticas à gestão do PS: «viveu a falar de cultura, mas nem isso fez. Que o diga a população de Queluz que não viu nenhum dos seus problemas resolvidos. Nem espaços verdes, nem higiene, nem acessibilidades e tão-pouco cultura ou desporto. O património continua a degradar-se; o jardim dos candeeiros continua um matagal e sair e entrar em Queluz continua a ser um sufoco», afirmou Sérgio Morais. As críticas à gestão socialista foram igualmente a tónica da intervenção de Lino Paulo: «Foram quatro anos perdidos na Câmara». José Casanova salientou «a experiência, o conhecimento, capacidade, a dedicação dos eleitos e candidatos da CDU. As suas provas dadas são a garantia para transformar Sintra num concelho onde dê gosto viver. Sintra precisa de uma gestão CDU».

Novas Freguesias em Évora

O concelho de Évora viu recentemente criadas as novas freguesias do Babelo, Horta das Figueiras, Nossa Senhora da Saúde e Malagueira. Para PCP e CDU esta reorganização da cidade de Évora, que surge na sequência de um proposta que há muito vinham elaborando, constitui factor de desenvolvimento uma vez que permitem uma maior e melhor ligação com os vários órgãos autárquicos e contribuem para uma maior transferência de verbas para o Município de Évora.

SAMS de Cascais favorecem empresa de construção

Carlos Rabaçal, cabeça de lista da CDU à CM de Cascais, requereu uma inspecção com carácter de urgência aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do concelho, a fim de apurar a legalidade das deliberações do respectivo conselho de administração.

Segundo Carlos Rabaçal, os SMAS de Cascais decidiram cobrar à empresa GUIA - Sociedade de Construções e Turismo os consumos de água no 2º escalão, não se sendo aplicado o 3º escalão.

O Conselho de Administração decidiu ainda perdoar os juros de mora dos consumos de água de Agosto e Setembro de 1994 que, por não terem sido pagos atempadamente, já se encontravam em situação de execução fiscal.

Por outro lado, a Câmara de Cascais tem permitido que a GUIA proteja a entrega das suas infra-estruturas, sendo-lhe facultado a isenção do pagamento das taxas de saneamento e das taxas de resíduos sólidos que qualquer município tem de pagar e nem as entidades estatais estão isentas.

O candidato da CDU quer que seja verificada a legalidade destas decisões as quais podem constituir uma forma de favorecimento àquela empresa construtora.

Autarcas em Estrasburgo

A convite dos deputados do PCP, um grupo de autarcas eleitos nas listas CDU esteve em Estrasburgo durante a Sessão Plenária de Junho do Parlamento Europeu. Além da informação sobre o funcionamento do PE e sobre os trabalhos que os deputados do PCP aí desenvolvem, o grupo teve oportunidade de reunir com o presidente da Comissão Parlamentar da Política Regional, o espanhol Arias Cañete, com quem trocou impressões sobre os fundos estruturais e a política de coesão da União Europeia.

Candidatos CDU

Divulgados 50% dos cabeças de lista

A cerca de seis meses das eleições autárquicas, que se realizam no próximo mês de Dezembro, o trabalho de elaboração de listas da CDU prossegue a bom ritmo, sendo já neste momento conhecidos 50 por cento dos cabeças de lista às Câmaras Municipais. É um número significativo que corresponde ao objectivo da Coligação de concorrer a todas as câmaras e assembleias municipais do País. Outro objectivo da CDU é aumentar o número de

listas às freguesias, frente em que foram já apresentados várias centenas de cabeças de lista. No distrito de Lisboa, estão definidas, e na sua maioria apresentadas 144 candidaturas, 26 das quais na cidade alfacinha. No distrito de Santarém o objectivo é concorrer a mais de 150 freguesias, enquanto no Algarve, a CDU pretende apresentar candidatos a todas as juntas e assembleias. Este trabalho avança igualmente nas Beiras Litoral e Interior, onde cerca

de 250 listas já têm contornos definidos. No distrito de Braga, a meta é constituir 250 listas, enquanto no Porto foram recentemente divulgados os cabeças de listas às freguesias da cidade. No distrito Évora, são conhecidos 64 cabeças de listas a estes órgãos-base do poder local. Entretanto, e como a apresentação de candidatos não pára, continuamos a dar notícia das candidaturas apresentadas recentemente a várias câmaras e assembleia municipais.

AZAMBUJA

No passado domingo, a CDU apresentou publicamente o cabeça de lista à Assembleia Municipal da Azambuja, Joaquim Pinto da Silva Paula. A apresentação foi feita no decorrer de um almoço, em que participou o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e o cabeça de lista à Câmara, António José Rodrigues. Na iniciativa foram ainda divulgados os primeiros nomes das lista à Câmara e Assembleia Municipal, bem como os candidatos à presidência das juntas de freguesia de todo o concelho.

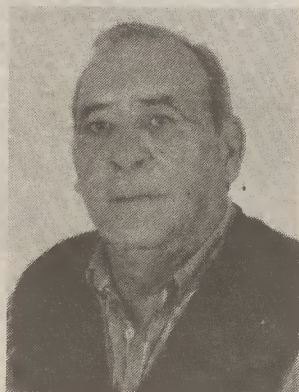
cupação constante que manifestou em dar voz aqueles que a não têm».

Mas se esta atitude não tem agradado à maioria PS que, em aliança de facto com o PSD e a ajuda do eleito do CDS, governa o concelho, a verdade é que a Coligação subiu de votação nas últimas eleições, o que lhe permitiu passar de dois para cinco eleitos na Assembleia Municipal, ganhar pela primeira vez uma freguesia e manter o seu lugar na vereação. «Mais poderíamos ter feito e melhores soluções teriam sido encontradas se mais força tivéssemos nos respectivos órgãos», afirmou Carlos Luís Figueira, para mais adiante sublinhar: «partimos para estas eleições com um grande capital de confiança na obtenção de resultados que nos permitam também em Faro fazer obra, devolvendo a cidade aos cidadãos e preparando o concelho para assumir as responsabilidades da futura capital da Região Administrativa do Algarve».

Manuel Veloso Gomes tem 45 anos, é independente, licenciado em Medicina e Cirurgia. É médico no Hospital Distrital de Faro desde 1980, especialista em cardiologia desde 1985, graduado em Chefe de Serviço desde 1993. Foi dirigente estudantil na década de 70, tendo sido presidente e vice-presidente da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina do Porto, entre 1970 e 1975. Foi presidente do Conselho Distrital da Ordem dos Médicos nos triénios 1993/95 e 1996/98. É, desde 1987, responsável do departamento médico do Sporting Clube Farense.

Carlos Luís Figueira tem 52 anos, é membro do PCP desde 1964 e funcionário desde 1968. Foi responsável pelo Comité Local do Porto entre 1968 e 1971, responsável pelo Comité Regional das Beiras e membro da DOR do Norte do PCP. Foi redactor do jornal «O Têxtil» de 1971 a 1974, candidato à Assembleia Constituinte, pelo círculo de Coimbra, e candidato pelo Algarve em sucessivas eleições para a AR. É membro do Executivo e do Secretariado da DORAL, sendo actualmente o responsável pela organização. É membro da Comissão Política do PCP e coordena os grupos de trabalho junto do Comité Central para as questões do Turismo e das Pescas.

MIRA

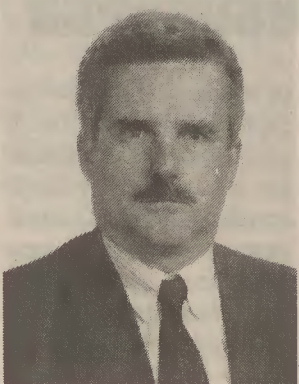


Vitor Capelôa

Vitor Capelôa, 59 anos, engenheiro agrário, é o candidato da CDU à presidência da Câmara de Mira, no distrito de Coimbra. O anúncio foi feito na passada semana, em nota à imprensa, em que a CDU se propõe dar especial atenção aos domínios do urbanismo, das infra-estruturas básicas de saneamento e viárias. A urbanização e aquisição de terrenos em zonas para autoconstrução e os problemas ambientais são outras preocupações centrais desta candidatura.

Por outro lado, a CDU compromete-se a apoiar as lutas dos agricultores, em especial dos produtores de batata, leite e carne, bem como as reivindicações do compartimento dos baldios. Os problemas dos pescadores, nomeadamente da arte xávega e das majoeiras, estão igualmente entre as preocupações da candidatura da CDU.

MOGADOURO



Francisco Madruga

Em conferência de imprensa, a CDU apresentou os cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal de Mogadouro, no distrito de Bragança, respectivamente Francisco Fernandes Madruga e Tibério Augusto Magalhães. Na sua declaração, o candidato à Câmara criticou as gestões camarárias do PSD e do PS, afirmando que «ambos são farinha do mesmo saco. Ambos têm con-

denado o nosso concelho à situação em que se encontra». O concelho de Mogadouro está situado entre o Douro e o Sabor e fazendo parte do planalto mirandês apresenta uma grande riqueza em áreas com a agricultura, os recursos hídricos, o ambiente e a paisagem. Contudo, frisou Francisco Madruga, o concelho está isolado, tem acessos acidentados e pisos envelhecidos, o que obriga muitas pessoas a procurarem vida noutros locais, nomeadamente em Bragança, onde vivem cerca de 400 Mogadoureenses.

Responsabilizando os dirigentes do PS e do PSD pela inexistência das infra-estruturas e equipamentos básicos, como sejam estradas, um hospital distrital, um parque industrial, um complexo desportivo, centro cultural, entre outros, o candidato da CDU sublinhou que nas próximas eleições a população terá de resolver o seguinte dilema: «ou continuam a apoiar as forças políticas que os têm apunhalado pelas costas ou, sem preconceitos, apoiam uma verdadeira alternativa». Francisco Madruga valorizou a obra que os eleitos da Coligação têm realizado nas 50 câmaras em que são maioria e divulgou as linhas gerais do programa eleitoral, cuja apresentação integral deixou para mais tarde.

Francisco Madruga tem 40 anos, é director comercial, natural do concelho a que se candidata. Foi membro da Direcção do Ensino Secundário do Norte e da Direcção do Ensino Superior da UEC, integrou a Comissão Executiva da JCP e foi responsável pela Organização Regional de Trás-os-Montes da JCP.

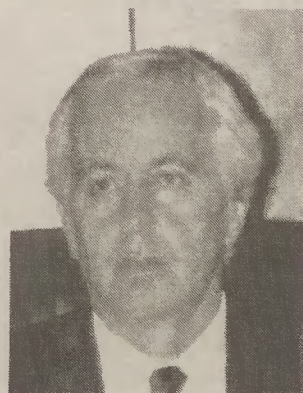
Tibério Augusto Magalhães tem 51 anos é motorista, natural da freguesia de Azinhoso. Delegado sindical durante oito anos, foi membro da Junta Freguesia de Lumiar.

OERAS

A CDU/Oeiras divulgou os cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal, respectivamente Arnaldo António Pereira e António Manuel Celorico Moreira.

Arnaldo Pereira tem 51 anos, é licenciado em História e membro do PCP desde 1974, integrando a Comissão Concelhia de Oeiras. Foi professor do ensino preparatório e secundário (1969-76) e assistente da Faculdade de Letras de Lisboa (1976-89). Delegado sindical e membro de diversos órgãos de gestão, participou nos processos de reestruturação da

Faculdade de Letras e da carreira docente universitária, bem como na organização do Sindicato de Professores da Zona Sul. Esteve ainda ligado a vários projectos de investigação nas áreas de História moderna e Regional, e em 1983 iniciou a sua colaboração com a Associação Nacional de Municípios do Distrito de Setúbal. A partir de 1987 passou a coordenar os serviços culturais da Câmara do Seixal, em cujo quadro ingressou em 1990. Em 1993 foi eleito para a CM de Oeiras, tendo-lhe sido atribuído os pelouros do Desporto e dos Centros Históricos, bem como responsabilidades no acompanhamento de projectos sobre a orla ribeirinha e a Fábrica da Pólvora de Barcarena. Representa também a Câmara Municipal na Direcção da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico e no Conselho Geral da Universidade Católica.



Arnaldo António Pereira

António Celorico Moreira é licenciado em Educação Física, é membro do PCP desde 1975 e pertence à Comissão Concelhia de Oeiras. Foi presidente da Associação de Estudantes do INEF em 1962, onde foi suspenso pela sua actividade política. É professor e foi vereador na CM de Oeiras entre 1974 e 1994. Teve os pelouros da Educação e do Desporto e foi presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora em 1976. Foi eleito para a Assembleia Municipal de Oeiras em 1993, ocupando o lugar de deputado a partir de Fevereiro de 1994.

Figura de grande prestígio nos meios desportivos, é membro fundador da Sociedade Portuguesa de Educação Física; foi presidente da Federação Portuguesa de Halterofilismo; vice-presidente do Comité Olímpico de Portugal; e chefe de Missão aos jogos Olímpicos de Seul. Recebeu a Medalha de Mérito da federação Europeia e Portuguesa de Halterofilismo e o prémio do Comité Internacional Olímpico - Unidade do Movimento Olímpico, em 1995.



RTP favorece candidatos do PS e do PSD

Uma nota do Gabinete de Imprensa da CDU acusa a RTP de «um ostensivo favorecimento do PS e do PSD na sua competição eleitoral com a CDU». A Coligação refere nomeadamente «as reportagens em directo transmitidas na passada sexta-feira pelo Telejornal da RTP/1 (e pelo «Jornal 2» da RTP/2) da apresentação dos candidatos do PS e do PSD à Presidência da Câmara Municipal de Almada», considerando que elas representam «um invulgar privilégio de tratamento televisivo».

«Com efeito, basta referir que até agora a CDU já promoveu mais de uma centena de actos públicos de apresentação de cabeças-de-lista a Câmaras Municipais (alguns dos quais se candidatam pela primeira vez) e nenhum deles jamais foi objecto de qualquer reportagem em directo por parte da RTP.

«Basta referir também que o acto de apresentação da candidatura de Maria Emília de Sousa e outras importantes iniciativas da candidatura da CDU no concelho de Almada foram completamente ignorados pela RTP.

«E finalmente basta referir que o directo à apresentação da candidatura do PS à Câmara de Almada teve uma duração total de quase quatro minutos e meio enquanto a iniciativa da CDU de apresentação de propostas para a Área Metropolitana de Lisboa, e que contou com a participação do Secretário-Geral do PCP foi despachada, na passada quinta-feira, pelo Telejornal da RTP/1 com síntese de 17 segundos com voz off! Protestando vivamente contra estes e outros «procedimentos discriminatórios e ofensivos do pluralismo usados pela RTP», a CDU afirma a sua «firme disposição de os denunciar publicamente e de os combater por todos os meios políticos, legais e institucionais ao seu alcance».

FARO



Manuel Machado Veloso

Sexta-feira da passada semana, a CDU apresentou em Faro os candidatos que encabeçam as listas à Câmara e Assembleia Municipal, respectivamente Manuel José Machado Veloso Gomes e Carlos Luís Figueira.

Na sua declaração, o candidato à Câmara explicou que as «razões simples» da sua candidatura se prendem com o actual estado do concelho. O crescimento anárquico e indefinido, a exiguidade de espaços verdes, o trânsito caótico, a morte lenta da Ria Formosa, a degradação dos bairros e zonas verdes da baixa, a ausência de parques desportivos, a má qualidade da água, o abandono da rede viária das freguesias rurais. A candidatura da CDU, disse, «vai pugnar por dar nova voz a esta cidade».

O candidato à Assembleia Municipal, Carlos Luís Figueira, actualmente eleito neste órgão, afirmou que a bancada da CDU se destaca «pela natureza dos problemas que leva à discussão, pelo contributo que deu para melhorar as propostas vindas do executivo, pela pro-

Encontro de Agricultores

Cerca de 500 agricultores e ceareiros participaram, domingo passado, num Encontro que teve lugar em Benfica do Ribatejo.

O Encontro, promovido pela Federação dos Agricultores do Distrito de Santarém e Associações específicas do sector, teve como objectivo debater a grave situação que atravessam, em particular, os produtores de tomate e melão, mercê das más condições climáticas.

Os agricultores exigem que seja feito um levantamento de prejuízos e lhes sejam concedidas indemnizações a fundo perdido. Pedem ainda que os agricultores sem terra possam ter acesso às linhas de desendividamento. Estas reivindicações estão incluídas num abaixo-assinado, actualmente a circular para recolha de assinaturas, e os agricultores afirmam que, caso não sejam satisfeitas as suas reivindicações, irão definir outras formas de luta.

No Encontro foi aprovada, por unanimidade, uma Moção que, nomeadamente, afirma o seu repúdio pela intenção do primeiro-ministro de recusar - dando o dito por não dito - a integração da Confederação Nacional da Agricultura - CNA, no Conselho Económico e Social, CES. A CNA considera que a sua participação no CES permitiria "nele fazer incluir a Agricultura Familiar Portuguesa e não só na sua vertente económica mas também na social, ambiental e rural".

MDM debate Cidadania feminina

A Constituição deve atribuir à igualdade de oportunidades a dimensão de direito fundamental, como uma componente da cidadania democrática - esta uma das teses defendidas no debate sobre "Revisão da Constituição e Cidadania Feminina", realizado pelo MDM, em Lisboa, no dia 26 de Junho.

O debate contou com a participação de Jorge Lação, Presidente da Comissão Parlamentar para a Revisão da Constituição, e José Alexandrino, Assistente de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de Lisboa.

O encontro concluiu da necessidade de fazer intervir mais a sociedade na discussão deste processo, concretizando o direito que todos têm de ser informados e de participar em tudo o que em qualquer momento está a ser empreendido em seu nome.

Os participantes foram unânimes em afirmar que, enquanto as mulheres forem titulares de direitos cujo exercício lhes é inviabilizado, dificultado, ou mesmo negado, a democracia não se efectiva, constituindo dever do Estado superar o défice democrático em causa.

A Ponte 25 de Abril três anos depois

Três anos passados sobre os acontecimentos na Ponte 25 de Abril, a Associação de Utentes da Ponte (AUP) faz um breve balanço dos resultados da luta entretanto desenvolvida e dos problemas que persistem. A Associação lembra o *caderno reivindicativo* apresentado ao governo de Cavaco Silva, com o qual "para além da melhoria dos transportes fluviais, obtivemos garantia de apoio à implementação do Metropolitano Ligeiro na Margem Sul" e sublinha a promessa do governo actual de que o Passe Social iria cobrir o comboio na Ponte.

Denuncia, por outro lado, a Lei que o governo PS pretende aprovar e que, para a Associação de Utentes da Ponte "visa fundamentalmente reprimir legalmente o provável reacender de protestos aquando do aumento das portagens em Abril de 1998".

A AUP considera ainda "que algumas melhorias se verificaram, nomeadamente na travessia fluvial, mas no que concerne ao Metropolitano da Margem Sul, este governo só tem adiado decisões".

Homenagem a Jorge Peixinho

A Câmara Municipal do Montijo promoveu, dia 30 de Junho, uma conferência subordinada ao tema "Uma aproximação à obra de Jorge Peixinho".

A metodologia adequada para visitar o mundo sonoro de Jorge Peixinho, foi o tema fundamental desta palestra, com que se assinalou o segundo aniversário da morte do compositor.

A palestra esteve a cargo do maestro Álvaro Salazar.

Edge Cities Network

Um protocolo de cooperação das cidades da periferia de capitais europeias - *Edge Cities Network* - foi assinado, segunda-feira, em Loures.

O protocolo visa aprofundar os laços de cooperação entre os municípios que fazem parte desta rede, na elaboração de estratégias para alcançar soluções para problemas comuns, nomeadamente o desemprego.

O trabalho da *Edge Cities Network* tem como objectivos a valorização do potencial local para a criação de emprego sustentável e o melhoramento do acesso ao mercado europeu das Pequenas e Médias Empresas (PME's). Um dos três eixos de acção do projecto - o da internacionalização das PME's - é coordenado por Loures.

A *Edge Cities Network*, da qual Loures faz parte desde 1995, inclui ainda Croydon (periferia de Londres), Nacka (Estocolmo), Fingal (Dublin), Kifissia (Atenas), Marne la Vallée (Paris), North Down Borough Council (Belfast), Getafe (Madrid) e Espoo (Helsínquia).

Cimeira da Terra "Os Verdes" denunciam balanço constrangedor

"Um balanço constrangedor" - é o comentário do Partido Ecologista "Os Verdes" à II Cimeira da Terra, que terminou sábado passado em Nova Iorque.

Em Declaração apresentada no plenário da Assembleia da República, através da deputada Heloísa Apolónia, "Os Verdes" sublinham que o balanço "é aquele que as ONGs de todo o mundo, que "Os Verdes" a nível internacional e em cada país têm denunciado nestes cinco anos: é que as conclusões e documentos da Conferência do Rio não estão a ser cumpridos e são constantemente ignorados pelos executivos de cada país".

A deputada de "Os Verdes" lembrou que "em 1992, em simultâneo à cimeira dos Chefes de Estado, aconteceu o encontro de ONGs, a Eco 92. Aí, cidadãos de todo o mundo, organizados, mostraram estar prontos para mudar, demonstraram que têm o levantamento dos problemas feito, demonstraram estar disponíveis para actuar. A esta disponibilidade da população do mundo não houve resposta dos Chefes de Estado, o que leva a questionar quem é que eles representam".

Conclusão - o agravamento dos problemas globais do ambiente, nestes últimos cinco anos. "Os Verdes" apresentam alguns factos e números.

* Na Conferência do Rio, os representantes dos Estados comprometeram-se a reduzir as emissões de gases que destroem a camada de ozono e provocam efeito de estufa, de modo a que, no ano 2000, se atingissem os níveis de emissões do ano de 1990. Entretanto, as emissões desses gases não diminuíram nem estabilizaram - aumentaram.

* Na Conferência do Rio os representantes dos Estados assu-

miram a preservação e valorização da biodiversidade, mas o ritmo de destruição das florestas continua acelerado, são destruídos cerca de 17 milhões de hectares de floresta todos os anos, e

0,33% e em 1995 representava apenas 0,27%.

Na declaração política, "Os Verdes" sublinham que a defesa do futuro da humanidade não se compadece com estas demoras e com estas vontades que se ficam pelas palavras e pelos papéis. Os problemas globais de ambiente não ficam à margem da interven-

ções em questões muito concretas.

Defesa da camada de ozono e travão para o efeito de estufa - "Que política integrada de transportes e de energia se tem praticado em Portugal com vista a este objectivo?"

Preservação da biodiversidade - "É nesse sentido que vai a



Pinhais ardidos, em Portugal

desaparecem da face da Terra cerca de 70 espécies por dia e cerca de 50.000 espécies por ano. Calcula-se que, a este ritmo, até ao ano 2010 desaparecerão cerca de 1 milhão e meio de espécies.

* As diferenças norte/sul são cada vez mais visíveis, não obstante o facto dos representantes dos países ricos terem assumido, na Conferência do Rio, um compromisso concreto de ajuda aos países em desenvolvimento. Foi esta a luta contra a pobreza no mundo - em 1989 essa ajuda representava 0,34% do PNB do Norte, em 1990 representava

ção de cada Estado, nem se separaram dos problemas ambientais e de desenvolvimento de cada país. Pelo que se impõe aplicar a máxima ecologista *Pensar globalmente, agir localmente*.

Portugal pertence também ao "grande núcleo de países que nunca deram prioridade à defesa do ambiente, que nada têm feito para travar o desastre ecológico mundial e que não têm prosseguido uma política de ambiente integrada capaz de contribuir para um desenvolvimento sustentável".

"Os Verdes" questionam a actuação do governo portu-

eucaliptização desenfreada em Portugal? E nesse sentido que vai a carência de uma política para a conservação da Natureza, que também se traduz claramente na destruição de áreas protegidas e o crescimento desordenado, que põe em risco reservas biológicas do nosso país?"

A declaração de "Os Verdes" conclui que "não é de cimeiras de envergonhados, como esta II Cimeira da Terra, que o planeta e a humanidade precisam. São acções concretas e, pelo menos, o cumprimento dos documentos da Conferência do Rio que se exigem".

JCP por uma alternativa política de esquerda

Os jovens são "dos primeiros a sentirem na pele os mais variados problemas sociais" - afirma a Direcção Nacional da JCP, em comunicado sobre a situação da juventude portuguesa, a política prosseguida pelo governo PS e algumas questões da actividade imediata dos jovens comunistas.

"Problemas relacionados com a educação, factor cada vez mais importante para a integração dos jovens na sociedade e na vida activa; com as dificuldades de obtenção de um emprego que ofereça um mínimo de garantias; os graves problemas relacionados com aquela que é a grande epidemia do século, a toxicoddependência; as dificuldades na obtenção de uma habitação digna; e questões no âmbito da saúde públi-

ca, como a necessidade de educação sexual nas escolas, de um efectivo planeamento familiar, a grande desinformação em relação às doenças sexualmente transmissíveis e a manutenção de um quadro jurídico insuficiente em matéria de interrupção voluntária da gravidez" - são alguns dos exemplos concretos referidos pela JCP.

O documento denuncia a política do PS na área da educação - cuja "prática tem vindo a desiludir os estudantes e mesmo a agravar velhos problemas" - e aqui também refere vários exemplos.

"São os casos da recente aprovação na generalidade das propostas de leis do Financiamento do Ensino Superior - lei do aumento das propinas -, das

alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo, das diminuições dos direitos consagrados no estatuto do Trabalhador-Estudiante e da política de encerramento de grande parte dos cursos em horário pós-laboral, que conduzem para uma maior elitização no ensino".

As dificuldades no acesso ao primeiro emprego, a precaridade dos vínculos laborais, os baixos salários - são outros dos problemas referidos pela Direcção da JCP, que denuncia "uma prática política que ataca constantemente os mais elementares direitos dos trabalhadores".

A toxicoddependência é referida pelos jovens comunistas como uma "verdadeira epidemia, estimando-se em mais de 100 mil o número de jovens por

ela afectados", que exigem que seja combatida "no plano da prevenção primária, do atendimento e tratamento, da reinserção social de toxicoddependentes e do combate ao narcotráfico e o branqueamento de capitais".

"Só com uma efectiva alternativa política de esquerda poderemos inverter fenómenos como o individualismo, toxicoddependência, isolamento, diminuição da participação e o descrédito das instituições democráticas, que as políticas de direita seguidas pelos sucessivos governos PSD e agora PS conduzem os jovens", conclui o documento da JCP, que sublinha a importância das próximas eleições autárquicas e a acção dos jovens comunistas, nomeadamente pela sua participação nas listas CDU.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Unões de facto

Direita e PS ignoram realidade social

A Assembleia da República rejeitou os projectos de lei do PCP e do PEV sobre a protecção jurídica das famílias em regime de união de facto. Para este desfecho contribuíram, sem surpresa, os votos do CDS/PP e do PSD, autores de iniciativas legislativas igualmente em debate cuja elaboração obedeceu a concepções retrógradas que ignoram em absoluto a dinâmica social e as transformações na organização familiar.

Lamentável foi porém a posição da bancada socialista que, depois de ver gorada a sua tentativa para que baixassem a comissão sem votação, acabou por usar a abstenção (sabendo que a direita iria votar contra) para inviabilizar os projectos do PCP e do PEV.

“O PS sempre que quer impedir iniciativas legislativas, sem tomar o odioso de votar por forma a impedir as mesmas,

opta por aquela atitude”, acusou Odete Santos, que não encontrou outra explicação para esta postura da bancada socialista que não fosse a de “puro sectarismo”, associado a “um conservadorismo disfarçado atrás de argumentos pseudo-progressistas”.

Era a resposta aos argumentos aduzidos pelo deputado da JS, Sérgio Sousa Pinto, para quem as iniciativas de comunis-

tas e “Verdes” perseguiam objectivos “totalitários”, pretendendo simultaneamente “institucionalizar casamentos de segunda” ao interferir na liberdade das pessoas que não quiseram sujeitar-se às regras do casamento.

“Liberdade não quer dizer irresponsabilidade”, lembrou Odete Santos, para logo acrescentar que a “responsabilidade nas relações entre parceiros numa união de facto exige que o direito assegure na efectivação dessa responsabilidade as regras jurídicas que assegurem que a cooperação na união de facto não se transforme na exploração do trabalho de alguns (normalmente o trabalho das mulheres) em proveito de outros”.

Mas é em matéria do regime

de bens ou da equiparação da pessoa vivendo em união de facto ao cônjuge para efeitos sucessórios que, na opinião de Odete Santos, mais aflora o conservadorismo do PS.

“Sempre que se trata da herança ou da salvaguarda do património dos menos escrupulosos, surge a direita, acompanhada a uma distância julgada conveniente pelo PS, rejeitando a aproximação do regime das uniões de facto do regime do casamento”, comentou a deputada comunista, vindo na base de tal atitude a “assimilação da ideologia do Código Civil que em nome de um pseudo-moralismo considera ilícitas, com algumas restrições resultantes da reforma de 1977, as relações sexuais fora do casamento”.

Os projectos de lei do PCP e do PEV, recorde-se, alargam os direitos sociais dos casais em união de facto, chegando em alguns casos a equipará-los ao casamento.

No caso do diploma do PCP, de acordo com o articulado, aproximam-se os direitos dos casais em união de facto do regime das famílias que optaram pelo casamento, embora não obrigue a qualquer registo, seja no Registo Civil seja na Segurança Social, porquanto, como sublinhou Odete Santos, “isso seria transformar a união de facto em casamento de segunda celebrado na bichados que apresentam os mapas de descontos nos Centros Regionais da Segurança Social”.

Garantias dos alimentos

Aprovado por unanimidade foi entretanto um outro projecto de lei do PCP igualmente em debate na sessão plenária dedicada à problemática da família. Trata-se de uma iniciativa legislativa que estabelece garantias quanto aos alimentos devidos a menores. Na base do diploma, como explicou o deputado comunista Bernardino Soares, está a preocupação de assegurar “a manutenção da vida, da dignidade e do direito a um crescimento saudável”. Daí a proposta, esclareceu, no sentido de que seja o Estado a assegurar a prestação necessária àqueles que dela necessitam enquanto não haja efectivo cumprimento por parte de quem tem essa obrigação.

Irregularidades no «caso Agro-Gés»

PCP exige esclarecimentos e admite inquérito parlamentar

O Grupo Parlamentar do PCP solicitou esclarecimentos ao Governo sobre os resultados do inquérito ao chamado caso “Agro-Gés” relacionado com um processo de decisão e adjudicação de um concurso promovido pelo Ministério da Agricultura para aquisição de serviços no controlo de ovelhas. Em causa estão vários procedimentos considerados irregulares que terão inclusive envolvido a assinatura de António Guterres no interior do próprio Ministério da Agricultura com o objectivo de favorecer a empresa que viria a ganhar o concurso.

Lino de Carvalho, que subcreveu o requerimento onde são exigidas explicações ao Governo, assinala várias contradições em todo este processo, recordando nomeadamente que na audiência parlamentar sobre o caso em Janeiro último foi negada a existência da assinatura de António Guterres aprovando por despacho o contrato definitivo com a Agro-Gés, contrariando assim afirmações proferidas na mesma audiência quanto à existência de uma minuta enviada pelo Ministério da Agricultura

àquela empresa fazendo “menção explícita de que a mesma tinha sido aprovada por despacho do Senhor Primeiro-Ministro datado de 21 de Maio de 1996”.

O deputado comunista, que levantou igualmente o assunto em plenário em declaração política proferida numa das sessões da semana transacta, recorda ainda no texto do requerimento declarações do eurodeputado socialista António Campo ao «Diário de Notícias» em que este afirma que se terão passado coisas «bem mais graves», que «o Primeiro-Ministro me garantiu que não tinha assinado o papel» e que o inquérito já está na posse do Ministro da Agricultura.

“Os factos descritos são graves, insinuam processos ou de mentiras ou de falsificação de assinaturas que não podem passar em claro”, considera Lino de Carvalho, que entende estar-se na presença de indícios que “podem justificar a abertura de um inquérito parlamentar”.

O deputado comunista na sua intervenção da tribuna foi mesmo mais longe e, depois de lembrar que “não estamos propria-



As actuais orientações da política agrícola significam a marginalização da actividade produtiva das pequenas explorações

mente numa «república das bananas», concluiu que das três uma: “ou o eurodeputado António Campos profere afirmações irresponsáveis, ou o Primeiro-Ministro mente, ou o documento do Ministério da Agricultura a afirmar que existe um despacho do Primeiro-Ministro a aprovar a minuta do contrato de adjudicação é falso”.

As consequências de toda esta situação não escaparam igual-

mente à atenção de Lino de Carvalho, que, a propósito, salientou não poderem nem a agricultura nem os agricultores “viver permanentemente ao sabor da intriga, das suspeições e da instabilidade em torno do Ministério da

Agricultura”, do mesmo modo que “não podem ser instrumentos das guerras internas do PS”.

Não se esgotaram todavia neste plano as críticas da bancada comunista à acção do Ministério de Gomes da Silva. Depois

de expressar a sua perplexidade pelas declarações do responsável da tutela em que este confessa que a agricultura portuguesa não é prioritária no contexto da economia nacional, Lino de Carvalho verberou as actuais orientações no domínio da política agrícola, rejeitando nomeadamente a tese perfilhada pelo Governo que separa as explorações agrícolas que são viáveis comercialmente (que seriam uma minoria) de todas as outras, uma imensa maioria, mais de dois terços, a quem seria destinado o papel de jardineiros da paisagem.

“Esta é uma falsa dicotomia que a ser levada em frente marginalizaria da actividade produtiva e liquidaria a maioria das explorações agrícolas e dos agricultores portugueses”, advertiu Lino de Carvalho, que teceu ainda noutra plano duras críticas ao Ministério pela atitude de discriminação que mantém em relação à CNA.

Nova lei dos avales

O Parlamento aprovou a proposta de lei que estabelece o regime jurídico da concessão de garantias pessoais pelo Estado ou por outras pessoas colectivas de direito público. Em votação na generalidade, o diploma, que fica conhecido como nova lei dos avales, passou com os votos favoráveis do PS e a abstenção do PCP. As bancadas do PSD e do PP votaram contra.

Justificando a posição do Grupo comunista, que viria a ser decisiva para a aprovação da proposta de lei, Octávio Teixeira elencou três razões fundamentais: por um lado, a própria intenção de criar uma disciplina jurídica comum e uniforme para a concessão dos avales; por outro lado, o facto de abranger não apenas a concessão do aval mas ainda da fiança e de todas as outras modalidades de garantia pessoal admitidas em Direito; por último, a delimitação temporal dessas garantias a um limite máximo a fixar anualmente pela Assembleia da República.

Apesar desta apreciação positiva não passou sem reparos o conteúdo do diploma. Orientações há que, no entender de Octávio Teixeira, suscitarão “grandes reservas e objecções”. É o caso da forma quase ilimitada como a proposta prevê a concessão de garantias pessoais, quase como norma, quando o princípio essencial deveria residir no carácter da sua excepcionalidade.

“Desadequado e excessivamente abrangente”, do ponto de vista do líder parlamentar do PCP, é igualmente a proposta que prevê que da garantia do Estado possa ser beneficiário «qualquer sujeito de direito».

Realçada por Octávio Teixeira foi ainda a necessidade de a futura lei explicitar claramente que a concessão de garantias pessoais se revele absolutamente imprescindível para a realização do financiamento ou operação financeira, condicionamento que a proposta de lei não consagra.

Tempo de prisão e de clandestinidade

Foi publicada no Diário da República do passado dia 19 de Junho a Lei 20/97 que estabelece a contagem especial do tempo de prisão e de clandestinidade por razões políticas para efeitos de pensão de velhice ou de invalidez.

De acordo com o articulado do diploma, entende-se por clandestinidade a situação, “devidamente comprovada, vivida pelos interessados, no país ou no estrangeiro, em que por causa de

pertença a grupo político ou de actividades políticas desenvolvidas em prol da democracia, os mesmos foram vítimas de perseguição policial impeditiva de uma normal actividade profissional e inserção social, no período compreendido entre 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974”.

Espera-se agora que o Governo nomeie rapidamente a Comissão prevista no articulado para que a Lei produza os efeitos desejados pelo legislador.

TRABALHADORES

Ilegalidade confirmada ao fim de três semanas Despedidos regressam à Grundig a prazo e ganhando menos

Está confirmada a razão das organizações representativas dos trabalhadores do complexo Grundig/Blaupunkt, que desde o princípio se opuseram ao despedimento colectivo de 108 pessoas, concretizado a 19 de Maio.

Em conferência de imprensa que deram na passada quinta-feira, os representantes dos trabalhadores denunciaram um rol de factos que vêm agora dar razão àquilo que sindicatos e CTs sempre defenderam: o despedimento colectivo na Grundig Indústria Portugal não era necessário; havia outras soluções mais sóbrias e mais justas para resolver o problema; o despedimento era ilícito, porque não eram extintos os postos de trabalho.

Perante os jornalistas, as ORTs do complexo onde está instalada a GIP lembraram

que a actividade desta empresa se centra na produção de aparelhos hi-fi e de telefones, e que beneficiou, entre 1989 e 1993, de mais de meio milhão de contos de subsídios comunitários.

Alegando a extinção da produção de telefones e o desinteresse em continuar com esta actividade, a Grundig Indústria Portugal despediu todos os trabalhadores afectos àquele produção. Uma semana depois, todo o equipamento foi transferido para outro dos edifícios do complexo, a poucos metros do local onde sempre funcionou.

A actividade prossegue agora sob a direcção da Fehst Componentes, Lda., a nova denominação da Grundig Componentes Portugal, o que para as ORTs configura uma típica transmissão de estabelecimento.

«Aos trabalhadores que foram despedidos e estão agora a ser chamados para retomar o mesmo trabalho é oferecido um contrato a prazo e, numa evidente atitude de má-fé, é imposta a condição de levantarem a indemnização que a Grundig lhes pôs à disposição no despedimento colectivo, por forma a extinguirem qualquer possibilidade de utilizarem a via judicial para impugnar o despedimento» - denunciaram os ORTs. Como perdem a antiguidade, os trabalhadores verão ainda a sua remuneração diminuída.



Trabalhadores da Grundig que resistem às pressões patronais participaram dia 21 na marcha promovida pela União dos Sindicatos de Braga, pelas 40 horas, pelo emprego e pelos direitos

Contudo, «a escandaleira não fica por aqui», acrescenta a nota distribuída à comunicação social: «Há cerca de 8 meses, a Fehst Componentes apresentou um projecto no IAPMEI com o alegado objectivo de diversificar a carteira de clientes, candidatando-se assim a subsídios que permitiriam a concretização de tal objectivo. Essa nova actividade que ia nascer na Fehst Componentes não era mais, afinal, do que um dos objectos da actividade da Grundig Indústria Portugal - a produção de telefones - que esta transmitiu àquela.»

Segundo os ORTs, isto significa que «a Grundig vende toda a sua actividade de produção de telefones e todo o equipamento necessário à sua prossecução, que foram com-

participados por dinheiros dos fundos estruturais, e, utilizando a teoria de unidades empresariais juridicamente distintas, a Grundig vai comprar a si mesma essa actividade e esse equipamento, esperando para tal financiamento dos organismo estatais e comunitários, sob o falso pretexto de início de uma nova actividade».

E o projecto chumbado?

Reportando-se a respostas oficiais dadas ao eurodeputado comunista Honório Novo, os representantes dos trabalhadores do complexo Grundig/Blaupunkt revelam que o Governo português reprovou

«um projecto de investimento de vulto», apresentado pela Grundig numa candidatura a verbas dos fundos estruturais, no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio.

Para os ORTs, é «inqualificável a atitude do Governo e dos seus representantes, que fizeram sobre isto o maior silêncio, como se fosse segredo de Estado». «Os trabalhadores da Grundig e os seus representantes têm o direito de saber que projecto era esse, qual era o volume de emprego que previa e por que o inviabilizou o Governo, sabendo que ele podia ser a solução para absorver os trabalhadores excedentários, que acabaram por ser despedidos», exigiram na conferência de imprensa de dia 26.

Prevalece a precariedade nos hipermercados

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul (CESSul) chamou segunda-feira a atenção para o facto de o trabalho precário continuar a prevalecer em muitas empresas do sector, em especial nos grandes armazéns e hipermercados.

«A campanha de regularização dos chamados recibos verdes está a traduzir-se numa grande frustração para os trabalhadores, que alimentavam justamente a esperança de passar da situação de grande precariedade, sem direitos sociais, para uma nova situação, com emprego efectivo e com direitos», lê-se num comunicado do CESSul.

O documento foi divulgado após uma reunião realizada no fim-de-semana, em Faro, no decorrer da qual o sindicato analisou a evolução da situação social na sua área de intervenção,

que integra o Alentejo, o Algarve e a região de Setúbal.

Segundo concluíram os sindicalistas, a campanha de regularização «está a traduzir-se na transformação de tais vínculos precários em novos vínculos precários, desprovidos de direitos», nomeadamente férias, feriados, descanso semanal e subsídio de refeição.

Por outro lado, o desemprego «continua a afectar cada vez mais os trabalhadores e por mais tempo», afirmando o CESSul que os números oficiais «não espelham a realidade social». Assim, o sindicato preconiza a tomada urgente de medidas e a concretização de políticas que promovam o desenvolvimento e o emprego, em especial na região Sul, abandonando a opção de assentar a economia portuguesa numa política de baixos salários e de desvalorização da mão-de-obra.

ORTs do Barreiro exigem que parem as privatizações

Os organismos representativos dos trabalhadores de sete empresas do Barreiro vieram para a rua reclamar da Assembleia da República que ponha termo aos processos de privatização em curso.

Uma resolução neste sentido foi adoptada pelos ORTs das empresas Quimigal Adubos, Fisipe, ATM, CP, Soflusa, EMEF e EDP (Centro de Produção do Barreiro) e foi distribuída à população da cidade durante uma acção de sensibilização contra as privatizações, no dia 24 de Junho.

Acusando o Governo de visar a reconstituição dos grandes grupos económicos, através do processo de privatiza-

ções, os representantes dos trabalhadores exigem que as empresas do sector empresarial do Estado «sejam geridas e funcionem de acordo com os interesses do povo português, dos trabalhadores e do reforço da economia e do interesse nacional».

Segundo a resolução, citada pela Agência Lusa, as reestruturações efectuadas antes dos processos de privatização tiveram como consequência «milhares de despedimentos, empresas fechadas, fábricas paradas», além de terem contribuído para que fossem violados os direitos dos trabalhadores e aumentasse o trabalho precário.

Hélder Guerreiro, do Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Setúbal e da direcção do Sindicato dos Químicos do Sul e Centro, disse ter «indicações quase seguras» de que o Governo pretende entregar a Quimigal, SA à família Mello, apesar de haver outra proposta mais elevada.

«É a reconstituição dos grandes grupos» afirmou, recordando o exemplo da Lisnave e uma frase do secretário de Estado da Indústria, que, numa recente reunião com dirigentes sindicais, lhes afirmou que, no caso da Quimigal, «não está em causa a verba, mas sim o projecto para a empresa».

CGTP quer ampla discussão sobre a Segurança Social

O presidente da Comissão do Livro Branco da Segurança Social está a tentar impor um modelo de reforma há muito delineado, subordinado aos interesses do capital financeiro - acusa a CGTP.

Manuel Carvalho da Silva defendeu em conferência de imprensa, dia 24 de Junho, que a reforma da segurança social tem de se basear nas realidades históricas, sociais e económicas do País e ter a participação activa dos cidadãos. «É inaceitável que a discussão do Livro Branco seja feita com a apresentação das recomendações da comissão, seguindo-se um curto período de discussão pública, numa altura em que a generalidade da população está de férias», protestou o coordenador da central.

A CGTP não abdica de fazer uma discussão aprofundada com os trabalhadores, tendo em conta o diagnóstico da situação.

Carvalho da Silva, citado pela Lusa, criticou ainda a forma como está a ser feita a divulgação das propostas de reforma da segurança social pela Comissão do Livro Branco. O sindicalista referia-se às notícias publicadas sobre aspectos concretos da reforma, «muitos dos quais significam a retirada de direitos, sem que os trabalha-

dores e as suas estruturas representativas conheçam qualquer documento ou tenham sido ouvidos sobre o conteúdo das recomendações da Comissão».

Maria do Carmo Tavares, da comissão executiva da Inter, onde é responsável pelo pelouro da segurança social, considerou inaceitável que os parceiros sociais ainda não tenham os relatórios da Comissão do Livro Branco em seu poder. Lembrou que a CGTP foi o único parceiro social a ser ouvido e a apresentar sugestões sobre a reforma da segurança social, porque pediu uma reunião à comissão.

«É inaceitável que os parceiros sociais não tenham participado na elaboração dos relatórios do Livro Branco da segurança social nem saibam nada sobre o trabalho desta comissão», disse. A CGTP aguarda que lhe sejam facultados estes relatórios para tomar posição pública sobre os mesmos.

A Intersindical Nacional deixou ainda um recado ao Governo, para que não continue a ser «um observador passivo perante um ataque desta natureza a direitos constitucionais e perante uma onda especulativa, com cenários de falência a curto prazo, numa acção de descrédito da segurança social».

TRABALHADORES

Administração Pública condena proposta de carreiras do Governo

Os sindicatos reagiram com fortes críticas ao projecto de reestruturação de carreiras profissionais, apresentado dia 26 pelo Governo. Os trabalhadores expressaram na rua idêntica condenação.

Milhares de trabalhadores da Administração Local reuniram-se na passada quinta-feira em Lisboa. Na resolução aprovada no plenário nacional, no Pavilhão Carlos Lopes, o problema das carreiras era apenas um entre os pontos do acordo de 1996 que o Governo assinou com os sindicatos mas que não está a cumprir.

De acordo com o documento proposto pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e pelo Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa - que foi depois entregue na residência oficial do primeiro-ministro - referia-se que «não foi dado qualquer passo significativo com vista à reestruturação e revalorização das carreiras profissionais».

Nesse mesmo dia, o Governo apresentou publicamente a sua proposta. Para o STAL, este acto governamental veio confirmar a importância do plenário de trabalhadores. Mas «este

projecto de carreiras mais não é do que um incongruente arrolamento de carreiras sem qualquer princípio, objectivo ou justificação, e que parece obedecer ao único objectivo de demonstrar ao País que o Governo tem um projecto de carreiras entregue aos sindicatos», afirma a direcção do sindicato, numa nota divulgada sexta-feira.

Considerando que o projecto «devia envergonhar o Governo e quem o propõe», pois «não é mais do que uma tentativa de enganar os trabalhadores e a opinião pública», o STAL defende que o executivo «faça a sua autocritica e apresente um projecto credível e que dê corpo aos anseios, às necessidades dos trabalhadores e às perspectivas criadas».

Também na quinta-feira, a Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública condenou a proposta governamental, registando que ela foi apresentada na véspera de uma



Milhares de trabalhadores da administração local deslocaram-se, dia 26, do Pavilhão Carlos Lopes até São Bento, para reclamar a intervenção do primeiro-ministro na concretização do acordo de 1996. No dia seguinte, um percurso semelhante foi feito, com o mesmo objectivo, por trabalhadores da administração central

manifestação nacional de trabalhadores do sector público administrativo.

A federação, numa nota de imprensa divulgada ao fim da tarde, afirmava que a proposta do Governo «defrauda as legítimas expectativas dos trabalhadores», apontando três motivos:

- não corresponde aos princípios enformadores da proposta

sindical entregue há mais de um ano ao Governo;

- limita-se a fazer meros ajustamentos de alguns índices e de duas categorias, nas trinta e uma que integram o regime geral, e a fundir duas carreiras;

- e não supera a actual situação de estagnação profissional.

Sexta-feira à tarde, centenas de trabalhadores responderam ao apelo da federação e con-

centraram-se no Marquês de Pombal, empunhando arcos e balões característicos das festas dos santos populares, com quadras alusivas aos problemas mais sentidos e à falta de respostas do Governo.

Numa resolução ali aprovada, exige-se a intervenção do primeiro-ministro para que venha a ser apresentada uma proposta que esteja de acordo

com os compromissos assumidos no acordo de Janeiro de 1996.

No documento, que depois foram entregar no gabinete de António Guterres, os funcionários públicos consideram inaceitável a proposta de revisão de carreiras apresentada no dia anterior e mandatam a FNSFP para decretar novas formas de luta, se tal for necessário.

Aumento intercalar de 5 contos para o pessoal das autarquias

Depois de apontar um rol de problemas que, apesar dos compromissos assumidos pelo Governo em Janeiro do ano passado, ainda estão por solucionar, a resolução aprovada pelos trabalhadores das autarquias locais no dia 26 aponta seis decisões:

- percorrer todos os caminhos que achar mais adequados, em cada momento, com a exigência do cumprimento pelo Governo dos compromissos que assumiu;

- apresentar queixa, em instâncias nacionais e internacionais, do incumprimento do acordo por parte do Governo;

- reivindicar, desde já, um aumento intercalar de 5 mil escudos, em 1997 e para todas as carre-

ras profissionais, por não se ter verificado o reajustamento do valor do salário mínimo da Administração Local pelo salário mínimo nacional;

- exigir o fim da onda privatizadora de serviços públicos essenciais, na defesa dos direitos das populações e dos trabalhadores;

- exigir a garantia da universalidade dos direitos à Segurança Social e à Saúde e o fim dos ataques que vêm sendo desenvolvidos à Caixa Geral de Aposentações, com novos, recentes e preocupantes contornos;

- exigir justiça social na distribuição do rendimento, potenciada na redução do leque salarial actualmente existente na Administração Local.



Apesar da expansão do turismo, os patrões da hotelaria recusam-se a pagar salários condignos

Lutas e protestos confluem e alargam-se

Carvalho da Silva deixou claro, ao intervir em São Bento na quinta-feira, que os trabalhadores não vão desistir de lutar em defesa do emprego, dos direitos que conquistaram, de melhores salários e da redução dos horários, contra a entrega de património público ao capital financeiro.

O coordenador da CGTP preveniu que a jornada de dia 26 em Lisboa - em que estiveram envolvidos activistas de outros sectores, para além da Administração Local - deve ser vista como um sinal de um protesto que se pode alargar, uma vez que muitos problemas laborais e sociais continuam por resolver.

A *Inter* salienta que, urgentemente, o Governo deve assumir uma política que procure dar respostas efectivas aos problemas dos trabalhadores. Em vez de conceder todos os apoios aos patrões, deve chamá-los à responsabilidade, obrigá-los a respeitar as leis e os instrumentos de contratação colectiva.

No dia 26, activistas do sector da metalurgia

concentraram-se, ao princípio da tarde, no Jardim da Luz, em plenário, de onde saiu uma delegação para a sede da associação patronal (AIMS), com o objectivo de reclamar a assinatura dos patrões no acordo de revisão salarial, entregue há um mês.

De manhã, sindicalistas da hotelaria concentraram-se junto à sede da Associação dos Hotéis de Portugal, na Avenida Duque de Ávila, protestando contra o facto de esta se recusar a actualizar os salários em valores condignos e pretender acabar com o actual contrato colectivo de trabalho. O salário médio na hotelaria é inferior ao de outros sectores em cerca de 28 por cento, afirma-se numa nota do sindicato do Sul, distribuída à população no local, salientando que «não há razões lógicas para esta situação degradante».

Além destes sectores, também se integraram no desfile e concentração em São Bento activistas e dirigentes dos transportes, dos enfermeiros, gráficos, químicos, indústrias eléctricas e outros.

Enfermeiros venceram uma importante batalha

«A denúncia das situações de ruptura eminente nos serviços e a mobilização dos enfermeiros fez com que o Ministério da Saúde reavaliasse a sua posição e concordasse com grande parte das propostas apresentadas pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses», informou a direcção do SEP, após uma reunião que teve na sexta-feira com os representantes do Governo.

Congratulando-se com o resultado da reunião, o SEP adianta que o Ministério decidiu:

- compatibilizar os dois processos de regularização dos vínculos precários (DL 81A/96

e concurso nacional para contrato administrativo de provimento);

- adiar o momento de aceitação/afectação dos enfermeiros concursados para CAP, até à saída do diploma de regularização do DL (prevista para finais de Julho);

- encontrar forma de possibilitar o justo e correcto reordenamento da lista de classificação final, tendo em conta as opções e classificações dos candidatos.

Na prática, estas decisões ministeriais significam que todos os enfermeiros permanecem nas instituições até à publi-

cação da regularização; que aqueles que estão integrados nos dois processos podem optar pela situação mais favorável; que podem ser reutilizadas inúmeras quotas de descongelamento de vagas nos quadros das instituições; que é diminuída a instabilidade gerada pela mobilidade dos enfermeiros em períodos de férias.

«Ainda falta dar resposta a uma das grandes e legítimas aspirações dos enfermeiros - a contagem de todo o tempo de serviço, para todos os efeitos legais, prestado a vínculo precário» - regista o sindicato.

INTERNACIONAL

EUA realizam experiência nuclear

O governo dos Estados Unidos efectuou ontem uma «experiência nuclear abaixo da massa crítica» no deserto do Nevada, a 300 metros de profundidade. Esta foi a primeira de uma série de ensaios destinados a avaliar as condições de segurança e fiabilidade apresentadas pelos materiais antigos mas ainda utilizados no arsenal nuclear norte-americano. De acordo com o Departamento de Energia, esta experiência não viola o Tratado sobre a Interdição de Ensaios Nucleares (assinado pelos EUA em Junho de 1996), pois será parada antes que seja atingida a massa crítica necessária para provocar uma reacção em cadeia.

Iraque racionaliza alimentos

Alguns bens alimentares distribuídos à população iraquiana serão racionados este mês devido, nas palavras de um porta-voz do Ministério do Comércio do Iraque, ao «bloqueio da administração norte-americana» ao acordo «petróleo por alimentos» e ao impacto da operação militar turca contra os curdos a decorrer no norte do Iraque. As rações de arroz serão diminuídas de 2,5 para dois quilogramas e as de feijão de um quilo para 500 gramas. O porta-voz acrescentou que as rações mensais de farinha (nove quilogramas), açúcar (dois quilogramas) e óleo vegetal (um litro) serão mantidas. O acordo entre a ONU e o Iraque, renovado por meio ano no início deste mês, autoriza Bagdad a exportar dois mil milhões de dólares de petróleo bruto por semestre para comprar alimentos e medicamentos.

95 países interditam minas antipessoais

Durante a Conferência Internacional sobre Armas, realizada em Bruxelas na semana passada, noventa e cinco países aderiram a uma declaração favorável ao Tratado

Israel

Netanyahu a braços com contestação

O Governo israelita está a sofrer uma nova onda de protestos. Ao mesmo tempo que os israelitas se manifestam nas ruas e exigem eleições antecipadas, uma sondagem revelou que Benjamin Netanyahu perderia as eleições, se estas se realizassem agora.

A Praça Yitzhaak Rabin, em Telavive, a capital israelita, foi invadida no domingo por mais de 30 mil pessoas que exigiram a demissão do governo liderado por Benjamin Netanyahu e a realização de eleições antecipadas. Ao mesmo tempo, numa outra praça da cidade, outros milhares de israelitas manifestavam-se contra a influência crescente dos ultra-ortodoxos na vida da população.

Com a sua participação no executivo de direita eleito há cerca de um ano, os Hareidi

(«Tementes a Deus») têm tentado proibir tudo aquilo que consideram contrário à religião hebraica, nomeadamente a condução de veículos e a abertura de estabelecimentos religiosos no Sabat.

Também os comerciantes palestinianos de Jerusalém Oriental manifestaram o seu descontentamento em relação às autoridades israelitas. No mesmo dia, a Câmara do Comércio daquela cidade decretou uma greve de protesto contra a regularização dos impostos municipais atrasados

e que se elevam a milhões de dólares.

A greve contou com o apoio da Autoridade Nacional Palestiniana e do Comité Executivo da OLP, que apelaram à participação nesta jornada de protesto «em resposta à vaga de colonização que esvazia a cidade dos seus habitantes e a isola da sociedade palestiniana».

Entretanto, o diário israelita Maariv publicou uma sondagem que revela que, se as eleições legislativas se realizassem agora, o actual governo ficariam apenas com 33 por cento dos votos contra 43 por cento dos Trabalhistas. Este inquérito reflecte o ambiente vivido no país, inclusivamente dentro do próprio governo. No início da semana passada, 11

dos 66 membros da coligação governamental abstiveram-se durante um voto de confiança no Parlamento.

Congresso do PC de Israel

O Comité Central do PCPC enviou uma saudação ao 23º Congresso do Partido Comunista de Israel, realizado entre 25 e 28 de Junho, elogiando a sua «luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo israelita, pelos direitos nacionais do povo palestiniano e por uma paz justa e duradoura no Médio Oriente».

«Apesar de todos os obstáculos que se colocam às forças do progresso social, da paz e

do socialismo, a luta de emancipação nacional e social dos trabalhadores e dos povos não vai parar. As contradições geradas pelos interesses das transnacionais e os povos e países vão agravar-se. A luta vai continuar. O PCPC considera que é da maior importância o reforço da solidariedade e cooperação entre os partidos comunistas e outras forças do progresso social. É neste espírito que confirmamos a nossa solidariedade com a vossa luta e vos manifestamos uma vez mais a nossa vontade de agir para que se reforcem os laços de amizade e solidariedade existentes entre o PCPC e o PCI», lê-se na mensagem.

O PCPC fez-se representar neste congresso por Domingos Lopes, membro do CC.

PARLAMENTO EUROPEU

Parlamento Europeu aprova relatório

Garantir o Fundo de Coesão para depois de 1999

O Parlamento Europeu, na última sessão plenária realizada em Bruxelas na semana passada, aprovou um relatório do deputado do PCP, Honório Novo, sobre a aplicação do Fundo de Coesão em 1995, no qual se realça a sua elevada taxa de execução, a total inexistência de fraudes e se exige a sua renovação em 1999.

O relatório, previamente aprovado pela comissão parlamentar da Política Regional, destaca a elevada execução orçamental deste fundo, contrariando a ideia de que os países da coesão (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) não são capazes nem competentes para utilizar os meios financeiros disponíveis. Esta «ideia» adquire especial importância agora, numa altura em que se prepara a revisão das perspectivas financeiras para depois de 1999, e em que surgem algumas vezes que defendem a diminuição de meios ou sua deslocação, nomeadamente na perspectiva do alargamento da União Europeia.

Na sua intervenção, o deputado do PCP concluiu que «estes factos permitem constatar a elevada capacidade de absorção, regular e transparente, dos meios

disponíveis por parte destes países, o que confirma a sua necessidade em infra-estruturas ambientais e de transportes, pois que continuam a existir grandes assimetrias deste âmbito no seio da UE».

Consequentemente, o relatório aprovado propõe a adopção de medidas para prorrogar o Fundo de Coesão para além de 1999. A base desta renovação do Fundo, acrescentou Honório Novo, «devem ser os critérios da sua criação, isto é, manter-se como um instrumento financeiro destinado a promover a coesão económica e social nos países cujo PIB *per capita* continue a ser inferior a 90% da média comunitária e que possa ajudar esses países nos esforços de convergência nominal a que estão e estarão sujeitos».

Outro aspecto realçado pelo relatório refere-se aos progressos verificados na obtenção de um equilíbrio global no financiamento entre projectos ambientais e de redes transeuropeias de transportes, ainda que com alguns desequilíbrios nacionais que deverão ser corrigidos, nomeadamente na Grécia, em detrimento do sector dos transportes, e em Portugal em prejuízo do sector ambiental.

O facto de existirem normas definidas pela Comissão Europeia para dar aplicação prática à cha-

mada «cláusula de condicionalidade», que faz depender o desbloqueamento de verbas deste fundo do cumprimento dos critérios de convergência nominal definidos em Maastricht, continua a suscitar viva controvérsia. Para o deputado do PCP isso deve-se ao facto de esta cláusula dever «ser modulada em função do objectivo primordial do Fundo - o prosseguimento da coesão - e, por outro lado, ao contrário do que se impunha, continuam a não ser comunicadas nem discutidas com o Parlamento Europeu».

Por último, acentua-se a característica nacional deste fundo, evitando que seja confundido com objectivos regionais, o que poderia levar à sua diluição nos Fundos Estruturais, contrariando desta forma os que preconizam a sua extinção em 1999.

O Fundo de Coesão destina-se fundamentalmente a dar conteúdo ao princípio da coesão económica e social e, como tal, destina-se apenas aos estados-membros cujo PIB *per capita* seja inferior a 90% da média comunitária, embora os apoios concedidos até agora tenham sido, de forma contraditória, condicionados à aceitação e cumprimento de um programa de convergência destinado a satisfazer os critérios de convergência nominal previstos pela União Económica e Monetária.

Presidência austríaca

Prioridade ao alargamento

O alargamento da União Europeia a Leste será a preocupação prioritária da presidência austríaca da UE, antontem iniciada.

Segundo declarou no domingo a secretária de Estado para os Negócios Estrangeiros austríaca, Benita Ferrero Waldner, em entrevista à agência APA, «a adesão dos países da Europa central e oriental e de Chipre à União Europeia será o tema mais importante da presidência austríaca», que se propõe ser «o advogado dos países reformadores». A Comissão Europeia apresentará a 16 de Julho o seu parecer sobre as diferentes candidaturas.

Entretanto, realizou-se na sexta-feira, em Amsterdão, uma cimeira entre dirigentes da União Europeia e os chefes de Estado ou de governo dos países candidatos à adesão (República Checa, Hungria, Polónia, Eslovénia, Eslováquia, Roménia, Bulgária, Estónia, Letónia e a Lituânia), convocada com o objectivo de os «informar» dos resultados da cimeira de 16 e 17 de Junho sobre a reforma do Tratado da União.

Recorda-se que os Quinze não chegaram a acordo sobre principais pontos referentes ao alargamento, nomeadamente no que se refere às alterações da composição da comissão nem sobre a ponderação dos votos. A UE afirma-se, no entanto, «pronta a lançar o processo de alargamento», considerando que as decisões principais poderão ser tomadas antes da entrada efectiva dos novos membros.

Seguidismo em Estrasburgo

Os resultados da cimeira de Amsterdão estiveram em debate na última sessão de Junho do Parlamento Europeu. A proposta de resolução em análise, segundo os deputados comunistas, revela que uma maioria no PE «continua afastada da realidade e dos anseios e preocupações dos cidadãos», e revela «o seu pendor para um cego seguidismo relativamente às

mais relevantes decisões do Conselho». Razões de sobra para o voto contra dos comunistas, como referiu Joaquim Miranda na sua intervenção.

Para o eurodeputado do PCP, a cimeira constituiu «uma profunda decepção e mesmo um sério fracasso», tanto no respeitante às questões institucionais como às relacionadas com a situação económica e social. No primeiro caso, porque «se insiste, sem a assumir, numa marca federalista; concentram-se poderes de decisão ao nível comunitário, afastam-se cada vez mais os cidadãos das decisões», o que resulta em acrescidos défices democráticos. No segundo caso, porque, se «é de salientar o facto do desemprego - e da sua ligação inevitável com a marcha forçada para a moeda única e com o pacto de estabilidade - ter acabado por ser inscrito na ordem do dia da cimeira», o que se verifica é que «são irrelevantes, em termos objectivos, as decisões do Conselho neste domínio».

INTERNACIONAL

Vitória histórica do povo chinês

O «fim de mais de cem anos de humilhação», tal é uma das frases que melhor traduz os sentimentos de regozijo e de festa com que a China inteira celebrou o regresso de Hong Kong à mãe-pátria, no passado dia 1 de Julho de 1997.

Trata-se, com efeito, de uma vitória histórica do povo chinês que constitui uma memorável reparação pelos 156 anos de vigência dos tratados injustos que lhe foram impostos pelo imperialismo, nomeadamente inglês, depois das Guerras do Ópio.

É uma vitória histórica que põe sobretudo em grande evidência o peso e a importância da República Popular da China no mundo actual e a perseverança com que o Partido Comunista da China prossegue o objectivo da reunificação de toda a nação chinesa.

A incorporação de Hong Kong, que acaba de ter lugar, aumenta, naturalmente, ainda mais este peso e esta importância, pois ao pequeno território, da até há pouco colónia inglesa, corresponde uma grande economia com o sétimo lugar no comércio mundial

e um dos primeiros entre as praças financeiras do mundo.

A cooperação entre as duas economias não começa agora, evidentemente. Quase cinquenta por cento do comércio externo da China já passava por Hong Kong e os investimentos da ex-colónia britânica ocupavam o primeiro lugar do investimento estrangeiro na China.

Vai, no entanto, iniciar-se um novo curso que não é com certeza isento de problemas, mas que pela dimensão económica que reveste há-de ter profundas repercussões e não apenas no extremo oriente.

Todo o processo de Hong Kong nos seus aspectos diplomáticos, económicos e políticos inscreve-se na concepção de «um país, dois sistemas» que foi teoricamente desenvolvido por Deng Xiaoping. Esta concepção acaba de alcançar um êxito inquestionável, em 1

O regresso de Hong Kong à China



Um povo em festa celebra o regresso de Hong Kong à China

de Julho, e passa agora pela sua maior prova pática. Não faltarão os problemas reais, mas sobretudo as provocações, as intrigas, as conspirações dos que não querem que se confirmem as esperanças suscitadas por este acontecimento histórico.

O sucesso da Região Administrativa Especial de Hong Kong em todas as suas componentes, incluindo as garantias democráticas e a realização das anunciadas eleições livres dentro de um ano, é essencial para o futuro do território, para a boa solução de Macau,

que será a próxima Região Administrativa Especial da China, para o prosseguimento do processo de reunificação em direcção a Taiwan e, naturalmente, para o próprio desenvolvimento da construção do socialismo com características chinesas.

de Interdição das Minas Antipessoais, que será assinado em Dezembro, no Canadá. Os países participantes assinaram uma declaração em que apelam a «uma interdição completa da utilização, armazenamento, produção e transferência» deste tipo de armamento, bem como à sua destruição e à desminagem das regiões afectadas. Os Estados Unidos e a Rússia, presentes na conferência como observadores, não subscreveram a declaração final.

Conversações entre as duas Coreias

Três dias antes das conversações entre Pyongyang e Seul destinadas a preparar as negociações de paz iniciadas na segunda-feira em Nova Iorque, um deputado sul-coreano declarou que o seu país está disposto a reunir-se com a Coreia do Norte. Han Seung Soo, sublinhando que não há ainda nenhuma data para o início do possível processo de reunificação, adiantou que «a Coreia do Sul não pode financiar a reunificação sozinha e vai precisar da estreita cooperação dos nossos maiores aliados (Estados Unidos, Japão e países europeus), assim como de organizações económicas internacionais». A Península Coreana constituiu um país unido durante mais de mil anos, até 1945.

Albânia

Coligação de esquerda derrota Sali Berisha

«Berisha perdeu a sua última hipótese de coabitação com o povo albanês. Esperamos que mantenha a sua promessa e se demita.» Com estas palavras, Fatos Nano, líder do Partido Socialista da Albânia (PSA), apontou o futuro que se anuncia para o país após a vitória esmagadora da coligação dos partidos de esquerda nas eleições de domingo.

Segundo os dados disponíveis no encerramento da nossa edição, o PSA conquistou 63 lugares no novo parlamento albanês, enquanto os três outros partidos da coligação de esquerda garantiram mais dez. O Partido Democrático (PD) de Berisha não foi além da eleição directa de sete deputados. Prevê-se que após a segunda volta, marcada para o próximo domingo, dia 6, os socialistas conquistem mais duas dezenas de lugares, o que daria à coligação de esquerda uma maioria de dois terços no parlamento de 155 lugares.

Apesar do complexo processo eleitoral da Albânia e da «apetência» de Berisha para se manter no Poder e manipular os dados - como ocorreu nas legislativas de Março de 1996, sob o tímido protesto dos observadores da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) -, é opinião generalizada que desta vez terá mesmo de demitir-se. Até porque as armas da revolta de Março continuam espalhadas pela população.

É sintomático que o ainda

Presidente tenha reconhecido a derrota do PD e apelado aos seus apoiantes para encararem o resultado das eleições «com coragem e dignidade». Embora não falando em demissão, Berisha afirmou que vai respeitar todas as suas declarações prévias, em que se incluiu a promessa pública feita em Março de se demitir no caso do PSA ganhar as eleições.

A revolta popular

As eleições antecipadas foram impostas pela revolta popular, que chegou a assumir características de insurreição no sul do país, resultante da derrocada das sociedades piramidais que levaram à ruína milhares de famílias albanesas. Nos confrontos então registados morreram pelo menos 1.600 pessoas, enquanto o poder caía na rua. Estima-se que cerca de 60 por cento do território continua fora do controlo das autoridades de Tirana.

Foi a pressão popular que forçou Berisha a convocar eleições, a aceitar a formação de um governo de transição liderado pelo socialista Bashkim Fino e a libertar Fatos Nano, líder socialista, preso por «corrupção» num processo denunciado internacionalmente como declarada perseguição política.

Os violentos confrontos que em Março abalaram a Albânia levaram à intervenção, em

Abril, de uma força multinacional dirigida pela Itália, cuja acção, muito limitada, pareceu mais destinada a pôr cobro à vaga de imigração albanesa para território italiano. Os cerca de sete mil soldados da Força Multinacional de Protecção - que os albaneses designam por «turistas armados» - têm-se limitado a acções de vigilância junto dos principais edifícios públicos. Mas o país parece aguardar com

calma a conclusão do processo eleitoral, e os disparos que se fizeram ouvir no início da semana foram apenas para saudar a derrota de Berisha.

Uma declaração emitida pela comissão parlamentar internacional que acompanhou as eleições refere que os resultados do escrutínio «podem ser a base de um sistema democrático estável que todos os albaneses querem e merecem». Apesar de terem

ocorrido «pequenos incidentes» em alguns lugares e «graves problemas noutros», a comissão considera que as eleições decorreram de uma maneira «razoavelmente ordenada» e que as comissões eleitorais tiveram, «na maioria dos casos, um comportamento correcto e não-parcial».

«O povo albanês mostrou o seu forte desejo de um futuro democrático para a Albânia», diz-se no comunicado.

Renault/Vilvorde

O espectro do desemprego

O anúncio do encerramento da fábrica da Renault em Vilvorde, na Bélgica, soou como um toque de finados para os trabalhadores da empresa e fez disparar as campainhas de alarme nos assalariados da indústria automóvel francesa. O PCF exige uma moratória da decisão.

Sendo o Estado francês o principal accionista da Renault, e tendo o primeiro-ministro, durante a campanha eleitoral, manifestado o seu empenho na manutenção da empresa e dos empregos, torna-se difícil aceitar a decisão de fechar as portas e mandar para o desemprego milhares de trabalhadores. Mais difícil ainda quando se sabe que a decisão faz parte de um plano de reestruturação do sector automóvel que passa pela redução das capacidades de produção e ameaça 3.000 postos de trabalho na Renault e mais de milhar de outros na Peugeot-Citroen, para além dos de Vilvorde.

Isso mesmo fez notar o Partido Comunista Francês (PCF), em nota distribuída no sábado, em que classifica a decisão de «negativa», sobretudo porque «volta as costas às necessidades» do país. Para o PCF, o que é necessário é «produzir mais e melhor para substituir os nove milhões de viaturas usadas (...), para melhorar a segurança e proteger o ambiente», e não agravar o desemprego.

Para os comunistas franceses, em vez da «supressão de postos de trabalho, do aumento das horas extraordinárias e do desemprego técnico», há que apostar na «redução imediata do horário de tra-

balho para as 35 horas semanais, sem perda de salário», e na «orientação de uma parte dos doze mil milhões de liquidez da Renault e dos dezanove mil milhões da Peugeot para melhorar as condições de vida e de trabalho, e para a formação dos jovens».

Estas e outras medidas passíveis de desenvolver levam o PCF a rejeitar que «o encerramento de Vilvorde possa ser feito com base apenas no parecer de especialistas, sem um debate nacional, sem que uma comissão de inquérito parlamentar sobre a indústria automóvel possa dar a sua opinião, e sem debate e consulta no Parlamento». Por isso, os comunistas propõem uma «moratória» suspendendo a decisão de encerramento e que os planos de supressão de empregos sejam bloqueados, de forma a permitir a realização de um debate e a busca de soluções para o problema, como «desejam todos os que levaram a esquerda ao poder».

Também para a CGT a decisão de encerrar a fábrica da Renault em Vilvorde é «um contra-senso, quer no plano económico como no plano social».

Num comunicado divulgado no fim-de-semana, a Confederação Sindical garante estar disposta a desenvolver todos os esforços para contrariar «esta decisão intolerável, porque é evidente que este golpe baixo visa mais globalmente todos os trabalhadores do grupo Renault e da indústria automóvel». «A CGT não vai baixar os braços», assegura.

Mantêm-se as orientações do cavaquismo

Governo quer dar a privados o apoio às Forças Armadas

A política do executivo de António Guterres e António Vitorino para os estabelecimentos fabris das Forças Armadas e as indústrias de defesa coloca em causa 7 mil postos de trabalho, direitos importantes conquistados pelos trabalhadores e um valiosíssimo património público que podia ser muito melhor aproveitado.

Contra a destruição do sector se têm manifestado ao longo dos anos os trabalhadores e as suas estruturas representativas, travando importantes batalhas e oferecendo uma resistência ímpar, que ainda hoje o Governo receia e tenta torner, ocultando as decisões que pretende tomar, para as apresentar como factos consumados.

Estas acusações são feitas por quatro dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, em declarações ao «Avante!». António Sequeira, trabalhador da OGMA com 12 anos de serviço, Celeste Soeiro, operária da OGFE há 24 anos, José Carlos Gomes, trabalhador do Arsenal do Alfeite, com 30 anos de casa, e Joaquim Granadeiro, que trabalha nas OGME há 26 anos, comentam a actual situação.

Começamos por esclarecer que, ao contrário de outros sectores, não se trata aqui de um problema de reprivatização, porque os estabelecimentos sempre foram do Estado e dos ramos das Forças Armadas.

Como é justificada a opção do Governo?

José Carlos Gomes: Responsáveis do Ministério da Defesa argumentam, nos contactos com os representantes dos trabalhadores, que, com o fim da guerra colonial e o redimensionamento das Forças Armadas, os estabelecimentos fabris deixaram de ser necessários nos moldes em que existiam. Há um objectivo, que é separar das Forças Armadas os estabelecimentos fabris,

ao diálogo, mas nas nossas costas vão aplicando soluções que não nos apresentam à mesa.

“Se de um dia para o outro for tomada a decisão de retirar trabalho às OGME, já está montada uma estrutura privada que poderá agarrá-lo.”

Joaquim Granadeiro

organismos estatais.

Tal não sucedeu, e dá-se até o caso de as empresas apenas garantirem uma parte das necessidades das próprias Forças Armadas.

que até agora lhes têm dado todo o suporte.

Esta situação traz uma grande insegurança aos trabalhadores, uma grande indefinição quanto ao futuro. O Governo e a CRACID (Comissão de Reorganização das Actividades Industriais de Defesa) têm reunião com o sindicato, mas parece-nos que apenas pretendem reuniões para a estatística, para dizerem que estão abertos a aplicar soluções que não nos apresentam à mesa.

Vêm daí as dificuldades das empresas?

CS: O problema é que nunca houve, quer da parte dos sucessivos governos quer da hierarquia militar, um esforço para adaptar estas empresas a outro mercado, que não tinha que ser obrigatoriamente aquele onde se movimentavam as entidades privadas. A produção dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas poderia ser destinada a

Mesmo assim, começaram a surgir grandes pressões de lobbies privados, queixando-se da alegada concorrência desleal dos EFFAs.

Cedência aos lobbies

A decisão sobre estas questões foi-se adiando. Quanto a nós, os governos não quiseram entrar em choque com aqueles lobbies, portanto foram deixando os estabelecimentos abandonados à sua sorte, o que provocou a degradação a nível de instalações, equipamentos... Nos governos do PSD e de Cavaco Silva verificou-se um surto de reformas antecipadas, que provocou um forte rombo nos quadros de pessoal. Em 1993, saíram muitos trabalhadores, nomeadamente de sectores com mão-de-obra mais qualificada, o que deixou as empresas ainda mais fragilizadas. Falou-se, na altura, de um estudo para a reestruturação, ao qual os sindicatos e CTs nunca tiveram acesso oficial, mas onde já era apontado o objectivo de encerramento de alguns estabelecimentos e de passagem de outros a sociedades anónimas.

“Parece-nos que apenas pretendem reuniões para a estatística, para dizerem que estão abertos ao diálogo.”

José Carlos Gomes

Depois do período eleitoral do final de 1995 e início de 1996, verifica-se que o Governo do PS volta à carga e define linhas gerais que são exactamente as que vinham do PSD. Para concretizarem os planos definidos para os EFFAs, só precisavam da alteração da Lei

de Delimitação dos Sectores, que o Governo levou à AR no dia 5 de Junho.

Nas conversas com a CRACID - que não passam de conversas, porque dali não sai nenhuma conclusão nem nenhum compromisso - nada nos é dito que dê uma resposta às preocupações sentidas pelos trabalhadores.

As Oficinas de Fardamento, a Manutenção Militar e o Laboratório são aqueles estabelecimentos onde prevemos que se venha a verificar maior número de encerramentos de sectores.

OGMA lucrativa

António Sequeira: As origens da OGMA são idênticas, mas com o desenrolar dos anos obteve um volume importante de encomendas do sector privado, ainda antes de ser transformada em sociedade anónima, no ano passado.

Com a passagem a SA ninguém ganhou: a empresa deixou de dar lucros e passou a apresentar prejuízos; saíram cerca de mil trabalhadores em 1994 por via de reformas antecipadas; iniciou-se um ataque aos direitos dos trabalhadores, que já viram retirado o prémio anual de produtividade e assiduidade, e que vêem agora posto em causa a sua progressão nas carreiras; as admissões de pessoal têm sido feitas, desde aquela altura, em regime de contrato individual e com condições muito piores que as previstas na contratação colectiva.

A OGMA é uma empresa desenvolvida e que, no ramo da reparação, manutenção e fabricação aeronáutica está ao nível, já há muito, das melhores empresas do mundo e concorre com elas. Tem firme capacidade para dar lucros, mas está ainda a pagar uma série de custos. Só a passagem a SA custou à empresa mais de um milhão de contos.

Também há motivos para interesses privados cobixarem o Arsenal do Alfeite?

José Carlos Gomes: Em relação ao Arsenal, é capaz de não haver grandes interesses privados. Faz reparação naval para a Marinha, tem condições para voltar a fazer construção naval, área que esteve na sua origem mas que tem estado ao abandono. De há uns anos a esta parte, o Arsenal tem-se limitado apenas a reparações e é para estes trabalhos que existe um protocolo com a Marinha.

Não haverá estaleiros privados interessados em adquirir o Arsenal, mas pode haver estaleiros privados interessados em substituir o Arsenal nas construções. Já há reparações que, estando o Arsenal em condições de as executar, são entregues a privados - e, depois de terminadas as obras, acabam por voltar ao Arsenal porque a qualidade do trabalho não corresponde às exigências da Armada.

CS: Não cremos que o Arsenal fique de fora no jogo de interesses que se nota na indústria naval. O Arsenal tem uma ligação forte aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, que ainda estão no sector empresarial do Estado mas

acerca dos quais já se fala numa futura entrada dos Mellos. Está montada uma estratégia que não nos dá segurança nenhuma. Por recearem a resistência dos trabalhadores, ocultam esta estratégia, mas nota-se que o plano está em marcha, a reestruturação está feita e só aguardam um momento oportuno

“Só a passagem a sociedade anónima custou à OGMA mais de um milhão de contos.”

António Sequeira

para a colocar em cima da mesa. Também nos cheira a esturro o facto de o Governo ter excluído o terreno do Arsenal do Alfeite da área do PDM de Almada.

Inquietações

JCG: A indefinição não é resolvida pelas entidades com quem contactamos. Não nos dizem nada nas reuniões, mas estão a trabalhar e, um dia destes, levamos com uma reestruturação já feita e sobre a qual não nos poderemos pronunciar.

Joaquim Granadeiro: Ex-colegas nossos das OGME, que foram reformados da empresa e depois montaram uma firma, estão hoje a trabalhar nos quartéis. Sabe-se que há também militares por trás dessa firma. Ora, se de um dia para o outro for tomada a decisão de retirar trabalho às OGME, já está montada uma estrutura que poderá agarrá-lo. Só que ainda precisam das Oficinas, porque ainda lhes damos garantias únicas de qualidade e prazos, como se viu com as viaturas para a Bósnia ou para Moçambique.

AS: Este Governo integrou a OGMA numa holding, juntamente com a SPEL e a Indep, mantendo nestas duas a política de rescisões de contratos e prevendo a deslocalização da Indep para Rio Frio. Não houve qualquer auscultação das organizações dos trabalhadores, há um silêncio quase total quanto ao futuro.

O que mudou com a constituição da holding?

CS: Na OGMA, por exemplo, começaram a entregar a empresas privadas servi-

façam a reparação e manutenção dos carros pesados e de combate.

Sofremos também uma forte sangria de pessoal, em 1993, quando ficámos reduzidos a menos de metade: de cerca de 300, para cento e vinte e poucos trabalhadores. Entre os que saíram estavam muitos dos nossos profissionais mais qualificados e houve sectores que ficaram, desde então, muito debilitados.

CS: É mais fácil encontrar soluções para a programada destruição dos estabelecimentos fabris do Exército: fardamentos, alimentação, medicamentos podem ser adquiridos ao sector privado. Quando se chega à engenharia, encontrar uma resposta de privados torna-se mais complicado. Por isso, foi nos estabelecimentos do Exército que em 1993 houve o maior número de saídas: 1700 trabalhadores.

AS: Houve também a saída de mil trabalhadores, em 1994, na OGMA, o que provocou dificuldades na empresa, pela saída de boa parte da mão-de-obra qualificada. Desde então, mantêm-se o escândalo de, a recibo verde, a empresa ir buscar ex-funcionários que empurrou para a reforma antecipada. Há ainda cerca de 200 trabalhadores com contratos a prazo.

ços de apoio, e já disseram que o pessoal é para reduzir. Perspectivavam a entrada de uma empresa de segurança, área que até agora era da responsabilidade da OGMA. Já temos uma empresa de serviço no refeitório. Da Empordef também nos disseram que para a área administrativa não vai entrar mais pessoal.

Para corresponder às preocupações dos trabalhadores dos EFFAs quanto ao futuro das empresas e dos postos de trabalho, o que deveria ser feito?

CS: Para já, deviam ser aproveitadas todas as capacidades actuais dos estabelecimentos, alargando o mercado destes a outras áreas da administração pública. Podíamos ter protocolos com os PALOPS... A reestruturação que, quanto a nós, devia ser feita, tinha que ter como princípio a ideia de que os estabelecimentos fabris das Forças Armadas são para manter.

AS: A OGMA é uma empresa extremamente importante em termos nacionais. Quando o País dá tímidos passos na construção de automóveis, na OGMA construímos aviões. Temos um enorme potencial tecnológico, construído ao longo de gerações de trabalhadores e com investimentos públicos. Este património valiosíssimo não deve sair do sector empresarial do Estado.

JCG: O projecto de estatuto jurídico que foi dado a conhecer ao sindicato aponta para uma perda de direitos e regalias dos trabalhadores. O Estado deve assumir os seus compromissos para com estas empresas e os trabalhadores, adoptando medidas para a modernização do sector, para a implementação de novas máquinas e novas tecnologias, o que não tem sido feito em tempo oportuno.

Se há empresas que estão obsoletas, a culpa não é dos trabalhadores.

Ainda recentemente houve um concurso para a construção de seis lanchas rápidas destinadas à Brigada Fiscal, que foi ganho pelo Arsenal do Alfeite, mas que foi impugnado com o argumento de que se tratava de um estabelecimento militar, apesar de apresentar o preço mais baixo (pelo que ouvir dizer, cerca de 20 mil contos em cada lancha) e garantir uma alta qualidade do trabalho. Isto faz-nos uma certa confusão...

DM

O que são hoje as indústrias de Defesa

Integradas no sector empresarial do Estado, as indústrias de Defesa fazem parte das Forças Armadas e têm por tutela o Ministério da Defesa Nacional. Aqui se incluem os estabelecimentos fabris do Exército (OGFE, OGME, Manutenção Militar e Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos), o Arsenal do Alfeite, a OGMA, a Indep e a SPEL, que, no total, empregam 7 mil trabalhadores (destes, 1500 têm contratos a prazo) e prestam um importante apoio às Forças Armadas.

O Governo tomou uma série de decisões para este sector, contidas na resolução do Conselho de Ministros Nº 180/96, que teve publicação oficial no dia 31 de Outubro. Nesse documento e nas declarações vindas a lume na comunicação social, o Governo aponta para o encerramento total ou parcial de algumas empresas, passando os serviços a ser assegurados por privados.

O Arsenal do Alfeite tem forte tradição na construção e reparação naval para a Armada, mas não estão a ser aproveitadas todas as suas potencia-

lidades. As grandes construções foram abandonadas, houve cortes orçamentais e falta uma carteira de encomendas objectiva. Teve cerca de 3 mil trabalhadores em 1988, hoje tem menos de 2300.

O Laboratório Militar dedica-se sobretudo ao fabrico e manipulação de medicamentos e outros produtos químicos para as Forças Armadas e Militarizadas. Faz análises químicas e físicas e garante a desinfecção e desinfectação dos aquartelamentos e estabelecimentos militares. Tem hoje 138 trabalhadores, quando em 1989 tinha 555.

Com 1450 trabalhadores (tinha 2500 em 1989), a Manutenção Militar tem por atribuições a produção e distribuição de produtos alimentares, o fornecimento de combustíveis líquidos e lubrificantes e a constituição de reservas para situações de emergência.

As Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento produzem vestuário, calçado, roupas hospi-

tales e roupas de aquartelamento, ocupando actualmente 600 trabalhadores (eram quase 2 mil em 1989).

Actualmente com 148 trabalhadores (menos de metade dos cerca de 400 que tinham em 1989), as Oficinas Gerais de Material de Engenharia dedicam-se à reparação e manutenção de viaturas pesadas e lagartas, armamento pesado e materiais diversos de intendência.

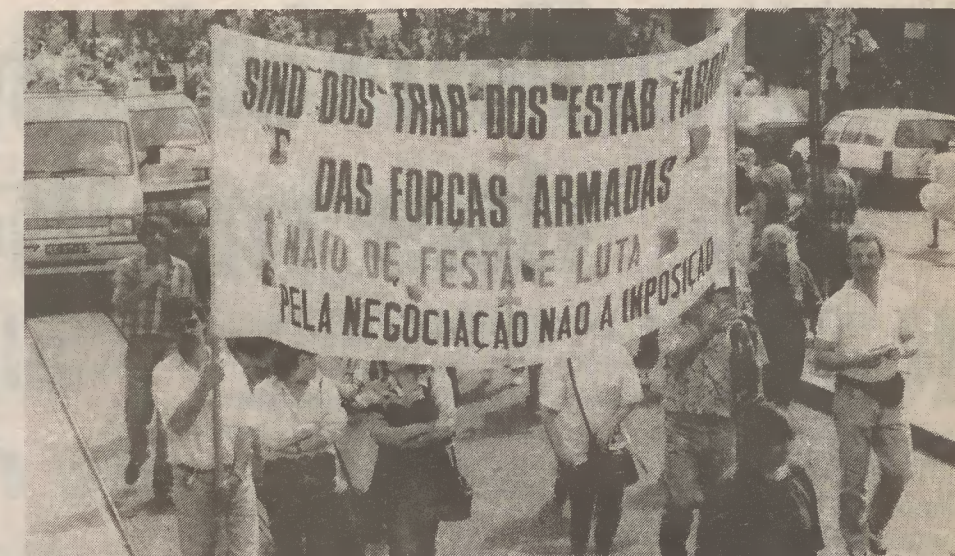
A OGMA, Indústria de Aeronáutica de Portugal, SA resultou da transformação das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (da Força Aérea) em sociedade anónima de capitais integralmente públicos, em 1996. Com actividades de fabrico e reparação, ocupa pouco mais de 1400 trabalhadores. Em 1993 teve quase 2300.

O fabrico e reparação de armamento é a actividade da Indep, Indústria Nacional de Defesa, EP - que foi criada a partir da Fábrica Mili-

tar de Braço de Prata e da Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras. Chegou a ter mais de 3 mil trabalhadores, em 1983, ficando-se agora pelos 620.

A SPEL, Sociedade Portuguesa de Explosivos, SA controla mais de 80 por cento do mercado nacional deste sector, depois de ter adquirido a Extra, Explosivos da Trafaria. Tem como accionista maioritário a Indep, a que se junta a União Espanhola de Explosivos. Em 1990, passou por um processo de reestruturação, que se saldou na liquidação de mais de uma centena de postos de trabalho. Graves erros de gestão, apontados pelo sindicato, resultaram numa repetição da reestruturação, com os mesmos objectivos.

A Empordef, Empresa Portuguesa de Defesa é uma holding que foi constituída como centro de decisão estratégica, englobando as OGMA, a Indep e a SPEL.



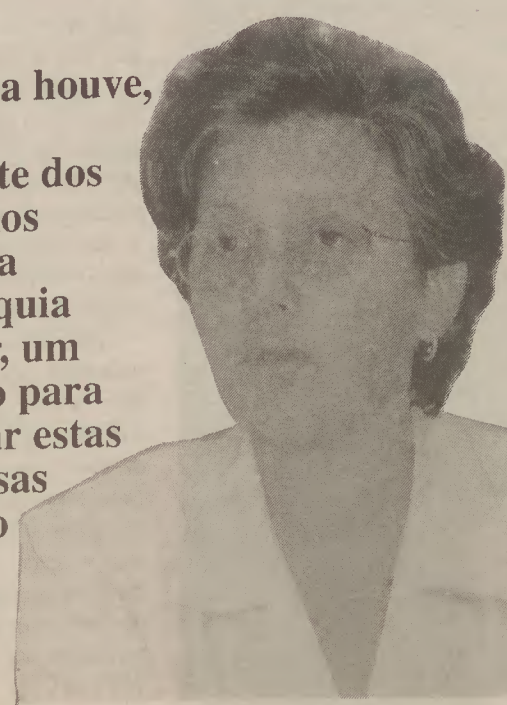
Mais desemprego

JCG: No Arsenal do Alfeite, temos hoje 2275 trabalhadores, durante 1996 reformaram-se 116 e, se contarmos os últimos cinco anos, reformaram-se 500. As admissões não compensam, de modo algum, estas saídas, e os efectivos têm vindo a reduzir-se. Com as inovações tecnológicas e outras alterações verificadas nas condições de funcionamento do Arsenal, até aceitamos que o pessoal tenha que sofrer alguma redução. Mas o que se está a passar traz-nos uma grande preocupação: ao não se perspectivar o desenvolvimento do Arsenal para eventuais construções, o que poderia traduzir-se num aumento da mão-de-obra, está a perder-se uma oportunidade e a agravar a situação social nos concelhos de Almada e do Seixal, onde já há muito desemprego.

A verdade é que existe trabalho, tanto assim que ele é hoje dado a empreiteiros.

JG: É para os estabelecimentos fabris do Exército que estão mais avançados os projectos para encerramento de alguns sectores, tendo em conta até o tipo de serviços que prestam.

Já foi retirada às OGME e entregue às oficinas de marca a reparação e manutenção dos carros oficiais dos ministérios. O que nos dizem é que, na reestruturação em curso, a OGME ficará ligada ao Exército, porque não há empresas privadas que



“Nunca houve, quer da parte dos governos quer da hierarquia militar, um esforço para adaptar estas empresas a outro mercado.”

Celeste Soeiro

■ **Fernanda Mateus**
Membro da Comissão Política

Participação política das mulheres

– alguns apontamentos de reflexão

REALIZOU-SE a 21 de Junho um Passeio no Tejo, subordinado ao tema “CDU - um projecto autárquico também no feminino”, que envolveu cerca de 200 eleitas e candidatas da CDU às próximas eleições autárquicas.

O PCP prestou contas de como a sua intervenção autárquica tem procurado corresponder à melhoria das condições de vida das mulheres no plano local, assumiu compromissos para o próximo mandato e deu a conhecer o número de mulheres que integram as listas da CDU nos processos de candidaturas em curso.

Dezanove mulheres foram anunciadas como cabeças de lista a Câmaras, representando 15,8% das candidaturas da CDU anunciadas até 11 de Junho.

No distrito de Lisboa, dos 105 nomes considerados para as quinze Câmaras do distrito, 28 são mulheres (26,6%). Em 112 nomes para as Assembleias Municipais, 27 são mulheres (25,7%). No que se refere às Assembleias de Freguesia são cabeças de lista 19 mulheres.

No distrito do Porto destaca-se, desde já, a apresentação de 3 mulheres cabeças de lista às Câmaras de Valongo, Porto e Baião, duas cabeças de lista às Assembleias de Freguesia da Foz do Douro e Bonfim e uma à Assembleia Municipal de Marco de Canavezes.

No distrito de Braga, 3 mulheres são cabeças de lista às Assembleias de Freguesia de S. Vítor e S. Vicente e à Assembleia Municipal de Guimarães.

No distrito de Faro, 6 mulheres são cabeças de lista designadamente à Câmara Municipal de Lagos e 4 quatro a Assembleias de freguesia.

No distrito de Beja foram anunciadas várias mulheres nas listas da CDU: uma cabeça de lista à Câmara Municipal de Cuba, 8 integram equipas para as câmaras municipais e 7 mulheres são cabeças de lista a Assembleias de Freguesia.

Apesar de estar claramente à frente das restantes forças políticas apresentando nas sucessivas eleições autárquicas um aumento de participação de mulheres, o PCP e a CDU mantêm insatisfações quanto aos resultados até agora obtidos e as suas estruturas continuam a desenvolver todos os esforços para aumentar o número de mulheres elegíveis para os futuros órgãos autárquicos.

O PCP é o único partido que tem assumido uma postura séria e activa na promoção do necessário aumento da participação das mulheres nos centros de decisão política e na vida do País no poder local, na Assembleia da República e a todos os níveis de decisão na estrutura partidária.

Também a defesa dos direitos específicos das mulheres tem estado presente na acção política do PCP, designadamente na Assembleia da República e nas autarquias. Ao mesmo tempo que apela permanentemente às mulheres portuguesas a assumirem a defesa dos seus direitos políticos, económicos, sociais e culturais.

Efeitos mediáticos

O aumento da participação das mulheres nos centros de decisão política e na vida política nacional tem sido pretexto para discursos de “boas intenções”, do PSD e do PS sem tradução na prática destes partidos, nem na realização de políticas governamentais de promoção da melhoria da qualidade de vida das mulheres e de efectivação da igualdade de direitos e de oportunidades.

É oportuno relembrar que o PS conseguiu um grande efeito mediático com a proposta de quotas obrigatórias, fixadas na lei e na Constituição, que obrigariam à força a que um quarto das candidatas fossem mulheres. Em 1 de Fevereiro de 1994, o actual Primeiro-Ministro e então líder do PS foi mesmo afirmar a um Parlamento Paritário realizado na Assembleia da República que seria necessário aprovar um diploma com quotas mínimas obrigatórias de participação de mulheres.

A este propósito, Victor Cunha Rego escrevia no Diário de Notícias de 3 de Fevereiro de 1994 que “as quotas propostas pelo secretário-geral do PS em nome do seu partido não passaram no Parlamento Paritário. Os comunistas põem à frente das prioridades a luta contra a feminização da pobreza e assim tapam o facto de não dese-

jarem correr riscos ao nível do aparelho do partido”.

Estamos à vontade para analisar, no concreto, quem tem medo da participação das mulheres, quem de facto não deseja cor-

rer riscos.

É o PCP e os seus aliados na CDU que estão à frente, no número de mulheres eleitas no poder local e no seu peso no conjunto dos seus eleitos, registando uma evolução positiva nas sucessivas eleições autárquicas.

Em 1979 as mulheres representavam 8,9% dos eleitos do PCP e dos seus aliados na CDU. Enquanto no PS, as mulheres representavam 3,7%, no PSD 4% e no CDS 3,3%. No actual mandato verifica-se que 40% das mulheres presidentes de Câmaras são da CDU (duas em cinco); que 22,5% do total das mulheres eleitas nas Câmaras Municipais são da CDU.

A nível do total dos eleitos por força política nas Câmaras Municipais as mulheres representam 15,4% do total dos eleitos da CDU, enquanto no PS representam 8,3% e no PSD apenas 6,6%.

Analisando a participação feminina nas Câmaras Municipais, por distrito, verifica-se que a CDU em maioria ou minoria

tem um maior percentagem de mulheres eleitas no conjunto dos seus eleitos.

É o PCP e os seus aliados na CDU que detêm o maior número de deputadas eleitas na Assembleia da República: 26,7%. Enquanto no PS as mulheres representam 12,5% da sua bancada e 8% do PSD.

Actuamos, como comprovam os dados enunciados para aumentar o número de mulheres no poder local como noutras instâncias de decisão política onde o PCP e a CDU participam. Não estamos satisfeitos com os resultados até agora obtidos e actuamos para continuar a ter progressos ainda mais relevantes nesta participação.

Mas para o PCP as consequências das políticas governamentais que têm sido realizadas, pelo PSD e agora do PS são responsáveis pelo agravamento da discriminação da grande maioria das mulheres, designadamente das trabalhadoras e impe-

dem a igualdade de direitos e de oportunidades na vida económica, social, política e cultural.

A participação política das mulheres não pode ser reduzida ao apelo ao voto, aos discursos pela igualdade em momentos eleitorais, e às declarações de intenções de aumento da presença de mulheres nos centros de decisão política. Práticas estas assumidas pelo PSD e pelo PS, partidos que tem tido responsabilidades governativas. Os mesmos, que alimentando a “política-espectáculo”, promovendo o marketing para conquistar votos, relegando as mulheres e os cidadãos em geral para meros espectadores dos “acontecimentos políticos” fomentam o distanciamento das mulheres e dos cidadãos em geral da vida política, para assim, melhor realizarem os seus objectivos.

A intervenção das mulheres na vida política do País pode e deve concretizar-se também pela reflexão sobre a sua realidade quotidiana, enquanto trabalhadora, cidadã e mãe e encontrando as formas organizativas e de participação que permitam dar expressão concreta às suas reivindicações e por um papel activo de fiscalização dos actos do poder político central e local e o grau de cumprimento das promessas eleitorais.

Devem, entretanto, merecer um grande combate posições que interpretando a legítima e justa aspiração de uma presença feminina em paridade nos órgãos de decisão aos vários níveis, a consideram em si, a garantia de definição e execução de políticas promotoras da igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres, escamoteando um dado essencial: quais são os pressupostos políticos e de classe que presidem aos partidos que as mulheres integram. Do mesmo modo, que meter todos os partidos políticos no “mesmo saco”, escamoteando a sua postura política, a coerência entre as suas promessas e práticas é uma postura que interessa objectivamente aos partidos de direita e que lhes permite determinar entre si as alternâncias de poder.

Entretanto, como é sublinhado na resolução aprovada pelas eleitas e candidatas da CDU no Barco no Tejo, “a CDU desafia as mulheres ao inconformismo e ao combate às causas desta situação que oprime as aspirações das mulheres portuguesas, dificulta a sua participação na sociedade e por isso também impedem os caminhos do aprofundamento da democracia nas suas vertentes económica, política e cultural. As mulheres portuguesas têm a ganhar com a igualdade de direitos e de oportunidades concretizável com uma verdadeira política de esquerda e com o reforço da PCP e da CDU”.



Um tratado manhoso

T
R
I
B
U
N
A

Depois de um conturbado processo de avanços e recuos, a revisão do Tratado de Maastricht foi concluída no último Conselho Europeu. O Tratado de Amsterdão nasce com a fama de ser minimalista. É certo que o Tratado está muito aquém de anunciadas intenções vindas dos federalistas. Mas, mesmo assim, não é um Tratado irrelevante. De uma forma muito manhosa, ele prossegue o caminho da construção federal, dando vários passos significativos nessa direcção.



■ João Amaral

Para se perceber por que razão o Tratado de Amsterdão tem esta aparência de minimalista, tem de recordar-se o processo que rodeou a aprovação do Tratado de Maastricht. Em 1992, os Governos europeus optaram por um fechado trabalho de cúpula. Maastricht foi negociado sob o signo da diplomacia confidencial. O choque nas opiniões públicas foi tremendo. O Tratado esteve por um fio. O referendo dinamarquês obrigou a um delicado processo de renegociação da posição da Dinamarca. E em França, o referendo mostrou um eleitorado dividido ao meio, com o Sim a ganhar tangencialmente.

Os Governos europeus quiseram ter aprendido a lição. Juraram a sua transparência, ou, pelo menos, simular a sua prática. Perceberam que, para venderem o seu produto, era essencial terem uma opinião pública tranquilizada, mesmo que fosse necessário anestesiar-la. Quiseram provar

Isto significa que o Conselho Europeu de Amsterdão não vale só por ter conservado intacta a União Económica e Monetária, e o caminho para a Moeda Única. Não vale só por ter confirmado o Pacto de Estabilidade, apesar de toda a polémica encenada a partir das posições do novo



Governo Francês. Não vale só pelas proclamadas preocupações sociais, traduzidas escassamente no capítulo sobre o Emprego. Este Conselho Europeu vale também pelo Tratado que aprovou, e que consagra novos passos federalistas. Um Tratado cujo alcance não pode nem deve ser subestimado. Não se trata de diabolizar o Tratado, trata-se tão-somente de não cair no logro de o beatificar.

O Sr. PESC...

Tomemos por exemplo a PESC, a Política Externa e de Segurança Comum. O que tem sido dito é que praticamente teria ficado tudo na mesma: nem houve "comunitarização" nem a UEO foi integrada na União Europeia. Mas essas negativas não traduzem tudo o que está no Tratado.

Quanto à estrutura da PESC, são dados passos muito importantes. É criado um "Sr. PESC", que é o Secretário-Geral do Conselho. Não é uma figura autónoma, como alguns queriam, mas este Secretário-Geral é transmutado em "Alto Representante para a PESC". Agora, basta encontrar uma figura política forte e credível, e teremos o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União. Além do Sr. PESC, é instituída a figura do Orçamento PESC e é criado um departamento, a "unidade de planeamento da política e de alerta rápido", com pessoal proveniente do Secretariado-Geral, da Comissão e da UEO, e com missões definidas para apoio à PESC, incluindo a de elaborar propostas de medidas de política e a de manter informação actualizada, designadamente informação confidencial.

Quanto ao processo de decisão, o facto de se manter a regra da unanimidade para as decisões de topo não significa que não tenham sido dados passos no sentido federal. Por um lado, foi simplificado o processo de decisão que permite chegar à adopção das acções comuns, estas já decididas por maioria. Mas, o mais significativo foi a previsão da "abstenção positiva". É a regra de que as abstenções não contam para a... unanimidade a formar a nível do Conselho! Vale a pena transcrever o Tratado: "Nesse caso, o Estado não é obrigado a aplicar a decisão, mas deve reconhecer que a mesma vincula a União. "E, logo de seguida, acrescenta-se: "Num espírito de solidariedade mútua, o Estado-membro em causa deve abster-se de qualquer acção susceptível de colidir com a acção da União baseada na referida decisão ou de dificultar essa acção". Isto significa pura e simplesmente que a exigência de unanimidade está a ser torneada, por um hipócrita mecanismo, que permite aos Estados "lavarem as mãos" com a sua absten-

ção, mas possibilitando assim que as decisões sejam tomadas. Isto, sem esquecer que só as orientações gerais e as estratégias comuns estão sujeitas a este mecanismo de (afinal falsa) unanimidade, o que já não sucede com as acções comuns e com as posições comuns, onde a regra é a da maioria qualificada (com a previsão da invocação do interesse nacional, previsão aliás de sentido equívoco já que desnecessária, se se tiver por assente a vigência do Compromisso de Luxemburgo).

Quanto à política de defesa, no âmbito da PESC, se não se integra a UEO na União Europeia, há no entanto aqui também, passos muito relevantes. Desde logo, a União Europeia atribuiu-se a capacidade de decidir as chamadas missões Petersberg. Não são só missões humanitárias ou de manutenção da paz, como andaram por aí a vender. São também missões de combate para a gestão de crises, incluindo as missões de "implementação da paz". Este é um avanço de extraordinário significado, representando a assunção pela UE da sua componente de política de defesa já ao nível da decisão operacional, que a União encomenda à UEO. Na execução pela UEO destas missões Petersberg, todos os Estados-membros da UE podem participar, mesmo os Estados-membros que não pertencem à UEO. Isto é, a UEO assume o papel de organização militar de toda a EU e de todos os seus Estados-membros. Isto é particularmente significativo, dado o facto de, no estado actual das relações internacionais e na panóplia das "guerras disponíveis", todas elas caberem no conceito das missões Petersberg, pelo que este novo papel da UEO é um papel para todas as situações possíveis de envolvimento militar. Como se vê, se não há integração formal da UEO na EU, pouco falta!

Uma última nota sobre a PESC refere-se ao artigo J.14, que consagra como novidade, que, quando seja necessário celebrar um acordo com um ou mais Estados ou organizações internacionais no âmbito da PESC, o Conselho por unanimidade pode autorizar a Presidência, eventualmente assistida pela Comissão, a entabular negociações para esses efeitos. É a construção de um "teatry making power" em matéria de política externa. A PESC ganha asas ...

... e o resto

Centrei estas notas sobre o Tratado de Amsterdão na questão da PESC, porque esta tem sido particularmente referida como inócua e de menor alcance. Não acho que assim seja, pelas razões aduzidas. Centrando esta análise na PESC, deixei proposadamente de fora todo o Terceiro Pilar (justiça, segurança pública, vistos, asilo, imigração, polícia, criminalidade). Trata-se do domínio onde unanimemente se considera que houve mais passos na direcção federal, designadamente através da "comunitarização" de algumas políticas (vistos, imigração, asilo), do reforço da cooperação policial, da previsão da aproximação das legislações penais, da extensão a esta área das competências do Tribunal de Justiça, e da integração na EU do acervo Schengen. É questão que só por si merece um artigo, e espero que alguns dos especialistas na matéria o escreva nas páginas do "Avante!"

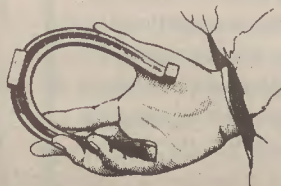
Com a UEM fortemente federalizada, o Terceiro Pilar a caminho disso e a PESC na direc-



ção que se descreveu, a EU caminha para o Estado Federal, com o Tratado de Amsterdão a fazer manhosamente o papel de Tratado-gazua. Estas são as questões essenciais. Mas acrescento seis notas telegráficas, que mostram outros passos federais do Tratado.

Falo do alargamento dos casos de maioria qualificada. Falo de uma presidencialização da comissão, com a explicitação da subordinação desta às orientações políticas definidas pelo Presidente. Falo do poder atribuído ao Tribunal de Contas da Comunidade de fiscalizar directamente todas as pessoas singulares ou colectivas beneficiárias de pagamentos do Orçamento da Comunidade, incluindo nas próprias instalações dessas pessoas jurídicas. Falo da atribuição à COSAC (Conferência das Comissões de Assuntos Europeus dos Parlamentos Nacionais) da capacidade de apresentar contributos aos órgãos da Comunidade, um pequeníssimo passo, embrionário, do caminho da COSAC para vir a ser uma espécie de Senado da União. Falo da consagração, pela primeira vez na história das Comunidades, de um mecanismo de pressão e ingerência política, através da previsão no artigo F-A de sanções contra um Estado-membro que os outros entendam que não está a cumprir princípios de organização política considerados característicos da União.

Falo em especial desse espantoso mecanismo da "flexibilidade", que permite a um grupo de Estados adoptar políticas comuns não previstas nos Tratados, utilizando para a sua execução as instituições, mecanismos e procedimentos da União Europeia. Este mecanismo permite aquilo



que, desta vez, tudo seria diferente de Maastricht.

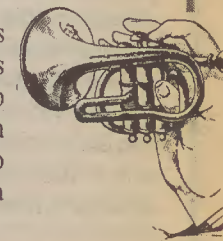
Uma das tácticas cuidadosamente seguidas para atingir esse objectivo foi a de simular metas muito ambiciosas para o Tratado, para depois o concluir num patamar muito mais baixo, dando assim à opinião pública uma sensação que mistura a frustração e o alívio. Os subscritores do Tratado de Amsterdão encenaram desta maneira o seu bom senso e moderação. A manobra é clássica: começaram por anunciar ao paciente que se preparasse para uma delicada operação que envolvia o transplante de vários órgãos, mas acabaram a dizer-lhe que afinal o seu mal não passava de uma Hepatite B. O doente ficou satisfeíssimo, e muito agradecido à sua vulgar hepatite...

O pior é que, apesar destas juras de transparência e moderação, os Governos subscritores não resistiram a aproveitar a ocasião. Portaram-se como se portaria a raposa que entrasse no galinheiro jurando não comer galinhas. À mínima distração, zás!, haveria galinha no papo! Assim sucedeu àqueles Governos com os passos em direcção à federação europeia. Tudo muito "moderado", mas tudo no mesmo sentido de sempre, da construção do Estado federal.



que os federalistas chamam "progressos", mesmo só com um núcleo mais reduzido de Estados e mesmo em áreas que não estão no Tratado porque alguns Estados se opuseram! O mecanismo da flexibilidade, tal como está definido, chega ao ponto de aplicar ao núcleo de Estados que o utilizam os procedimentos de votação do Tratado, excluindo expressamente os que não fazem parte desse núcleo. É a consagração das "mini-União" dentro da própria União, para rebocarem em direcção ao Estado federal.

Por favor, senhores federalistas, não façam dos europeus parvos. O Tratado de Amsterdão não é o fim da linha. Mas o comboio federal andou mais uma estação.



A palavra POVO fora da Constituição

Num destes dias de calor acima do normal, Sacatrapo foi dar um passeio até S. Donats, onde ergue um colégio de muita pompa para meninos sul-americanos, filhos de milionários com fortunas de origem muito suspeita. Logo nos amplos greens avistou o Dr. Boaventura Zuzarte: professor de Português. Sacatrapo, de mangas arregaçadas, muito a fingir à-vontade, saudou-o como um compincha. Exclamou:

— Viva, meu povo!
O Zuzarte sorriu com todo o ar de já sofrer de doença das vacas loucas.
— Povo, vírgula! Então você não sabe ainda que os senhores deputados da Assembleia da República decretaram ou vão decretar que a palavra *povo* seja expulsa da Constituição Portuguesa?
— E então o Zé Povinho aceita?
— O Zé Povinho já não existe, Sacatrapo. Agora o *povo*, essa palavra humilhante já irá ser substituída por gentes, vulgo, pessoas, indivíduos, almas, entes, sujeitos, etc. Por mim, escolheria *criaturas*, coisa muito mais fina.

SANDUÍCHES DE AVESTRUZ

■ Alexandre Pinheiro Torres



— E então o hino da Pátria? — recalculou Sacatrapo.
— Quem passa a ser o «nobre povo»?
— Ora essa! A chamada «nação valente» encontra-se no Palácio de S. Bento, no de Belém, nas Academias, nos generais ou almirantes, donos de bancos, o vulgo nobilitado por grandes façanhas.
— Então a palavra *povo*, ainda que com outra grafia, não foi usada por Fernão Lopes? Que diabo andei eu a fazer a dar cabo dos olhos a ler a *Crónica de D. João I*?
— Sínto-me responsável. Fui eu que decretei que você devia ler essa obra monumental, mas repare que esse *pohoo*, como Fernão Lopes escreve, era um grupo de populares, uns insurrectos, gentiaga, povilú, uma plebe vil, uma canalha.
— Mas não foi essa maltosa que fez a Revolução de 1385?
— Ai é que está! O *povo* é uma coisa sempre conotada com revoltas, contestações, motins, insurreições, desordens, eu sei lá! E foi por causa

disto tudo que o Mestre de Aviz foi rei e Luís XVI de França ficou de cabeça cortada, a pingar da guilhotina.
— Safat!, que o sr. Zuzarte está macabro. Mas para que cortar a palavra *povo*?
— Essa Sacatrapo, deixa-me como um peixe a respirar em areia seca. Talvez os excelentes deputados queiram inverter o sentido de um determinado verso de *Os Lusíadas* onde se lê *Se é certo que com o rei se muda o povo*. Canto IV, estância 17.
— Bolas, Dr. Boaventura! Erudição sim, mas tanta não. O senhor esmaga.
O Zuzarte respirou o ar marinho que lhe abria os pul-

mões. Terra abençoada aquela onde a poluição não chegara. Sacatrapo invejou-lhe o emprego. Furioso investiu: — Então já não vamos dizer que somos um *povo de marinheiros*?
— Não, meu caro. Talvez uma raça de marinheiros, embora já não tenhamos barcos, mas podemos talvez falar da «raça ruiva do porvir», como diz Cesário Verde. E isso! Os deputados são já os filhos dessa raça ruiva do porvir. É que o próprio Cesário Verde diz que o «povo folga, estúpido, e grisalho». É ver *Noite Fechada*, estância 12.
Sacatrapo deu um salto.
— Irra! O Dr. Zuzarte esmaga mesmo. Mas eu queria que me dissesse se os senhores deputados vão recomendar que já não se diga *voz do povo é voz de Deus* e vão mandar um abaixo-assinado a Israel para que os hebreus deixem de se apelar «povo eleito». Pessoas, indivíduos, fulanos eleitos, vá que não vá!
Aqui o Professor de Português de St. Donats teve estre-

meamentos. Talvez Cóleras e Febres à Cesário Verde.

— Há coisas piores, meu excelente Sacatrapo. Veja só que no tempo dos romanos o *povo* ainda era *povo*. As bandeiras ostentavam o SPOR que significava *O Senado e o Povo Romano*, Senado ligado a Povo. Corta-se o Povo e fica só o Senado. Ou seja, na versão de agora, corta-se o Povo e fica só Assembleia da República, com os professores-deputados a dar notas de mau ou bom comportamento às pessoas, gentes, povilús, criaturas. Você não sabe, mas um dia, um pândego francês, Bossuet, chamou a esse mesmo povo, agora despromovido, *le peuple de Dieu*. Percebe, Sacatrapo?
— Isso é francês? Então não entendo.

— Olhe que o francês é uma grande língua, uma grande língua de cultura universal. Nela se diz, *se moquer du peuple, se fier du peuple ou se foutre du peuple*, tudo significa fazer pouco do povo, que o povo leve no traseiro, e outras belezas!

Aqui Sacatrapo experimentou uma enorme revolta, como se a um caranguejo lhe arrancassem as mandíbulas e o tivessem deixado de patas para o ar. Estrebuchava, o pobre.

Gritou, em última agonia: — E então, dr. Zuzarte, a soberania do povo? Onde está o povo soberano?

— Já não há povo soberano. Os deputados não querem. Soberanos são eles, mais os excelentes ministros.

— Mas eles não foram eleitos pelo povo?

— Isso é um erro, Sacatrapo. O povo nunca elegeu nada porque não há povo. Há eleitores, há pessoas que levam o papel do voto nas mãos e o lançam nas urnas.

— Se não há povo como pode haver *povoação*?
— Já não é *povoação*. Se apenas há pessoas ou fulanos ou criaturas passa-se a usar *pessoação, fulanação ou criaturação*.

Sacatrapo deu um grande suspiro de alívio.

— Eu vi logo que o dr. Boaventura Zuzarte estava a brincar comigo. Palavra que cheguei a levá-lo a sério! Como é que então se poderia dizer que o *povo é quem mais ordena*?
— Calado, Sacatrapo. Nunca mais repita isso. O povo não ordena nada. E não ordena porque não há povo. O Zeca Afonso é que não percebeu. Esse verso tramou-o.

■ Carlos Gonçalves

MACAU triades, lavagens e negócios

No momento histórico em que se concretiza finalmente o regresso de Hong Kong à soberania chinesa e à margem desses acontecimentos, mas não indiferente ao seu desenvolvimento, emerge em Macau uma violência intermitente mas brutal, associada às triades e ofícios correlativos, e sucedem-se muitas e desvairadas tramas e conspirações, nem todas de recorte “apenas” oriental.

A guerra das triades em Macau, desde o início do ano, resultou, pelo menos, em 16 execuções de alta violência, na tentativa quase consumada de assassinio do Comandante da PSP e na destruição por fogo posto de 30 motos junto a instalações policiais.

Por muito diplomáticas que sejam as declarações oficiais sobre este surto de violência, que ainda por cima tem feito correr muita tinta pelo mundo fora, a preocupação é evidente.

Recentemente, enquanto decorriam intensas negociações nos bastidores entre Portugal e a República Popular da China (RPC) relativas à transferência de soberania em 20 de Dezembro de 1999, o representante oficioso daquele país em Macau referia-se de forma clara às medidas necessárias de “combate à delinquência” e, dias depois, o Ministro Vitorino, em visita à cidade, dava nota do empenho das autoridades portuguesas nesse sentido.

Vive-se entretanto uma trégua, ao que se diz por intervenção das autoridades chinesas, mas, como em ocasiões anteriores, a alta violência, porque se mantêm todas as suas causas, pode ressurgir a todo o momento, se é que já não reapareceu com o inexplicado assassinio de várias prostitutas.

E sem dúvida que, a este respeito, releva o papel das triades, a sua história, percurso e objectivos explícitos ou adivinhados e todo o tecido das respectivas actividades e de outros interesses que se movem na economia (semi)oculta, de Macau.

A guerra das triades opõe a 14K e a “Gasosa”.

A primeira é uma antiga sociedade secreta do crime organizado, cuja história se filia no Koumintang dos anos 40.

Foi fundada pelo general Wong, chefe da polícia secreta de Chang Kai Chek e colaborou durante dezenas de anos com a CIA e com os restos do poder nacionalista, nomeadamente o exército que no norte da Birmânia dominava a produção de ópio.

Tem raízes profundas em Taiwan e Hong

Kong e domina há muitos anos em Macau o submundo do jogo, a agiotagem, a prostituição e o tráfico de heroína e opera grandes interesses no branqueamento de capitais nas salas dos casinos de Macau.

A segunda é uma triade fundada há poucos anos em Macau, embora com ligações em Hong Kong e não só.

Dedica-se aos mesmos negócios que a sua adversária, mas é menor e menos influente, procurando alterar a seu favor os equilíbrios existentes.

Mas a guerra das triades pelo controlo das actividades criminosas de Macau é provavelmente tão-só a ponta do *Iceberg* do que realmente se está jogando no submundo do território.

Tráficos, Casinos e “Off shore”

Macau foi durante três séculos a porta de todos os negócios e tráficos de e para a China Imperial, por lá passava grande parte do comércio externo chinês e, nessa condição, tornou-se o anfitrião do mercado do ouro do Sudoeste da Ásia.

Assim era antes da anexação de Hong Kong, em pleno século XIX, como resultado da “guerra do ópio”, quando o “austero”



bém da sua criminalização, Hong Kong foi o paradigma neoliberal de Milton Friedman e “a economia mais livre do mundo” na definição da “sagrada congregação” da Escola de Chicago e da Heritage Foundation.

Macau viveu nos últimos 150 anos à sombra de Hong Kong e, após a 2ª guerra, assumiu progressivamente o carácter de economia supletiva e subsidiária da colónia britânica.

As maiores receitas dependem do turismo de casino e da actividade bancária *off shore*, onde se escoam parte das fortunas legítimas ou ilegítimas e das receitas de actividades criminosas, bem como as fugas ao fisco de Hong Kong.

Os 10 casinos, propriedade da Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM) de Stanley Ho, atingiram, em 1995, uma receita bruta estimada de 300 milhões de contos; e só existe a estimativa porque, desde que em 1986 Carlos Monjardino, então Secretário Adjunto da Economia de Macau, atribuiu à STDM o monopólio dos casinos do território que as receitas respectivas estão isentas de publicação pública, tendo uma portaria de 1996 permitido a “sinopse”, em vez do balanço.

Os 50 000 visitantes diários dos casinos da STDM são alvo privilegiado das triades que arrendam, ao que parece por valores até 500 000 contos/ano, as mesas e salas de jogo - onde nenhuma autoridade legal exerce controlo.

Em torno do jogo desenvolvem-se muitos dos negócios escuros das triades, o mais rentável será a lavagem de dinheiro quente, utilizando em primeira instância os “bancos informais” da tradição chinesa que funcionam na diáspora, na Malásia, na Indonésia, nas Filipinas, nos E.U.A. e na Europa, mas há também a agiotagem, a prostituição e o tráfico de drogas.

Este negócio clandestino de milhões que se move no submundo dos casinos da STDM, ou os interesses de eventuais futuros concorrentes nestas actividades, são certamente causa próxima da guerra das triades.

Mas adivinham-se outras alianças, tramas e conspirações de interesses inconfessáveis, entre o jogo, as triades e quem mais aproveita deste fluxo de capitais, os bancos instalados em Macau, alguns deles ligados aos “capitães do dinheiro” portugueses, referidos como ligados à “Maçonaria” ou à “Opus Dei”, com as retaguardas protegidas pelos *off shore* da Madeira e respectivos “links” internacionais, no Luxemburgo, ou algures, nos seus aparelhos financeiros ou de financiamento e influência política oculta, nacionais e mundiais, assim se cumprindo o desígnio da “globalização”.

Campeã da desregulamentação, do monetarismo, da financeirização da economia, e tam-

Finanças, Fundações e Sociedades Secretas

Cerca de 100 milhões de contos do Orçamento de Macau em 1997, 40% das respectivas receitas fiscais, resultam de 30% das receitas brutas da STDM.

Mas o monopólio de Stanley Ho está garantido apenas até 2001 e, ainda assim, de acordo com o que veio a público da posição fiscal para 31,8%, e a passagem dos 1,6% das receitas brutas da STDM, que anteriormente se destinavam à Fundação Oriente (FO) e que não são oficialmente entregues desde 1993, para uma nova Fundação, controlada por Rocha Vieira e futuramente pelo Governador chinês de Macau.

A FO, de que é presidente Carlos Monjardino, fora acusada num relatório da Assem-

bleia Legislativa de Macau de ter recebido verbas superiores ao estabelecido, totalizando 33 milhões de contos em meia dúzia de anos, retirados na maioria de Macau, em desrespeito dos respectivos estatutos e sem “qualquer objectivo de permanência no território para além da data da transferência da Administração”.

Monjardino é amigo e sócio de Stanley Ho em vários negócios, com o envolvimento “contra natura” com interesses e capitais da Igreja e com o “grupo Lusomundo” na TVI, ou em Cascais, onde, numa daquelas coincidências em que toda esta história é abundante, os interesses do Casino Estoril, propriedade de Ho (e o maior da Europa), se cruzam com os de Monjardino enquanto presidente da Assembleia Municipal.

Aliás a este respeito não é possível deixar de citar um texto de “Géopolitique des drogues 1995”⁽¹⁾ - “ (...) Um outro lugar sensível” (no que respeita ao branqueamento de capitais da droga em Portugal) “é a região do Estoril, cujo casino tem por proprietário um homem de negócios de Macau que está à cabeça de vários estabelecimentos deste «território especial» de Portugal, reputado por ser um local importante de branqueamento muito frequentado pelos membros das triades de Hong Kong. Acontece que a «Fundação Oriente», dirigida por personalidades de esquerda” (obviamente da área do PS), “(...) foi inicialmente financiada pelo governo de Macau”⁽¹⁾.

Neste quadro, não se estranha que o citado relatório do órgão legislativo de Macau refira pagamentos ilegítimos e maiores que o estipulado da STDM à FO, efectuados mesmo depois de oficialmente suspensos; nem que diversos “media” admitam que, no futuro, a FO vai continuar a ser financiada pela STDM, com recurso a verbas não previstas nos acordos de transferência de soberania.

Nem se estranham as coincidências de toda esta trama com o que escreveu Rui Mateus, com o “caso fax de Macau”, a “Emaudio” e os personagens conhecidos.

Não se estranha a coincidência, mais uma, da sobreposição de nomes, empresas, grupos económicos e bancos nacionais e estrangeiros, envolvidos nestes negócios dos casinos e *off shore* de Macau, e os que são citados nas listas avulsas das sociedades secretas, da “Maçonaria” e da “Opus Dei”.

As triades já cá estão

Qualquer manual sobre branqueamento de capitais, corrupção ou crime económico enuncia tramas como estas, nas suas muitas envolventes e extensões: na criminalização da economia, na deslegitimação do poder político democrático pelo controlo do poder económico, a infiltração das sociedades secretas, a corrupção e as mafias, no financiamento oculto de determinadas forças políticas ou sindicais, com recurso a expedientes diversos, às “fundações” ou às seitas religiosas que, pela respectiva natureza “benemérita”, estão quase isentas de controlos e em óptimas condições de manipular verbas elevadas ao serviço de causas inconfessáveis.

Por isso, quando hoje se olha para a violência da guerra das triades de Macau e se teme que a próxima transferência de soberania para a RPC precipite a sua importação por Portugal, seria mais avisado reparar melhor nas que temos por cá.

⁽¹⁾ Géopolitique des drogues 1995, Rapport annuel de l'OGD, Editions La Découverte, Paris 1995

Não à moeda única

■ Alfredo
Cataluna

No passado dia 23 de Junho, promovido pela Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e com a colaboração do deputado do PCP no Parlamento Europeu, Sérgio Ribeiro, realizou-se um debate com dirigentes sindicais do sector em torno da tão falada Moeda Única.

O debate, que tinha como objectivo contribuir para um melhor entendimento dos critérios de Maastricht e seus reflexos negativos nas indústrias de alimentação, bebidas e tabacos e suas consequências no plano do emprego e das condições salariais, sociais e de trabalho, atingiu plenamente o objectivo.

O debate colocou questões e deu exemplos tão ilustrativos dos reais problemas do sector que levou a que cada participante fizesse questão em saber se o futuro e o desenvolvimento do País está condenado à fatalidade do encerramento de empresas, das linhas de produção, à precariedade do emprego, à falta de condições de trabalho, dos baixos salários, enfim, à instabilidade presente e à insegurança do futuro.

Ali foi dito que sectores inteiros de actividade nas indústrias de alimentação foram quase na sua totalidade praticamente destruídos:

- a indústria de conservas, que em 1970 possuía 186 unidades de produção, encontra-se hoje reduzida a 23 unidades e o sector de bolacha foi reduzido a mais de 60% da sua capacidade instalada;
- o acordo sobre as conservas feito pela União Europeia e Marrocos, com a aceitação de Portugal, põe em risco 5000 empregos,

3000 na indústria Açucareira e 2000 nas pescas;

- a política de atribuição de cotas para o concentrado de tomate que vise galvanizar esta indústria numa perspectiva de consolidar o seu mercado;

- os reflexos negativos para a indústria de vinhos, sobre a chamada reforma do vinho, que visa a atribuição de subsídios para o arranque da nossa vinha;

- privatizaram-se as empresas públicas e mais ricas do sector, altamente lucrativas e que contribuíram com milhões de contos para o Orçamento de Estado. A Centralcer, Unicer e

Tabaqueira foram entregues, sem qualquer justificação económica ou social, ao capital nacional e estrangeiro, apenas e tão-só por uma opção classista;

- o desemprego e a precariedade do emprego aumentaram vertiginosamente;

- congelaram-se os salários e bloqueou-se a contratação colectiva;

- os grupos monopolistas e as sociedades transnacionais proliferaram nos sectores mais ricos e rentáveis, tais como: grupo Sara Lee, grupo Conagri no sector das carnes, Tate & Lyle na refinação de açúcar, grupo Bavaria nas cervejas, Philips Morris nos tabacos e tantas, tantas outras.

E os fundos estruturais, para onde foram, quem serviram?

E cada vez que um dirigente falava, lá vinha mais o exemplo de

mais uma empresa que fechou, mais duas ou três em vias de fechar, mais uma em crise financeira, mais salários em atraso, etc., etc.

Onde está a tão apregoada coesão económica e social?

O que se disse nas intervenções não representa o desfiar de um rosário de lamúrias e muito menos significa uma manifestação de desânimo perante as dificuldades. O que se disse retrata infelizmente os problemas reais do País, apesar da carga dramática no plano social que cada situação acarreta para a vida dos trabalhadores.

Perante tanto exemplo, lá vinha a sacramental pergunta: será que com a Moeda Única toda esta triste realidade se altera numa perspectiva mais risonha?

É a ilusão monetária que todos os dias vergonhosamente os vendedores de ilusões e os falsos profetas ditam através dos poderosos meios informativos de que dispõem, enquanto censuram e silenciam os verdadeiros e reais problemas do País.

Operação de cosmética

O tratado de Maastricht que foi aprovado em 1992, hoje alvo de tão forte contestação social, é o cerne da questão.

É ele que consagra, marca e determina as grandes orientações políticas, económicas, monetárias e financeiras enquanto renuncia ao social, através dos chamados critérios de convergência.

Na altura, os sindicatos e os trabalhadores, que não foram ouvidos quanto aos conteúdos do tratado, tomaram posições públicas e aprovaram posições onde chamaram a atenção para os aspectos negativos do tratado e reivindicavam em simultâneo a realização de um referendo de modo a que o povo português manifestasse livremente a sua opinião.

Estas posições e reivindicações não foram atendidas pelo então governo do PSD de parceria com o PS e os grandes senhores do capital.

Esta verdade que a vida veio confirmar, através das políticas implementadas pelos governos do PSD e agora o do PS, são o testemunho vivo que a União Europeia, da forma como está a ser construída, só serve os interesses do capital.

Maastricht está cada vez mais a ser rejeitado, alargam-se os movimentos, a luta, os protestos e a contestação.

São os povos a dizer basta.

Confirma-se que o trabalho da União Europeia não é o da Europa social, solidária e de cooperação que os trabalhadores e os povos anseiam, mas sim o tratado do grande capital monopolista e das sociedades transnacionais.

O capital, sentindo que cada vez começa a ter menos espaço, procura já encontrar outras alternativas.

A pequena revisão ao tratado de Maastricht realizada há poucos dias em Amesterdão, apesar dos seus intervenientes pretenderem convencer-nos de que as questões sociais e do emprego não foram esquecidas e por isso consagradas no tratado, não afasta a questão de fundo. Como se pode verificar no quadro 1, as sucessivas declarações solenes sobre o emprego apenas se têm traduzido... em mais desemprego. No quadro 2, por seu turno, fácil se torna verificar o que há muito vem sendo denunciado, ou seja, que os lucros de hoje não são os empregos de amanhã...

Sem querer dizer que não é importante que o tratado inclua normas, regras e capítulos sobre as questões sociais, até porque a luta dos trabalhadores sempre se dirigiu também para este objectivo e pela consagração deste direito fundamental, o certo porém é que as orientações das políticas económicas, monetárias e financeiras não foram alteradas.

E se assim é, então como é que, mantendo-se as políticas que favorecem o capital, se responde às questões fundamentais no plano social?

Sabido, como é, que o patronato e o capital estão numa ofensiva de retirada de direitos fundamentais dos trabalhadores e dos povos, não haverá aqui gato escondido com o rabo de fora?

O que está de facto em curso é uma grande operação de cosmética, organizada pelo grande capital e os governos que o sustentam e apoiam e que visa resfriar a luta dos trabalhadores e dos povos da questão capital que é a alteração das políticas económica, monetária e financeira que têm vindo a ser praticadas.

O chamado pacto de estabilidade tem como objectivo, e não só, dar cobertura a esta monstruosa operação do grande capital.

A Moeda Única, como foi dito no debate, é apenas um instrumento e, como qualquer instrumento, depende do uso que fizermos dele.

A Moeda Única não é a única alternativa.

A alternativa existe e passa fundamentalmente pela aplicação de políticas que tenham em conta o desenvolvimento económico e social, assente na cooperação e solidariedade entre os países e os povos e no respeito pelas independências nacionais.

Para finalizar, dizer que este debate concluiu pela sua continuidade, mas essa continuidade terá contornos diferentes, visando intensificar o esclarecimento junto dos trabalhadores.

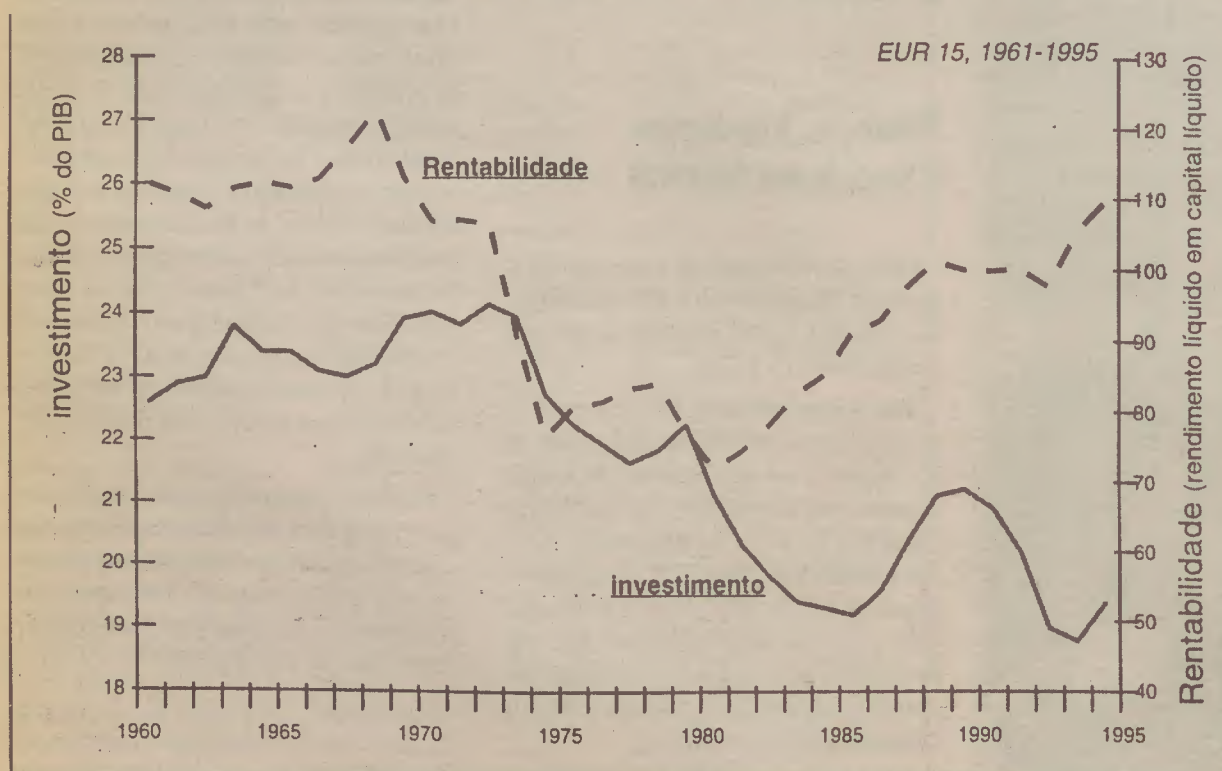
Só com a luta da classe operária, dos trabalhadores e dos povos haverá uma Europa Social, solidária e de cooperação.

Declarações solenes sobre o emprego e a evolução do desemprego

CONSELHOS EUROPEUS	ANO	NÚMERO DE DESEMPREGADOS	TAXA DE DESEMPREGO
Roma - 14-15/12/90	1990	11,8 milhões	7,6%
	1991	13,5 milhões	8,2%
Maastricht - 7/2/92	1992	15,3 milhões	9,2%
Edimburgo - 12/12/92			
Copenhaga - 21-22/6/93	1993	17,7 milhões	10,7%
Bruxelas - 29/10/93 *			
Bruxelas - 10-11/12/93			
Corfu - 24.25/6/94	1994	18,5 milhões	11,1%
Essen - 9-10/12/94			
Cannes - 26-27/6/95			
Madrid - 15-16/12/95			
Turim - 29/3/96			
Florença - 21-22/6/96			
Dublin - 5/10/96 *			
Dublin II - 13-14/12/96			
	1997	20 milhões	

* Extraordinário

Rentabilidade e investimento



EM FOCO

■ Manoel de Lencastre

Um país que procura reencontrar-se


ESCOCIA

A questão escocesa e a realidade do país foram temas quentes durante a recente campanha eleitoral britânica. À esquerda, o Partido Nacional Escocês exigia a independência pura e simples, o regresso a 1707, data do famoso Tratado de União que ligou a Escócia à Inglaterra; ao centro, liberais e trabalhistas advogaram a reabertura do Parlamento de Edimburgo e a concessão a este de alguns direitos legislativos; à direita, finalmente, os conservadores (com razão, talvez, por uma vez) disseram que no dia em que abrisse o Parlamento escocês o Reino Unido e a Grã-Bretanha conheceriam o princípio da desagregação.

Para evitar confusões, Tony Blair declarou que os poderes de Edimburgo seriam correspondentes aos de um Parlamento de paróquia. Tudo começaria nele, como primeiro-ministro britânico, e nele e nos restantes membros do Parlamento de Westminster tudo acabaria. É justo dizer-se, entretanto, que começou a percorrer-se uma estrada perigosa.

A Escócia é um país que, pela sua natureza e pela sua História faz viajar a imaginação. Invariavelmente, quando se pensa no território que foi a antiga Caledónia do tempo dos romanos, surge a imagem dos «glens», vales e prados onde a vegetação é intensa e o verde é diferente; a tranquila pastagem do gado é parte integrante de todo o quadro e as montanhas, à volta, de ríspidos recortes, prometem jornadas de aventura e oferecem, às vezes, a morte. Nas pequenas povoações que se espalham através de tudo o que são as Terras Altas (Highlands) e as Terras Baixas (Lowlands) aglomeram-se pequenas «cottages» (casinhas para uma só família) e das chaminés desas habitações sai o fumo da lenha e do carvão que produzem o aquecimento essencial à sobrevivência. O clima, às vezes, é inhóspito. Os rios são inúmeros. Correm bravamente e constituem um factor importante na vida escocesa – abunda a truta e o salmão. Para pescar (a época do salmão começou há pouco) é necessário possuir uma licença que os proprietários dos rios fornecem. Conhecemos estrangeiros que pagam 200 libras diárias (56 contos) para poderem avançar nas águas e tentar capturar dois ou três salmões. O «whisky» é um produto inteiramente inseparável da ideia da sua origem. É a água da vida.

A grande realidade, aquela que se impõe decisivamente, é a do povo escocês. Em todos os momentos as suas tradições saltam à vista, a sua maneira de falar, o seu sentido nacional. Os do Sul são mais «inglesados» e, por consequência, menos adeptos da recuperação da independência. Nas grandes cidades, a classe operária tem dúvidas quanto à separação. Com razão, os trabalhadores mais esclarecidos pensam que a Inglaterra e a Escócia, se unidas num processo de desenvolvimento conduzido por eles e não pelo capitalismo, reúnem muito melhores possibilidades de progresso. A classe média, porém, sente-se atraída pela ideia da independência. E porquê? Muitos componentes desse sector social imaginam-se no controlo da indústria do petróleo, do aparelho financeiro, de todo o parque industrial, dos transportes. E jogam na Europa Unida onde haveria lugar, certamente, para uma Escócia independente e nova. Nos meios rurais e nas «Highlands», onde a tradição nacional se mantém firme, o apoio ao repúdio do Tratado de União é mais sólido.

Cromwell, o carrasco

Mas todos os escoceses e escocesas, seja qual for a sua condição social, denuncia, no seu viver diário, um histórico cepticismo, um distanciamento das coisas, uma insegurança perante o mundo, que nos não escapa. A verdade é que o povo deste país jamais conheceu a liberdade. A Escócia, para sermos mais precisos, tem vivido esmagada por múltiplas opressões. Sob certos aspectos, a União com a Inglaterra tornou-se inevitável. O país perdera viabilidade económica. «Isto é uma terra de selvagens!», gritaram os enviados de Oliver Cromwell quando este ordenou a abertura de alfândegas para poder fazer pagar, pelos escoceses, as despesas do novo exército. A longo dos séculos, a Escócia sempre viveu recolhida em si própria. Internacionalmente, desenvolveu relações com a França para poder encontrar a protecção desta sempre que os ingleses lhe ameaçavam os interesses e a independência. Foi pela mão da Inglaterra, todavia, que a Escócia se abriu ao mundo.

É preciso percorrer o país. Quem chega a uma estação de caminhos-de-ferro, por exemplo, e olha no rosto e nos olhos a multidão que vai à sua vida, percebe que no coração das pessoas vive uma

juventude. E, raivosamente, apontam-se os grandes culpados: «Os ingleses!» Reflectindo, os menos entusiasmados perguntam: «O que seremos nós sem a Inglaterra?» Outros, decididos a todas as aventuras, exclamam: «Sem liberdade e sem independência, a Escócia nunca resolverá os seus problemas!» Na realidade, toda a Escócia teme aquilo a que pode chamar-se um mergulho no desconhecido.

Não pretende reviver o passado. Naturalmente, prefere voltar-se para o futuro. Mas esse futuro está condicionado pelos interesses dos ingleses. E estes não querem pensar na desintegração da Grã-Bretanha, o que daria lugar ao ressurgimento da Escócia e do País de Gales independentes e deixaria a Inglaterra suficientemente pequena para perder o resto da importância que ainda mantém nos assuntos do mundo.

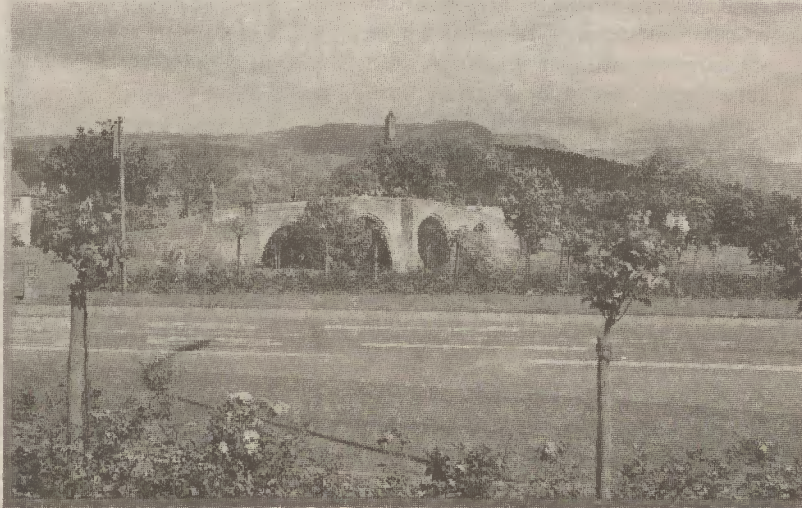
Lágrimas revolucionárias

Para além da perda da independência, em 1707, a Escócia tem outras justificações para o seu cepticismo. Partiu, alegremente, para as grandes jornadas do Império. Mas viu-se reduzida a um papel secundário. Os ingleses devastaram-lhe as florestas porque necessitavam de madeira, muita madeira, para a construção de navios. Recebeu a indústria. Surgiu a exploração do povo, dolorosa, fatal, tudo submetido aos interesses dos magnatas do sistema fabril. Agora, essa mesma indústria, os grandes estaleiros do Clyde, num quase completo abandono, fazem chorar Glasgow, fazem chorar as próprias rochas sobre as quais Edwin, da Northumbria, construiu o castelo de Edimburgo. Privatizaram-lhes os comboios. Foi a humilhação suprema. Já não se fabricam automóveis, motores para a aviação, pneus, turbinas, locomotivas. Constroem-se prisões. O país agoniza. A independência pode ser uma nova esperança. Mas não acabará num desastre o sonho da liberdade?

Os rios continuam a correr. O salmão vem desovar ao local de origem. Faisões esvoaçam e poisam nas estradas. O «whisky» de malte, principalmente o das Ilhas ocidentais (Jura, Skye, etc.), é o melhor que existe. Hampden Park, estádio de imorredoras glórias futebolísticas, em obras de renovação reabrirá em breve os seus portões às massas que encontram no futebol a sua revolução. Quando o Inverno é mais rigoroso, o espectáculo das montanhas torna-se impressionante. Turistas, aos milhares, chegam a Aviemore e a Forte William. Em Forte Augustus, à beira do famoso Loch Ness, o sorriso de uma mulher de estonteante beleza, que aprendeu francês com um português que viveu na região, ilumina todo o Canal da Caledónia. Chama-se Hazel Macdonald e a sua revolucionária atitude é de profunda confiança. Estranho, porque na Escócia a confiança não abunda e os Macdonalds são, agora, apenas um estandarte que preserva a memória do clã que os Campbells dizimaram em Glencoe e os ingleses, comandados pelo sanguinário Cumberland, derrotaram em Culloden. Os Macdonalds tinham tudo contra si – eram «highlanders», católicos, patriotas, anti-ingleses, pró-irlandeses e, acima de tudo, acreditavam na liberdade.

Como a Escócia está na ordem do dia e as discussões para a reabertura do Parlamento de Edimburgo recomeçarão após o referendo nacional que o exigirá, entendemos oferecer aos leitores do «Avante!» uma pequena série de artigos dedicados a este país, sob a ordem seguinte:

1. «Os homens da independência – Malcolm Canmore, Wallace Bruce»;
2. «O ópio da religião – a trajectória do país até à época da rainha Mary»;
3. «A venda da independência e o longo e torturante abraço da Inglaterra»;
4. «O império, a indústria, a derrocada, a modernidade».



certa tristeza, uma melancolia invencível que apenas recende quando o «whisky», os cânticos tradicionais as vitórias no futebol ou no «rugby», ou o recordar de Bannockburn e Stirling Bridge fazem reaparecer o orgulho nacional. Depois, afastados esses motivos de glória, o povo da Escócia mergulha na normalidade que é feita, no geral, de enormes problemas sociais. Surgem as feridas de uma grande cidade como Glasgow, o contencioso deixado pelas guerras de religião, o desemprego em massa, a crise habitacional, o desespero da



■ Jorge Messias

Um auxiliar de leitura...

O governo da Igreja ⑦

Apresentação resumida dos nove dicastérios que constituem a face visível do elenco governativo do Vaticano conclui-se com uma referência à complexa Congregação da Educação Católica, considerada como o Ministério da Educação da igreja universal. Entretanto, não devemos esquecer que nem mesmo assim fica esgotado o esboço do sistema nervoso que percorre a instituição católica e constitui a verdadeira matriz do poder eclesial.

A partir do Vaticano existem outras poderosas sedes onde se cruzam e compaginam perspectivas e interesses protagonizados pelos mais marcantes vultos conservadores, da hierarquia ou do laicado. Trata-se de homens poderosos cujos objectivos últimos convergem mas que, por razões de ordem estratégica, cultivam a diversidade: uns, mantêm-se fiéis ao princípio medieval das «solidariedades sociais» — são os conservadores; outros — tecnocratas e ala direita dos liberais — optam por metodologias mais actualizadas, a partir das mais sofisticadas técnicas do «lobbying» neoliberal.

Por outro lado, na descrição dos traços gerais do poder representado na Cúria Romana, será também obrigatório referir a natureza específica da acção diplomática que desenvolve em todo o mundo. Ainda havemos de voltar a estes temas.

8.

A Congregação da Educação Católica

Teoricamente, compete a esta importantíssima Congregação coordenar e promover a intervenção da igreja no universo do ensino católico, pelo que as suas funções se organizam em três sectores diferentes: o universitário, o não-universitário e o seminarista.

Mesmo que só assim fosse, já estaríamos perante um imenso campo de intervenção. Mesmo assim, o Vaticano é omissivo na sua descrição e não refere as competências que por natureza cabem à Congregação da Educação Católica no que se refere ao controlo do movimento escolar de natureza aparentemente autónoma mas, na realidade, permanentemente tutelada pela hierarquia religiosa. Entender-se-á, a partir de então, estarmos em presença de um poderio esmagador e não quantificável visto que o Vaticano (neste, como noutros sectores vitais) oculta sistematicamente os índices que poderiam contribuir para levantar um ponto do véu tais como, por exemplo, os números referentes ao funcionamento das escolas laicas de obediência confessional existentes em todo o mundo católico, as percentagens orçamentais afectadas pelo Vaticano a este sector, etc.

O vasto império da educação encontra-se, actualmente, sob a direcção de uma das mais contestadas figuras da Cúria Romana, o cardeal italiano Pio Laghi, culto e perverso nas suas amizades políticas, absurdamente considerado centrista quando tudo nele revela que tal classificação perde qualquer significado.

Pio Laghi foi feito cardeal por vontade de João Paulo II, em inícios de 1991. Tinham, então, decorrido cerca de dez anos sobre a data em que os investigadores italianos tinham conseguido provar o seu envolvimento nos explosivos escândalos e intrigas da Democracia Cristã. Laghi fora membro comprovado da loja maçónica «P.2», tendo aderido à Maçonaria italiana em 24.8.69, com o número de inscrição 43/86 e o pseudónimo «Lapi». Mantinha, também, através da igreja do Sul de Itália, relações evidentes com a Mafia. Em 1982, já depois de conhecidos publicamente estes dados, João Paulo II não hesitou em incluí-lo na comitiva de especialistas que o acompanharam no seu encontro secreto com Ronald Reagan. Esteve aí presente, em posição de destaque, ao lado de outros destacados vultos políticos, como William Casey, director da CIA, o embaixador Vernon Walters, o cardeal Josef Glomp, etc.

Monsenhor Pio Laghi desempenhara, anteriormente, altas funções na diplomacia do Vaticano, quer como Delegado Apostólico junto dos ditadores fascistas argentinos, nos tempos da Junta Militar, quer como Nuncio Pontifício nos EUA, de 1980 a 1990, o que lhe valeu a alcunha de «O Homem dos Americanos». Poderiam citar-se pormenores das suas memórias dos dias que então viveu. Mas basta recordar-se, para descrevermos suficientemente o seu perfil, uma passagem da alocução dirigida pelo cardeal aos torcionários argentinos das Forças Especiais Anti-Guerrilha: «É grande o sacrifício que vos é exigido! Obedecei, no entanto, às ordens, com disciplina e coragem... [a Igreja]... acompanha as vossas Forças Armadas, não apenas com orações, mas com actos!»

Foi a este homem que João Paulo II decidiu atribuir os poderes quase discretários de que dispõe, num sector que o Vaticano insiste em descrever como «a sua grande paixão». E o cardeal Pio Laghi voltou a ser apontado por vários analistas como possível sucessor do actual Papa...



A Sociedade e a sobrevivência

«A Burguesia não consegue existir sem revolucionar os instrumentos de produção, e, por consequência, as relações de produção, e com ambas as relações globais da Sociedade.»
O Manifesto Comunista, Marx e Engels, 1848

Preparar as empresas e os trabalhadores para a sociedade da informação tornou-se um imperativo não só europeu mas mundial. Tornou-se, mais que tudo, um imperativo para a sobrevivência do capitalismo, decorrente da necessidade de transformar os actuais instrumentos de produção e relações de produção, na senda da acumulação de capital.

Nos tempos que correm, muitos conceitos são apresentados à opinião pública sem se saber muito bem o que representam e as implicações que irão ter. Há algum tempo que se houve falar no iminente advir da sociedade da informação. Na União Europeia (UE) e ao nível de muitas organizações internacionais, a sociedade da informação é um termo corrente, alvo de inúmeros relatórios e planos de acção.

Mas afinal o que é a sociedade da informação? Quais as suas implicações estratégicas para o futuro? Quais são as suas consequências imediatas? Quais serão as consequências práticas para os cidadãos? Que objectivos se ocultam?

A sociedade de informação é no fundo a constatação de uma realidade objectiva: a revolução tecnológica iniciada nos anos 70, principalmente ao nível das tecnologias da informação e da comunicação, e a aceleração do nascimento de novas tecnologias, serviços e inovações, a um ritmo alucinante. Esta revolução provocou necessidades de transformação objectiva na divisão do trabalho ao nível internacional, na organização económica e nas relações laborais. O desenvolvimento das tecnologias de comunicação e de informação aumentou a velocidade e ritmo do mundo contemporâneo. Criou mercados sem fronteiras. Criou mercados virtuais, sem existência física de mercadorias, apenas informação. A informação tornou-se um recurso empresarial, ao lado do capital, trabalho e know-how. Enquanto recurso a informação tem a mesma característica-chave que o know-how, i.e. aumenta com o uso, não é um bem escasso. Possibilita, assim, o aparecimento de sinergias positivas com o seu uso ao longo de todas as actividades da cadeia de valor empresarial.

Mercado global

Os modernos sistemas de informação e os seus suportes humanos e tecnológicos, aumentaram a competição a nível mundial e permitiram pela primeira vez a aproximação dos mercados e a criação de um mercado realmente global. Aliado do processo de liberalização, as tecnologias da informação e comunicação (TIC) ajudam a mudar as estratégias empresariais das grandes empresas multina-

cionais (EMN), diminuindo os custos de gestão dos processos de internalização. O investimento directo em mercados estrangeiros tornou-se por isso mais atractivo. A competição internacional, tornou-se «doméstica». Entrou e condiciona o ambiente empresarial interno dos países. Para vencer as condicionantes de mercados imperfeitos¹, as EMN internalizam mercados de consumo intermédio.

A obrigatoriedade de ter em conta a competição internacional implicou para as empresas domésticas uma pressão concorrencial acrescida, obrigando-as a internacionalizarem, a desaparecerem ou a satisfazerem pequenos nichos no seu mercado doméstico, que as EMN não têm vantagens em satisfazer.

O problema central é que as EMN possuem vantagens monopolísticas que lhes dão uma vantagem competitiva, provocando uma selecção natural, principalmente para as empresas de dimensão intermédia dos países que as hospedam. As EMN possuem vantagens ao nível dos custos, não só devido a economias de escala², mas também pela diversificação das suas actividades e produtos em carteira, que provocam sinergias devido à possibilidade de partilhar custos (*economies of scope*). Além disso, as EMN conhecem o mercado internacional e os canais de distribuição, têm maiores reservas de capital e possuem unidades de investigação e um know-how adicional oriundo da diversidade e riqueza do seus recursos espalhados ao nível global. As EMN transnacionalizam-se, com o desaparecimento de barreiras à entrada e circulação de capitais. Distribuem as suas actividades no mercado global, nas regiões onde podem obter maior valor acrescentado. As TIC permitem, assim, grandes possibilidades de inovação e redução de custos a estas empresas.

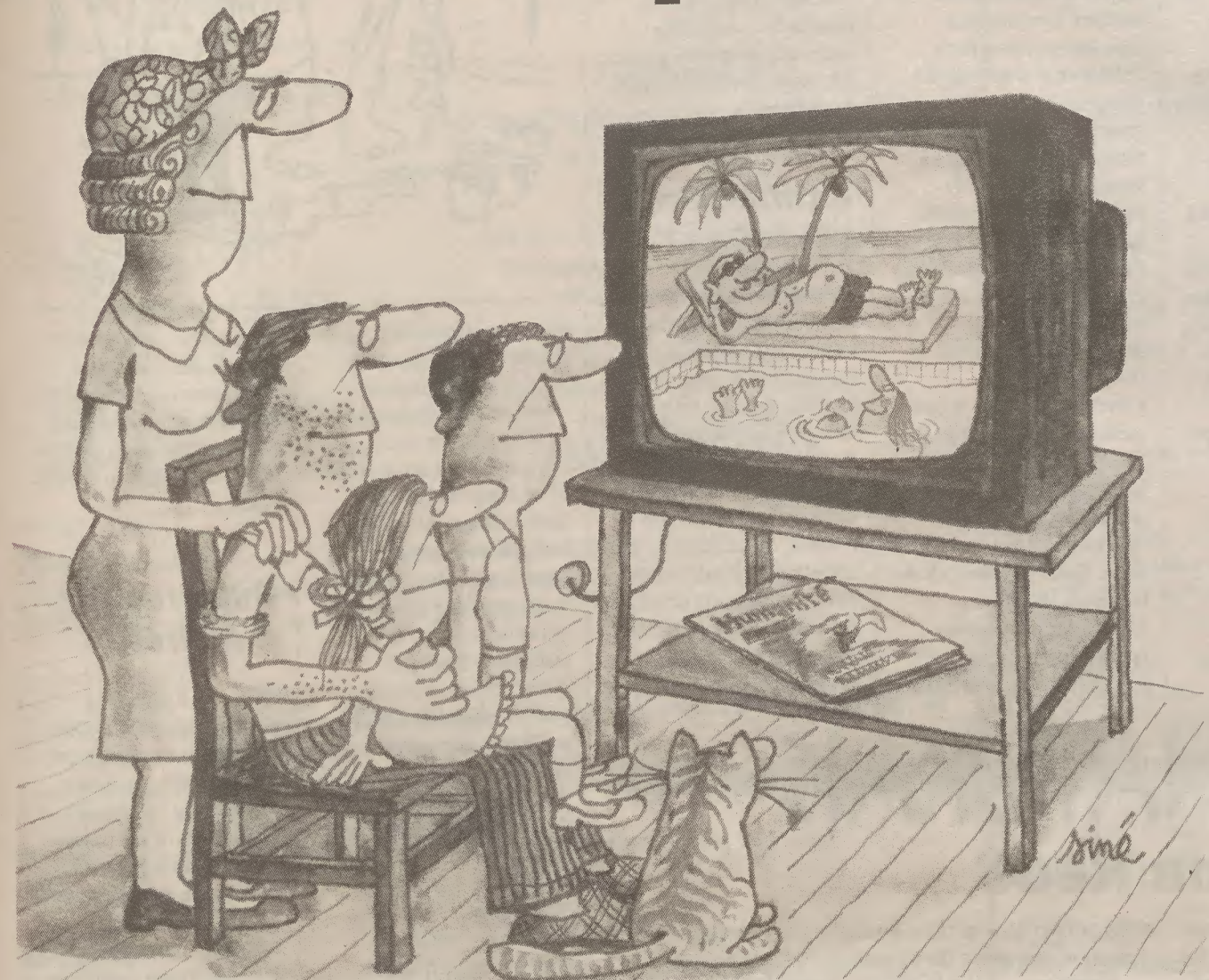
Outra consequência inerente à sociedade da informação é a criação de um mercado bipartido - a *two tier market*. O evoluir das TIC e dos seus benefícios sofre de assimetrias, têm os seus pobres e ricos. Os benefícios que deviam ser distribuídos, são concentrados em pequenas camadas da população. O mundo cada vez mais caminha no sentido do nascimento de uma nova dicotomia do tipo rico/pobre, ou seja, aqueles que têm acesso às TIC e aos seus benefícios, e aqueles que não têm. Aqueles que têm prosperam, crescem e acumulam riqueza, os outros tornam-se em novos «analfabetos», empobrecem, são afastados, i.e. são excluídos das relações de produção. Esta clivagem é assustadora, ao ponto de não haver elo entre aqueles que «vivem» no séc. XIX e outros que se aproveitam das vantagens do séc. XXI.

Produto virtual

Para ter uma ideia da importância da informação, basta ver o aumento do mercado

da Informação ncia do capitalismo

■ Pedro Carvalho



não físico e a importância da informação para a produção física de produtos (ou para o fornecimento de serviços). As companhias aéreas são bons exemplos desta transformação. Um negócio que consistia nos anos 60 em transportar pessoas, tornou-se um negócio dependente da informação. Os sistemas computadorizados de reserva tornaram-se o elemento fundamental do negócio. Estes por sua vez conectam-se a uma rede diversificada e alargada de agentes económicos, que vai de hotéis, companhias de aluguer, restaurantes, agências de viagem, parques de diversões, companhias de comunicações móveis, distribuidores de cartões de crédito e débito, bancos, etc. A American Airlines foi uma das primeiras companhias aéreas a desenvolver um sistema de reservas computadorizado que apelidou SABRE, e este tornou-se a sua principal competência-chave. Hoje, quando questionado, o presidente da American Airlines diz que se tivesse de vender algum activo da empresa, vendia os aviões.

Outro exemplo extremo, são os bancos e outras instituições financeiras de corretagem ou de investimento mobiliário. Estas companhias «são» informação. A sua existência física já não é necessária para o cliente aceder à filial e fazer pagamentos ou transferências (*homebanking*). A existência física de títulos e depósitos é ilusória. Tudo é dinheiro electrónico. Tudo são zeros e uns.

Como se pode observar, as consequências ao nível organizacional são significativas e levantam várias questões para o futuro. Mas mais importante são as estratégias de sobrevivência e a filosofia de classe a elas subjacente, que UE e a Organização Mundial de Comércio (OMC) são instrumentos de implementação.

Crucial na estratégia é a liberalização do mercado de telecomunicações, que histori-

camente esteve sempre sob monopólio público. Monopólio aliás justificado, não só por uma questão de garantir um serviço público e equitativo a todos os cidadãos, mas também pelo seu cariz estratégico e potenciador de externalidades ao nível do tecido empresarial. Além de que a intensa competição neste sector justifica a razão do monopólio estatal.

Dominar a comunicação

A liberalização acarreta consigo estratégias de reestruturação e emagrecimento (*downsizing*), i.e. despedimento de trabalhadores. Ligado ao processo de liberalização encontram-se as privatizações de empresas de telecomunicações. As reduções de pessoal propostas encontram-se sempre na ordem dos 25 a 30%.

A primeira coisa a saber é se estas empresas sob gestão pública não eram competitivas? A resposta costuma apontar para o sim. Então porquê privatizá-las? Porque representam, não só enormes encaixes financeiros para os Estados, mas também, um grande mercado de milhões e milhões de contos a ser explorado a nível mundial. Mais, representam uma forma das EMN ganharem novas vantagens competitivas e diminuírem os custos do processo de internalização. Servem para cartelizar o mercado, torná-lo mais capitalista, aumentar os custos de entrada a novas empresas. No fundo, permite dominar.

Mais importante que dominar as empresas de telecomunicação, é dominar as plataformas de comunicação e informação dos Estados. Controlando assim os mercados de factores de produção e matérias-primas, como os canais de distribuição ao consumidor. Não é de admirar que a nova filosofia ao nível dos gurus da ges-

tão internacional seja as redes empresariais - *business networks*. Aqui, as EMN, tornam-se o motor de uma *cluster*³ empresarial que se liga a fornecedores, concorrentes, clientes e ao sector não-empresarial (como sejam as universidades e estruturas governamentais). Um Estado à parte.

Uma outra estratégia/transição é uma aposta, às vezes algo insípida, no famoso teletrabalho, permitido pelo desenvolvimento das TIC, o que permite o afastamento do trabalhador do seu lugar de trabalho, i.e. a perda de identificação do trabalhador com local de trabalho. Isto permitirá um aumento da mobilidade e a descentralização da empresa, reduzindo custos e potenciando benefícios. Mas como ficará a situação social destes trabalhadores? Como serão garantidos os seus direitos laborais, como seja por exemplo o direito às férias ou horas de trabalho máximas por semana ou mês? O trabalhador estará sempre conectado à empresa. Mais, alguns apontam mesmo para um teletrabalho ao nível do agregado familiar, i.e., todo agregado trabalhando para empresa. Será isto o nascer de um novo sistema «feudal»? O capitalismo tenta transformar as relações de produção.

A revolução tecnológica é um elemento de sobrevivência do sistema, e por isso instrumentalizado numa perspectiva de classe. Hoje, as TIC são uma necessidade do capitalismo contemporâneo para responder a dois traços que marcam o mundo actual: a intensa competição e a sobre-capacidade, i.e., o excesso de capacidade de produção instalada.

Cavalgada para Leste

Os mercados ao nível internacional são cada vez mais pequenos, cada vez mais é difícil para as EMN encontrarem novos mercados,

novos nichos, novos consumidores. A intensa competitividade implica uma baixa constante dos preços, implicando uma tendência das EMN para aumentarem volumes produtivos para gerarem custos sustentáveis e compatíveis com o mercado. As economias de escala tornam-se vitais para a sobrevivência, e tornam-se o principal obstáculo à entrada de novos participantes no mercado e consequentemente um critério de selecção na progressiva oligopolização⁴ dos mercados. A progressiva especialização oriunda da divisão do trabalho tem bastantes perdedores. Um exemplo que podemos observar é a indústria aeronáutica. O volume de vendas global, os elevados custos fixos de produção, o rácio de substituição de novos aviões, os condicionalismos da procura e os elevados recursos para sustentar os centros de Investigação & Desenvolvimento (I&D) ditam que este mercado só tenha espaço para dois participantes. A Boeing era o primeiro construtor mundial e a Macdowell Douglas tinha uma boa implementação do mercado no final dos anos 80. A criação do consórcio europeu Airbus, como resposta europeia à supremacia americana, levou a que Macdowell ficasse sem espaço para sobreviver. Depois de tentativas de alianças com Airbus, a Macdowell acaba por se integrar com a Boeing. O mercado ditou os seus participantes. Outro exemplo, é a indústria electrónica de consumo. Imaginemos a produção de televisores a cores, um mercado que atingiu a sua maturidade no fim dos anos 80. Hoje, qualquer participante neste mercado para competir precisa produzir no mínimo 2.5 milhões de unidades, i.e., o ponto de saída do mercado (*break-even-point*) é 2.5 milhões de unidades. Este valor continuar a crescer, com os mais fortes a aproveitarem-se de maiores economias de escala, e afastando concorrentes, até restarem poucos participantes que dividirão entre si o mercado.

Para responder à sobre-capacidade do sistema, fruto da apologia do comércio livre, a expansão de novos mercados e a progressiva internacionalização tornam-se factores-chave de sobrevivência. A cavalgada para o Leste e para a China são disso exemplo.

Afirmar que, apesar das mutações, e apoiando-nos somente no conteúdo do Manifesto Comunista escrito em 1848, podemos reparar que os traços de classe do capitalismo contemporâneo correspondem ao seu congénere do séc. XIX. As necessidades e objectivos são os mesmos. Os gurus das novas sociedades e da transformação de um novo Estado «não-capitalista», baseado exclusivamente na globalização e progressiva evolução das TIC, respondem às mesmas necessidades dos seus congéneres do princípio do século. Sendo assim, a sociedade da informação, baseada numa mudança objectiva da força de produção, é uma resposta de classe.

1. Processo pelo o qual as EMN criam um mercado interno supranacional. O processo de entrada costuma-se efectuar através do investimento directo.

2. Mercados imperfeitos é um termo de concepção liberal. São mercados onde o livre jogo da oferta e da procura é distorcido por factores exteriores, sendo geralmente o preço de mercado mais alto que o preço de equilíbrio, por reflectir a presença de uma «renda» adicional, devido a factores como a presença de direitos aduaneiros ou a existência de monopólios.

3. Economias de escala ocorrem da existência de poupanças e custos devidas a possibilidades de aumento da dimensão do volume da produção.

4. Agrupamento de várias empresas intra-industriais fortemente competitivas devido a sua concentração geográfica e às sinergias decorrentes da proximidade de empresas de suporte produtivo e distribuição.

5. Oligopólio corresponde a um mercado ou indústria dominado por um pequeno número de empresas que assumem uma posição dominante.

Candidato de avião

Torres Couto, ex-líder da UGT e actual eurodeputado, disponibilizou-se para encabeçar a lista do PS à Câmara Municipal de Almada. O anúncio formal da candidatura foi feito na passada sexta-feira pelos ministros Jorge Coelho e Ferro Rodrigues e, como era de esperar, Torres Couto avançou de imediato pelo ridículo adentro: não se apresentou como aquilo que é - um simples cabeça de lista a um órgão autárquico -, mas como o que ambiciona ser - presidente da Câmara desse órgão autárquico. Na empáfia, só lhe faltou acrescentar, como Ferreira do Amaral o fez em relação a Lisboa, que não aceitará ser vereador, mas «apenas» presidente. Mas Torres Couto não é homem de um ridículo só - aliás, os seus ditos costumam ser um alfobre de originalidades. Anunciada a sua «presidência», disse querer «governar Almada por oito anos» - o que é, no

mínimo, precipitado por parte de quem nem um lugar de vereador por quatro anos ainda assegurou... -, pelo que se afirmou disposto «a trocar as benesses do Parlamento Europeu por um combate político importante» - o que é elucidativo da visão que o ex-secretário-geral da UGT tem do lugar que ocupa em Bruxelas, e ao qual se candidatou vendendo ao eleitorado a enérgica vontade de «defender os interesses nacionais». Mas o melhor estava ainda para vir. Na presunção de certificar o seu conhecimento da realidade almadense, acrescentou: «Basta-me ver a vista aérea de Almada quando venho de Bruxelas para poder dizer "basta de CDU"». Portanto, o impagável Couto quer «candidatar-se à presidência» de um município tão importante como o de Almada, baseando o seu conhecimento da realidade almadense numa visão... aérea. Obviamente. Que outra coisa se podia esperar de um candidato pára-queda?!

PONTOS CARDEAIS

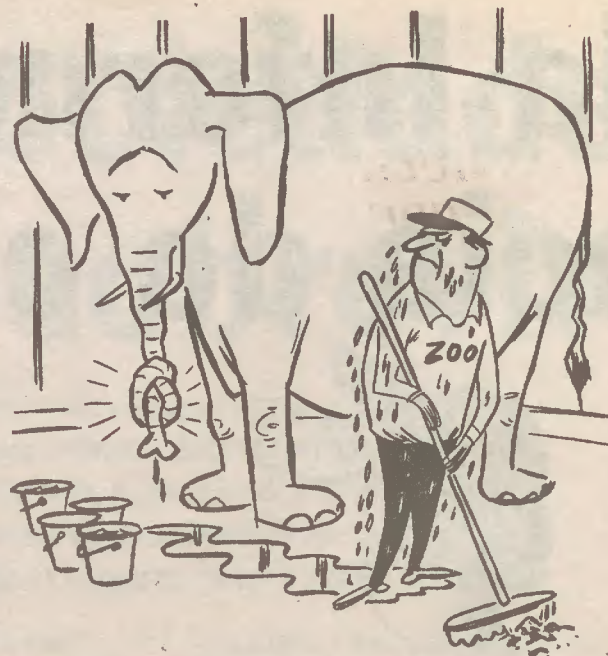
Lágrimas de crocodilo

A entrega de Hong Kong à República Popular da China despertou no colonizador britânico uma repentina preocupação democrática. Subitamente, o reino de sua majestade britânica ficou preocupadíssimo com a necessidade de eleições e a garantia de liberdade de imprensa naquele território após a sua transferência para a China, esquecendo que, como colonizador, ignorou sempre qualquer resquício democrático nos assuntos de Hong Kong, onde o governador britânico nomeava quem muito bem entendia para os diversos órgãos de administração, num desprezo pelo eleitorado que nem a mais grosseira ditadura ousava exhibir. Quanto à «liberdade de Imprensa», era de uma largueza impressionante: estava garantidíssima pelo controle económico de todos

os órgãos de informação. Daí que estas inesperadas e frenéticas preocupações do reino de sua majestade pareçam, sobretudo, umas enormes lágrimas de crocodilo. Ainda por cima humilhado e saudoso do tempo em que abocanhava o que queria com a sua política de canhoeira.

Antifascismo em tribunal

E o insólito ocorreu de novo em Itália: um magistrado romano, o juiz Maurizio Pacioni, decidiu abrir um inquérito judicial contra os «autores» do espectacular atentado anti-nazi perpetrado pela Resistência italiana em Roma na Via Rasella, que eliminou 33 soldados ocupantes nazis e deu origem ao célebre massacre de várias centenas de italianos numa grutas, por retaliação dos dirigentes nazis que decidiram



assassinar 10 pessoas por cada alemão morto. O processo judicial, que aponta como «réus» os três membros da Resistência ainda vivos que conduziram essa acção no dia 23 de Março de 1944, foi movido há um ano por um irmão de um jovem que, segundo a família, terá sido morto quando se encontrava na rua no momento da explosão da bomba. O procurador que instruiu o processo pediu que ele fosse arquivado, alegando que os factos estavam cobertos por uma lei da amnistia. Assim não o entendeu o juiz Maurizio Pacioni, que decidiu avançar com o processo alegando que o referido atentado foi «um acto ilegítimo de guerra», isto numa altura em que volta a ser julgado, por pressão da opinião pública italiana, Erich Priebke, o ex-oficial nazi que comandou o massacre de retaliação e que há uns meses outros magistrados italianos procuraram libertar sob a alegação de que este criminoso de guerra nazi era um «militar» obedecendo apenas a ordens da «hierarquia», pelo que devia ser «amnistiado».

Pelos vistos a magistratura italiana, que há uns anos desencadeou a espectacular e aplaudida «Operação Mãos Limpas», continua a albergar no seu seio membros bastante sujos...

Guterres e a direita

«Não é fácil perceber a diferença entre a direita e o pensamento do engenheiro António Guterres». Esta afirmação de linear clareza é - imagine-se - de um homem assumidamente de direita, o ex-dirigente do CDS/PP Lobo Xavier. Falando numa entrevista ao Diário de Notícias, Xavier considerou igualmente que «o engenheiro Guterres assumiu o poder introduzindo apenas preocupações sociais que não se sabe bem o que são». Pois não. O que se sabe, um ano e meio depois de ter assumido o poder, é que a política conduzida pelo Governo chefiado por António Guterres tem sido tão declaradamente de direita que esta já se interroga sobre tanto exagero...

PONTOS NATURAIS

Mário Carrius

Ana caiu na Rede

Paulo Nogueira - No Alto Minho funcionam várias redes de tráfico de mulheres. São levadas para Espanha onde, muitas vezes à força, são obrigadas a prostituírem-se.

Foi o que aconteceu a uma adolescente de apenas catorze anos que, ao fim de alguns dias, conseguiu fugir e voltar para casa, em Vila Nova de Cerveira.

Repórter - Sempre que chega o Verão, Ana (vamos chamar-lhe assim) aproveita as férias da escola para trabalhar em restaurantes. Há cerca de quinze dias, recebeu uma proposta de um desconhecido.

Ana - Eu disse-lhe que andava atrás de emprego e ele perguntou-me se eu queria trabalhar. Eu disse, claro, que queria. Perguntou-me se eu queria ir para Espanha, ele conhecia uns amigos que tinham um bar e eu disse, se for um bar bom, claro que vou. Ele disse-me para aparecer em S. Pedro, às nove da noite, eu apareci, fomos para Tuy.

Repórter - Não disse nada em casa?

Ana - Não disse porque sabia que, se dissesse, não podia ir.

Mãe - Ela desapareceu daqui, ninguém tinha ralhado com ela e o que eu achei estranho foi ninguém dar com ela e ela desaparecer num momento.

Repórter - Decorridos os quilómetros que separam Vila Meã e Cerveira de Tuy, cidade fronteiriça espanhola, os olhos de Ana foram tapados com a promessa de uma surpresa.

Ana - Quando dei por mim já estava dentro do quarto, foi lá que estava com ele, ele tirou-me o pano dos olhos e obrigou-me a ter relações com ele no primeiro dia. No segundo dia, durante o dia eu estava presa lá, à noite levou-me para esse bar, pôs-me no balcão, a servir. No dia a seguir, pôs-me a atender os clientes, atendi dois porque ele encostou-me o punhal ao pescoço e disse que se eu não fizesse o que ele mandava que me matava.

Repórter - E o que é que ele mandava?

Ana - Ter relações com os clientes.

Repórter - E foi assim durante quase duas semanas. E nessa casa não havia portuguesas?

Ana - Haver havia, mas nós não podíamos falar, porque eles ouviam.

Repórter - Os clientes eram portugueses ou também espanhóis?

Ana - Havia pelo menos lá um que era portu-

guês, era o que estava a falar com a portuguesa que eu vi, ela devia ter dezasseis, dezassete anos.

Repórter - Há dois dias, Ana pediu ajuda à polícia espanhola que a trouxe até ao posto da GNR de Valença.

Mãe - Eu gostava de saber com quem ela foi, mas ela não me diz. Há-de dizer à GNR, há-de dizer ao Tribunal, mas a mim não me diz.

Ana - Ele disse que se eu contasse a alguém, se um dia tivesse a hipótese de fugir de lá e contasse a alguém, que me matava.

Repórter - A GNR e o Ministério Público estão agora a investigar o caso que, em apenas dois meses, é o segundo a envolver tráfico de menores nesta zona do Alto Minho.

(Primeiro Jornal, SIC)

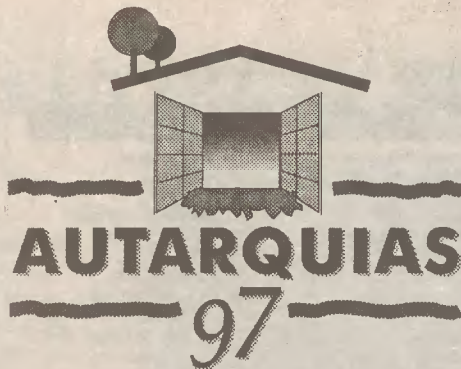


AGENDA

Porto
PASSEIO
DAS MULHERES
 CDU
 Pic-nic
 em Vila Verde
 (Praia Fluvial/Ponte Nova)

Domingo, 6 de Julho

Almada
PIC-NIC
CONCELHIO
 da CDU
 na Quinta da Arealva
 Domingo, 6, às 12h30



Tramagal
 Apresentação pública dos candidatos
 da CDU à freguesia
 de Tramagal

Dia 6 às 16h30, na Sociedade Artística
 Tramaguelense, com a participação
 de **Francisco de Domingos**
 (candidato à CM de Abrantes)
 e **António Mendes**
 (presidente da CM de Constância)
 e ainda do camarada
ÁLVARO CUNHAL

ALPIARÇA

Encontro concelhio da CDU sobre as eleições autárquicas, com a participação de **Luís Sá** e dos cabeças de listas aos órgãos autárquicos do concelho: dia 5 às 22h, na Soc. Filarmónica Alpiarcense 1º de Dezembro

AMADORA

Almoço de apresentação pública da primeira candidata da CDU à freguesia de **Alfragide**: dia 5, às 13h, no Snack-Bar Rocha.

Falagueira-Venda Nova - Plenário de candidatos à Assembleia de Freguesia: dia 6 às 10h, na JF da Falagueira.

Mina - Plenário de candidatos à Assembleia de Freguesia: dia 4 às 21h, no CT da Amadora.

BRAGA

Encontro concelhio de **Braga** da CDU, com a participação de eleitos, candidatos, activistas e apoiantes: dia 4 às 21h30, no CT do PCP.

Encontro concelhio de **Vieira do Minho**: dia 5 às 21h30, na JF da Vila de Vieira do Minho.

CASCAIS

Convívios com sardinhas: no CT de **Alcabideche** (dia 5 a partir das 20h, também com Fados) e no CT de **Cascais** (dia 6 a partir das 13h).

LISBOA

Jantar-convívio com apresentação pública dos candidatos do PCP na Coligação **MAIS LISBOA** na freguesia da **Ajuda**: dia 4 à 20h, no Atlético e Recreativo do Caramão, com a participação de **João Amaral**.

LOURINHÃ

Almoço-convívio da CDU na Adegas Típicas "Abrigo 101" (R. da Misericórdia), com a presença de **Jorge Cordeiro**: dia 5 às 13h.

MONTEMOR-O-VELHO

Jantar CDU para apresentação dos candidatos no concelho: dia 5 às 20h, com a presença de **Sérgio Teixeira**.

NISA

Almoço de apresentação pública do candidato à CM, **José Manuel Basso**: dia 5 às 13h, no Café Manso, com a presença de **Luís Sá**.

SESIMBRA

Apresentação pública, com jantar-convívio, dos candidatos CDU à AM e freguesias do concelho: dia 5 às 21h no Largo do 1º Centenário do 1º de Maio, junto ao CT do PCP, com a participação de **Ezequiel Lino** e **Augusto Pólvora**.

VILA FRANCA DE XIRA

Visita de trabalho à freguesia de **Alverca**, promovida pela CDU / V.F.Xira: dia 5, com início às 10h junto ao Jardim-Parque, seguida de almoço no refeitório dos trabalhadores da JF de Alverca.

Hoje, dia 3, às 18h, no Porto

**Uma estratégia
 de desenvolvimento
 para a Área Metropolitana
 do Porto**

– encontro promovido pela CDU/Porto
 no Hotel Tuela

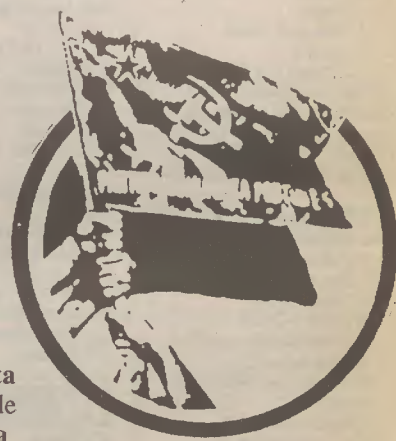
com a participação
 dos candidatos da CDU
 aos órgãos autárquicos da AMP
 e de **CARLOS CARVALHAS**
 Secretário-geral do PCP

LISBOA

Função Pública: plenário de militantes dos ministérios da Agricultura e Economia: dia 9 às 18h30, no CT Vitória.

LOURES

Sessões com Reformados - dia 3, às 15h, na Quinta de S. José, em **Sacavém**, com a participação de **José da Mata** e **Maria do Carmo Guilherme**; dia 4, às 15h, no Centro de Dia de **Santa Iria da Azóia**, com a participação de **Herberto Goulart** e **Ernesto Costa**

**OEIRAS**

Plenário de militantes de **Oeiras/S. Julião da Barra** sobre as eleições autárquicas e Festa do Avante!: dia 8 às 21h, no CT de **Algés**, com a presença de **Vítor Sarmento**.

SEIXAL

Plenário de militantes da freguesia do **Seixal** sobre a situação política, eleições autárquicas e tarefas imediatas do Partido: dia 5 às 16h, no CT do Seixal.

SETÚBAL

São Sebastião - Reunião de militantes da freguesia sobre a situação política e as eleições autárquicas: dia 4 às 21h30, no CT do Edifício Arrábida.

Vila Nogueira de Azeitão
FESTAS DA ARRÁBIDA
E DE AZEITÃO

De 6 a 13 de Julho

PAVILHÃO do PCP e da CDU
 «Em nome do Futuro, a Mudança»:
 Exposição sobre a Festa do Avante!
 Venda de EP's e de outros materiais

Alvalade
 (Santiago do Cacém)
 Dias 5 e 6

FESTA DO TRABALHADOR
 promovida pela Com. de Freg. do PCP
 Quermesse – Baile – Ranchos Folclóricos
 Torneio de Chinquilho
 Intervenção política, domingo, às 20h30

MERCADO-FESTA do PCP
nas CALDAS DA RAINHA

Dia 6, na Mata do Hospital
 Venda de produtos agrícolas – Jogos Populares
 – Quermesse – Almoço Regional – Música
 popular portuguesa

Às 15h.
 Intervenção sobre a situação política
 por **Henrique de Sousa**

VILA FRANCA DE XIRA
Arraial CDU
nas Festas

do Colete Encarnado
 Animação musical
 nas noites de Sexta e Sábado

Lisboa
FESTA POPULAR
na Mata
da Madre de Deus

promovida pela Org. Zona Oriental do PCP
 Dia 5 de Julho
 Manhã infantil às 10h
 Sardinhada às 13h
 Espectáculos a partir das 15h30
 com os grupos "3 de Abril"
 e "União de Loucos"

Às 17h.
COMÍCIO

com apresentação dos candidatos do PCP
 às freguesias da Zona Oriental
 e intervenções de **RITA MAGRINHO**
 e **JERÓNIMO DE SOUSA**

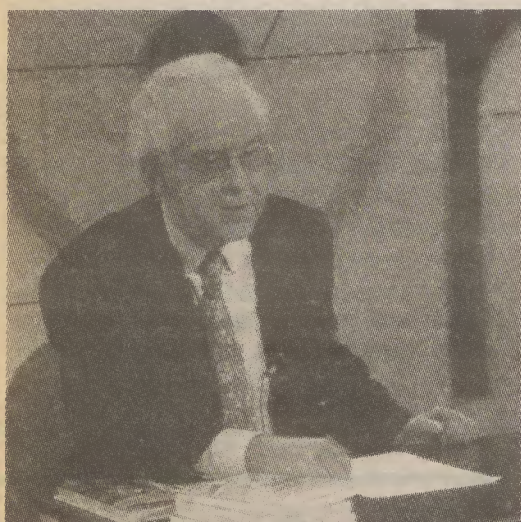
TELEVISÃO

Quinta, 3

RTP 1
 08.00 Um, Dó, Li, Tá
 09.00 Notícias
 09.10 Infantil
 10.05 António Alves, Taxista
 11.00 Praça da Alegria
 11.30 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 O Rapaz e o Cavalo
(de Don Cahffey, EUA/1975, com Robert Bettles, Eva Griffith, Michael Craig, John Meilon, Infantil / Juvenil)
 15.30 Alondra
 16.20 Carmen
 17.00 Notícias
 17.10 Canal Aberto
 18.00 McKenna
 19.00 País País
 19.40 País Regiões
 20.00 Telejornal
 20.50 Filhos do Vento
 21.50 33ª Corrida TV
 01.00 24 Horas
 02.00 Magazine
 02.30 Motores

RTP 2
 14.00 Ténis - Torneio de Wimbledon
 16.00 Informação Gestual
 16.50 Aventuras do Séc. XX
 17.25 Agente Secreto
 18.15 Um, Dó, Li, Tá
 19.50 Infantil
 20.20 Euronews
 21.00 Acontece
 21.15 Remate
 21.25 Amigos por Acaso
 22.00 Jornal 2
 22.30 O Papagaio de Papel Azul
(de Tian Zhuangzhuang, China/1992, com Lu Liping, Pu Quanxin, Li Xuejian, Yi Tian. Ver Destaque)
 00.45 Os Heróis da Esquadriha

SIC
 10.10 Buéréré
 11.30 Receitas do Dia
 11.55 Tocaia Grande
 13.00 Primeiro Jornal
 13.50 O Juiz Decide
 14.30 A Lei de Land
 15.30 No Caminho das Estrelas
 16.30 Buéréré
 18.00 Mulheres de Areia
 19.00 O Amor Está no Ar
 20.00 Jornal da Noite
 20.55 As Aventuras de Camilo



«Acontece» resiste ao «aligeiramento» de Verão por que todos os canais optaram

21.20 A Indomada
 23.00 007, O Homem da Pistola Dourada
(de Guy Hamilton, G.Br./1974, com Roger Moore, Christopher Lee, Britt Ekland. Acção / Espionagem)
 01.00 Último Jornal
 01.10 Escrita em Dia
 02.30 Vibrações

TVI
 11.05 Animação
 12.40 Cassandra
 13.00 Animação
 13.30 TVI Jornal
 14.20 Laços de Amor
 14.45 Dama de Rosa
 15.25 Éramos Seis
 16.10 O Barco do Amor
 17.00 Esquadrão Classe A
 17.55 Adultos à Força
 18.45 Doutores e Engenheiros
 20.00 Xica da Silva
 21.00 TVI Jornal
 22.00 Amor Proibido
(de John Patterson, EUA, com Brian Austin Green, Bonnie Bedelia, Joe Spano)
 24.00 TVI Jornal
 00.20 Fora de Jogo
 00.45 A Balada de Hill Street

Sexta, 4

RTP 1
 08.00 Um, Dó, Li, Tá
 09.00 Notícias
 09.10 Infantil
 10.05 António Alves, Taxista
 11.00 Praça da Alegria
 11.30 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Olho Clínico
 14.25 O Prisioneiro do Rock and Roll
(de Richard Thorpe, EUA/1957, com Elvis Presley, Judy Taylor, Mickey Shaughnessy, Ver Destaque)
 16.15 Alondra
 17.00 Notícias
 17.10 Canal Aberto
 18.00 McKenna
 18.30 Isto Só Vídeo
 19.00 País País
 19.40 País Regiões
 20.00 Telejornal
 20.50 Lições do Tonecas
 21.25 Filhos do Vento
 22.20 Jogos sem Fronteiras
 00.10 24 Horas
 01.15 Antestreira: «Batman & Robin»
 01.30 Kickboxer 5: A Vingança
(de Kristine Peterson, EUA/1995, Artes Marciais)

RTP 2
 14.00 Ténis - Torneio de Wimbledon
 16.00 Informação Gestual
 16.50 Aventuras do Séc. XX
 17.25 O Santo
 18.15 Um, Dó, Li, Tá
 19.50 Infantil
 20.20 Euronews
 21.00 Acontece
 21.15 Remate
 21.25 Carolina na Cidade
 22.00 Jornal 2
 22.30 Comer, Beber, Homem, Mulher
(de Ang Lee, Formosa/1994, com Sihung Lung, Kwei-Mei Yang, Chien-Lien Wu. Ver Destaque)
 00.30 Rumo ao Sul
 01.20 Ciclo Beethoven/Bernstein - Os primeiros anos do compositor.
 A 2ª Sinfonia

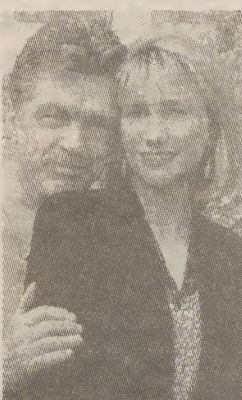
SIC
 10.10 Buéréré
 11.30 Receitas do Dia
 11.55 Tocaia Grande

13.00 Primeiro Jornal
 13.50 O Juiz Decide
 14.30 A Lei de Land
 15.30 No Caminho das Estrelas
 16.30 Buéréré
 18.00 Mulheres de Areia
 19.00 O Amor Está no Ar
 20.00 Jornal da Noite
 20.50 Malucos do Riso
 21.20 A Indomada
 22.20 Confissões
 23.30 Crianças nas Trevas
 01.00 Último Jornal
 01.25 Um Homem de Sorte
 02.45 Vibrações

TVI
 11.05 Animação
 12.40 Cassandra
 13.00 Animação
 13.30 TVI Jornal
 14.20 Laços de Amor
 14.45 Dama de Rosa
 15.25 Éramos Seis
 16.10 O Barco do Amor
 17.00 Esquadrão Classe A
 17.55 Adultos à Força
 18.45 Doutores e Engenheiros
 20.00 Xica da Silva
 21.00 TVI Jornal
 22.00 FX
 23.00 VR5, Realidade Virtual
 24.00 Califórnia
(de Dominic Sena, EUA/1993, com Juliette Lewis, Brad Pitt, David Duchovny, Michelle Forbes. Ver Destaque)
 02.10 TVI Jornal

Sábado, 5

RTP 1
 08.00 Sempre a Abrir
 12.20 Companhia dos Animais
 13.00 Jornal da Tarde
 13.35 Top +
 14.40 Especial Pedro Abrunhosa
 15.15 Confissões de Adolescentes
 15.50 Jornal Jovem
 16.25 Alta Voltagem
 17.00 Amores e Rebelião
 18.15 86-60-86
 18.50 Super Bébés
 19.25 Jet 7
 20.00 Telejornal
 20.50 Meu Querido Avô
 21.25 Há Horas Felizes
 22.35 Aqui Tão Perto (Compacto)
 24.00 Segredos da Escuridão
 01.00 24 Horas
 02.10 Bad Boys
(de Rick Rosenthal, EUA/1983, com Sean Penn, Reni Santoni, Jim Moody, Eric Gurry. Policial)



A TVI assume claramente a sua condição «laica» e enche a programação de «séries». Uma delas, de prestígio: «Picket Fences»

04.20 Armadilha Perfeita
(de Patrick Jamain, EUA/1992, com Jacques Penot, Terri Austin, Luca Barbareschi. «Thriller»)

RTP 2
 09.00 Universidade Aberta
 12.05 Vida por Vida
 12.15 Prazer de Criar
 12.40 Gente Remota
 13.25 Dinheiro Vivo
 14.00 Desporto 2
 18.30 Foyer - «Hollywood Lover's»
 19.30 Tourada
 21.00 Semana ao Sábado
 22.00 Onda Curta
(Ernst e a Luz, curta-metragem de Kim Magnusson e Anders Thomas Jensen, Din./1996; O Jasmin Florido, curta-metragem de Daniel Gruener)
 22.30 O Lugar da História - «Rasputine»
 23.20 Perigo Alucinante
(de François Dupeyron, Fr./1994, com Gérard Dépardieu, Nathalie Baye, Didier Bourdon, Claude Béry. Terror / Ficção Científica)
 00.55 «The Good Sex Guide» - I

SIC
 08.00 Buéréré
 11.55 O Nosso Mundo
 13.00 Primeiro Jornal
 13.40 Dragon Ball Z
 14.10 Jogar em Casa
 14.40 Hércules
 15.45 A Sentinela
 16.50 Walker
 18.00 Caminho de Fogo
(de J. Lee Thompson, EUA/1986, com Chuck Norris, Louis Gossett, Jr., Melody Anderson. Acção)
 20.00 Jornal da Noite
 20.55 Salsa e Merengue
 22.00 Big Show Sic
 01.40 Último Jornal
 02.00 Quando o Céu e a Terra Mudaram de Lugar
(de Oliver Stone, EUA/1993, com Tommy Lee Jones, Joan Chen, Haing S. Ngor. Ver Destaque)

TVI
 08.30 Animação
 11.30 Caloiros
 12.00 Esquadrão Classe A
 13.00 Notícias
 13.25 Contra-Ataque
 15.00 Conversa Fiada
(de Joyce Chopra, EUA/1985, com Lauren Dern, Treat Williams, Mary Kay Place. Ver Destaque)
 17.00 Competente e Descarada
 17.30 O 3º Calhau a Contar do Sol
 18.00 Regresso a Casa
 20.00 Hospital Universitário
 21.00 Telejornal
 21.30 Os Vestidos de Diana
 22.00 Savannah
 23.45 Picket Fences (IV Série)
 00.50 Os Olhos da Noite
(de Robert Clouse, EUA/1983, com Sam Groom, Sara Bosford, Scatman Crothers. Drama)

Domingo, 6

RTP 1
 08.00 Sempre a Abrir
 12.20 Sem Limites
 13.00 Jornal da Tarde
 13.35 Made in Portugal
 14.40 Confissões de Adolescentes
 15.40 O Caminho das Estrelas
 16.30 Amores e Rebelião
 17.30 Miss Fitness
 19.00 Notícias
 19.20 Casa Cheia
 20.00 Telejornal
 20.45 Contra-Informação (Compacto)
 21.05 Casa de Artistas
 22.20 Filhos do Vento
 23.15 O Polvo VII
 01.00 24 Horas
 01.40 Desporto (Competições)
 02.10 Polícia em Acção

RTP 2
 09.00 Caminhos
 09.30 Novos Horizontes
 10.00 70 x 7
 10.30 Missa
 11.20 Os Hapsburgos
 12.20 Máquinas
 12.55 Em Busca de Vestígios Esquecidos
 13.25 Jornal d' África
 14.00 Musical - «Tribute to Buddy Holly»
 14.00 Desporto 2
 19.30 Bom Bordo
 20.05 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX - D. H. Lawrence»
 21.00 Terra Estranha
 21.55 Horizontes da Memória
 22.25 Bailado: «Joe»
 23.30 Desporto 2

SIC
 08.30 Buéréré
 11.55 BBC - Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 13.40 Dragon Ball Z Especial
 14.10 Assuntos de Família



O último episódio de «O Papel do Rei», quarta, depois das 5 da tarde

15.00 Xena, a Princesa Guerreira
 16.00 A Balada de Nova Iorque
 17.00 Cidade Escaldante
 18.10 Hércules e as Mulheres Amazonas
(de Bill L. Norton, EUA/1994, com Anthony Quinn, Kevin Sorbo, Roma Downey. Histórico)
 20.00 Jornal da Noite
 20.45 Mundo VIP
 21.25 Salsa e Merengue
 22.40 Ligação Fatal
(de Bob Swain, EUA/1988, com Rob Lowe, Meg Tilly, Kim Cattrall, Doug Savant, John Glover. Ver Destaque)
 00.40 Último Jornal
 01.05 Jô Soares

TVI
 08.30 Animação
 10.00 Esquadrão Classe A
 11.10 Missa
 12.30 Portugal Português
 13.30 Notícias
 13.50 O Detective das Mil Caras
 15.30 O Homem Aranha e o Pó Radioactivo
(de Ron Satlof, EUA, com Nicholas Hammond, Robert F. Simon. Aventuras)
 17.20 Desafios
 17.35 Regresso a Casa
 19.15 1 West Waikiki
 21.00 Telejornal
 21.35 Edição Especial
 22.30 Notícia Escaldante
 23.30 Barcelona
(Whit Stillman, EUA/1995, com Taylor Nichols, Chris Eigeman, Tushka Bergen. Comédia)

Segunda, 7

RTP 1
 08.00 Um, Dó, Li, Tá
 09.00 Notícias
 09.10 Infantil
 10.05 António Alves, Taxista
 11.00 Praça da Alegria
 11.30 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 A Caminho de Bali
(de Hal Walker, EUA/1952, com Bob Hope, Dorothy Lamour, Bing Crosby. Comédia Musical)
 15.30 Alondra
 16.20 Carmen
 17.00 Notícias
 17.10 Canal Aberto
 18.00 McKenna
 19.00 País País
 19.40 País Regiões
 20.00 Telejornal
 21.00 Reformados e Mal Pagos
 21.35 Filhos do Vento
 22.35 Maria Elisa
 00.20 24 Horas
 01.20 Trunfo na Manga
(nenhuma informação suplementar foi fornecida sobre este filme)

RTP 2
 15.00 Informação Gestual
 15.50 Falatório
 16.50 Aventuras do Séc. XX
 17.30 Agente Secreto
 18.20 Infantil
 20.00 Metade do Mundo
 21.00 Acontece
 21.15 Remate
 21.25 Murphy Brown
 22.00 Jornal 2
 22.30 Corsários das Nuvens
(de Michael Curtiz, EUA/1942, com James Cagney, Dennis Morgan, Brenda Marshall. Ver Destaque)
 24.00 Nas Entrelinhas (Série policial)

SIC
 10.10 Buéréré
 11.30 As Receitas do Dia
 11.55 Tocaia Grande
 13.00 Primeiro Jornal
 13.40 O Juiz Decide
 14.40 Jogar em Casa
 15.10 Walker
 16.30 Buéréré
 18.00 Mulheres de Areia
 19.00 O Amor Está no Ar
 20.00 Jornal da Noite
 20.45 Ponto de Encontro
 21.45 A Indomada
 23.00 Alta Traição
(de Roger Donaldson, EUA/1987, com Kevin Costner, Gene Hackman, Sean Young, Will Paton. Ver Destaque)
 01.10 Último Jornal
 01.35 Conversas Secretas
 02.55 Vibrações

TVI
 10.10 Animação
 11.40 Esquadrão Classe A
 12.40 Cassandra
 13.00 Animação
 13.30 TVI Jornal
 14.20 Laços de Amor
 14.50 Dama de Rosa
 15.15 Éramos Seis
 16.05 O Barco do Amor
 17.20 Esquadrão Classe A
 18.10 Adultos à Força
 19.00 Doutores e Engenheiros
 20.00 Xica da Silva
 21.00 TVI Jornal
 22.00 Um Homem sem Passado
 23.00 PSI Factor
 24.00 TVI Jornal
 00.35 A Balada de Hill Street

Terça, 8

RTP 1
 08.00 Um, Dó, Li, Tá
 09.00 Notícias
 09.10 Infantil
 10.05 António Alves, Taxista
 11.00 Praça da Alegria
 11.30 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 O Rapaz da Pedra Lascada
(de Less Mayfield, EUA, com Sean Astin, Brendan Fraser, Megan Ward)
 15.25 Alondra



«Nas Entrelinhas», uma nova série policial britânica na RTP2

16.15 Carmen
 17.00 Notícias
 17.10 Canal Aberto
 18.00 Selecção RTP
 19.00 País País
 19.40 País Regiões
 20.00 Telejornal
 20.55 Isto Só Vídeo
 21.35 Filhos do Vento
 22.25 Herman Enciclopédia
 23.30 Anúncios de Graça
 00.10 24 Horas
 01.20 Opção Final
(de Ian Sharp, 1982, com Leeis Collins, Judy Davis, Richard Widmark. Acção)

RTP 2
 15.00 Informação Gestual
 16.30 Poder e Traição
 17.30 O Santo
 18.05 Aventuras do Séc. XX
 19.00 Infantil
 20.00 Rotações
 21.00 Acontece
 21.15 Remate
 21.25 Crimes Verdadeiros
 22.00 Jornal 2
 22.30 Garra de Ferro
(de Lloyd Bacon, EUA/1935, com James Cagney, Margaret Lindsay, Ricardo Cortez. Aventuras)
 00.40 Jools Holland

SIC
 10.10 Buéréré
 11.30 As Receitas do Dia
 11.55 Tocaia Grande
 13.00 Primeiro Jornal
 13.40 O Juiz Decide
 14.40 Jogar em Casa
 15.10 Walker
 16.30 Buéréré
 18.00 Mulheres de Areia
 19.00 O Amor Está no Ar
 20.00 Jornal da Noite
 20.45 A Indomada
 21.50 Estrelas de 4 Patas
 23.15 Esta Semana
 01.05 Último Jornal
 01.30 Toda a Verdade - Transplantes
 02.30 Primeiros Anos
 03.50 Vibrações

TVI
 11.05 Animação
 12.40 Cassandra
 13.30 TVI Jornal
 14.20 Laços de Amor
 14.45 Dama de Rosa
 15.25 Éramos Seis
 16.10 O Barco do Amor
 17.00 Esquadrão Classe A
 17.55 Adultos à Força
 18.45 Doutores e Engenheiros
 20.00 Xica da Silva
 21.00 TVI Jornal
 22.00 A Sua Última Saída
(de Richard Colla, com Kellie Martin, Patti Lupone, Jonathan Brandis. Telefilme)
 24.00 Pontos nos ii
 00.45 TVI Jornal
 01.20 A Balada de Hill Street

Quarta, 9

RTP 1
 08.00 Um, Dó, Li, Tá
 09.00 Notícias
 09.10 Infantil
 10.05 António Alves, Taxista
 11.00 Praça da Alegria
 11.30 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Profissão: Doméstico
(de Stan Dragoti, EUA/1983, com Michael Keaton, Teri Garr, Frederick Koehler, Taliesin Jaffe. Comédia)



«Nas Entrelinhas», uma nova série policial britânica na RTP2

15.25 Alondra
 16.15 Carmen
 17.00 Notícias
 17.10 Canal Aberto
 18.00 Selecção RTP
 19.00 País País
 19.30 Vamos Jogar no Totobola
 19.40 País Regiões
 20.00 Telejornal
 20.55 Lelé e Zequinha
 21.30 Filhos do Vento
 22.20 Enviado Especial
 23.20 Debaixo de Olho (II)
(de John Badham, EUA/1993, com Richard Dreyfuss, Emilio Estevez, Rosie O'Donnell, Dennis Farina. Comédia / Policial)
 01.10 24 Horas
 01.55 O Distintivo da Morte
(de Douglas Barr, EUA/1995, com Olympia Dukakis, Brian Wimmer. Acção)

RTP 2
 15.00 Informação Gestual
 16.30 Poder e Traição
 17.25 TV Nostalgia
 18.05 Aventuras do Séc. XX
 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 19.50 Infantil
 20.00 Euronews
 21.00 Acontece
 21.15 Remate
 21.25 Os Simpsons
 22.00 Jornal 2
 22.30 O Inimigo Público
(de William A. Wellman, EUA/1931, com James Cagney, Jean Harlow, Eddie Woods, Joan Blondell. Ver Destaque)
 01.00 Vidas do Século - «Wernher Von Braun»

SIC
 10.10 Buéréré
 11.30 As Receitas do Dia
 11.55 Tocaia Grande
 13.00 Primeiro Jornal
 13.40 O Juiz Decide
 14.40 Jogar em Casa
 15.10 Walker
 16.30 Buéréré
 18.00 Mulheres de Areia
 19.00 O Amor Está no Ar
 20.00 Jornal da Noite
 20.45 A Indomada
 21.50 Estrelas de 4 Patas
 23.15 Esta Semana
 01.05 Último Jornal
 01.30 Toda a Verdade - Transplantes
 02.30 Primeiros Anos
 03.50 Vibrações

TVI
 10.10 Animação
 11.40 Esquadrão Classe A
 12.40 Cassandra
 13.00 Animação
 13.30 TVI Jornal
 14.20 Laços de Amor
 14.45 Dama de Rosa
 15.45 Éramos Seis
 16.35 O Barco do Amor
 17.30 Esquadrão Classe A
 18.30 Doutores e Engenheiros
 20.00 Xica da Silva
 21.00 TVI Jornal
 22.00 Mr. Destiny
(de James Orr, EUA/1990, com James Belushi, Michael Caine, Linda Hamilton, Jon Lovitz. Ver Destaque)
 00.15 TVI Jornal
 00.35 Fora de Jogo
 01.20 A Balada de Hill Street

Nota:
 A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

O Papagaio de Papel Azul

(Quinta, 22.30, RTP2)

Entre os nomes mais sonantes da chamada 5ª geração do cinema chinês (como Zhang Yimou e Chen Kaige), este Tian Zhuangzhuang destaca-se também pela elevada qualidade das suas obras. Como pano de fundo para *O Papagaio de Papel Azul* o cineasta escolheu três períodos distintos da história recente da China, em particular o período complexo da Revolução Cultural e a sua incidência no percurso de uma família.

O Prisioneiro do Rock and Roll

(Sexta, 14.25, RTP1)

Condenado por homicídio involuntário, o cantor Vince Everett estabelece ligações na prisão com Hank Houghton, um antigo cantor de country, que lhe ensina guitarra. À saída da prisão e logo notado por uma descobridora de talentos, Vince dá então início a uma trajetória para a glória e esmaga a concorrência. Trata-se de uma boa sátira aos meandros do show-business, com Elvis Presley a dar o seu máximo nesta sua terceira experiência cinematográfica, aliás com uma cena de antologia em *Jailhouse Rock*.

Comer, Beber, Homem, Mulher

(Sexta, 22.30, RTP2)

Hoje vivendo e trabalhando nos EUA, Ang Lee é sem dúvida dos mais badalados produtos do moderno cinema da Formosa e sobretudo conhecido internacionalmente a partir da sua segunda longa-metragem - *O Banquete de Casamento* - para já não falar da consagração, por altura dos Oscars de 95, a propósito da sua adaptação de *Senso e Sensibilidade* de Jane Austen, numa linha que alguns então notaram como sendo de conformismo e regressão em direcção a um certo cinema «académico» de inspiração britânica. Quanto a *Comer, Beber, Homem, Mulher*, a(s) história(s) que o filme nos conta gira(m) à volta de um cozinheiro que todos os domingos prepara uma refeição especial para a família - uma ocasião durante a qual as suas três filhas vão contando o que vai ocorrendo nas suas vidas. Para além do tom de comédia que se desprende do filme, a encenação de Ang Lee decorre com aquela delicadeza e bom gosto de que dão provas todos os bons gourmets...

Kalifornia

(Sexta, 00.00, TVI)

Um jornalista que está a desenvolver um trabalho sobre «assassínios em série» parte com a namorada para a Califórnia pretendendo visitar diversos locais que identificara como tendo sido palco desse tipo de crimes. Mas, para que as despesas não fossem tão pesadas, o nosso «herói» resolve pôr um anúncio a convidar eventuais interessados na boleia a dividir os custos da viagem. Na resposta ao anúncio, surge um casal em que a namorada é bem simpática mas cujo rapaz, a certa altura, surpreende tudo e todos ao cometer nas calmas um crime horrendo... Como se vê, aqui está uma história de morrer, um «thriller» e um drama que não deixa de ser fortemente irónico e amargo e, ao que se diz, realizado com mão firme e eficaz. Por Dominic Sena. Com Juliette Lewis e Brad Pitt nos principais papéis.

Conversa Fiada

(Sábado, 15.10, TVI)

A princípio as coisas funcionam bem neste filme que se debruça sobre um grupo de raparigas amigas e, em particular, a desenfadada Connie (Laura Dern), cujo entretenimento é despertar o interesse dos rapazes da sua idade. Mostrando sensibilidade para entender o tipo de linguagem dos adolescentes, tanto o argumentista como o realizador (respectivamente Tom Cole e Joyce Chopra) encontram a medida certa para a construção do filme na primeira parte. Mas depois, quando a tragédia e o drama se aproximam, tudo sai menos subtil e o filme atinge momentos francamente desiguais.



Uma cena de «Comer, Beber, Homem, Mulher», de Ang Lee

Quando o Céu e a Terra Mudaram de Lugar

(Sábado, 02.00, SIC)

Seguindo-se a *Platoon*, que Oliver Stone realizou tendo como base a sua própria experiência e a *Nascido em 4 de Julho*, baseado na autobiografia de Ron Kovic, este novo filme de Stone (apenas transmitido uma vez entre nós, já há três anos, pela mesma SIC) completa a trilogia que o realizador dedicou à Guerra do Vietname e fala-nos da experiência real e



Hiep Thi Le e Tommy Lee Jones, os dois intérpretes principais de «Quando o Céu e a Terra Mudaram de Lugar», de Oliver Stone

concreta de uma ex-cidadã vietnamita - *Le Ly Hayslip* - por esta contada em dois livros publicados. Hoje cidadã americana, a autora foi surpreendida no seu país natal pela brutalidade e pela trágica destruição da guerra e, dividida entre o Norte e o Sul, acabou por ser levada para os EUA por um militar norte-americano com quem casou. Trata-se de um retrato cruel da guerra, desta vez abordado do ponto de vista dos que mais a sofreram.

Ligação Fatal

(Domingo, 22.40, SIC)

«Uma jovem e rica herdeira é vítima de um maquiavélico plano cujo objectivo é eliminá-la e aliviar a dos seus milhões. O plano envolve um jovem gigolo, o seu padrasto e um polícia que esteve apaixonado por ela nos tempos da sua adolescência.» Neste seu terceiro filme (e primeiro realizado nos EUA), o realizador americano Bob Swaim, radicado em França onde se formou em antropologia, inspira-se claramente nos melodramas policiais dos anos 40, quando as vítimas eram atraentes e os assassi-

nos uns facinoras. É o que acontece, com alguns altos e baixos, nesta história de crime, de resultados desiguais, e que tem no centro uma jovem de fala sussurrante e desarmante vulnerabilidade, muito bem interpretada por Meg Tilly.

Corsários das Nuvens

(Segunda, 22.30, RTP2)

Começa aqui um importante ciclo dedicado a um dos mais carismáticos actores do cinema clássico norte-americano - James Cagney. Mas começa mal. Sem dúvida que a presença do grande actor e a realiza-

ção de Michael Curtiz são motivos de incontornável interesse para uma visão puramente cinéfila deste filme. Mas o «sumo» que dele se extrai é, também sem margem para dúvidas, o da mais acabada propaganda em favor da guerra. Uma questão de gosto.

Alta Traição

(Segunda, 23.00, SIC)

Um intenso thriller girando à volta da paixão desencadeada por uma mulher e partilhada pelas pessoas do Secretário de Estado da Defesa dos EUA e de um agente da CIA encarregado por aquele que é o seu superior hierárquico de descobrir os meandros do crime que... ele próprio cometerá! Pelo meio, os antros do poder e da espionagem: o Pentágono, a CIA, a Casa Branca, o papel sinistro do braço direito do tal Secretário de Estado. O profissionalismo e a rotina de Roger Donaldson, na realização, de Kevin Costner e Gene Hackman (sem esquecer o inquietante Will Patton), na interpretação, e de Sean Young, no físico, ajudam a entreter a vista...

Mr. Destiny

(Quarta, 22.00, TVI)

Esteve previsto para a semana passada mas a alteração enviada pela TVI chegou depois da hora de fecho do jornal. Como então aqui dissemos, parece tratar-se de mais um filme em jeito de comédia que, contando a história de um cidadão que «por artes de puro sortilégio» regressa ao passado para tentar emendar a mão ao destino, se inspira na «encenação do maravilhoso» que encontramos em alguns excelentes exemplos do cinema clássico americano. Com James Belushi, Michael Caine e Linda Hamilton.

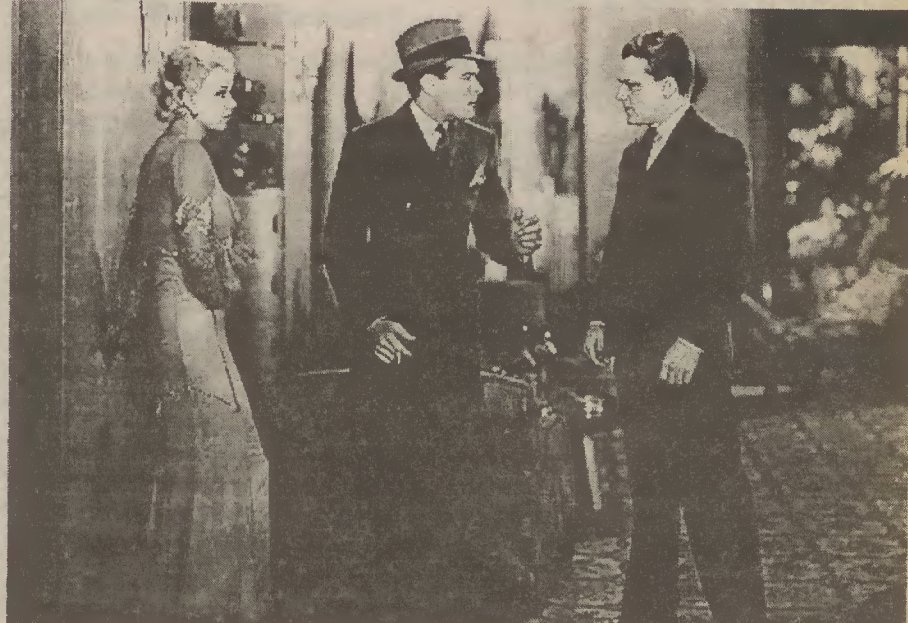
O Inimigo Público

(Quarta, 22.40, RTP2)

Realizador intrinsecamente avesso a efeitos espectaculares, sempre perseguindo uma sobriedade exemplar, William A. Wellman impôs-se na cinematografia norte-americana através deste filme notável - *O Inimigo Público* - com um fabuloso desempenho de James Cagney e que é, até agora, sem dúvida, o melhor exemplar do ciclo a este dedicado. Um agente da polícia (Tom Powers) e o seu melhor amigo (Matt Doyle) eram vizinhos e cresceram no mesmo bairro. A época da «lei seca» permitiu-lhes alargar os seus negócios. Depois da morte de Matt, vítima dos conflitos entre gangs, Tom impõe a arbitrariedade e o terror e, depois de uma carnificina em que elimina os seus rivais, acaba por sair gravemente ferido. É um retrato sem concessões de um gangster, admiravelmente interpretado por um especialista no género.



Um fotograma de «Kalifornia», um thriller de Dominic Sena



Jean Harlow, Edward Woods e James Cagney, em «O Inimigo Público», de William A. Wellman

■ Correia
da Fonseca

Na pista de uma TV amiga

A imprensa diária noticiou, aliás muito discretamente, o suicídio de um preso ainda jovem num qualquer estabelecimento prisional do continente. Poucos terão dado pelo caso, afinal apenas mais um entre outros semelhantes que vão ocorrendo com incómoda regularidade nas cadeias portuguesas.

Alguns dias mais tarde, voltei a encontrar a notícia, desta vez na televisão, pela boca do advogado Francisco Teixeira da Mota, presença habitual na rubrica «Falatório» (entretanto suspensa para férias ou talvez não) quando conduzida por Paula Moura Pinheiro. Mas o dr. Teixeira da Mota acrescentou alguma coisa ao pouco que os jornais me tinham contado. Que o jovem suicida havia sido condenado a uma pena de relativa brevidade e já cumprira boa parte dela. Que era residente nos Açores, onde tinha um filho de quatro anos, e por isso mesmo pedira em vão que o cumprimento da pena a que fora condenado decorresse numa prisão da ilha de origem, o que o lhe permitiria ver o garoto durante as visitas a que tinha direito. Que talvez não se tivesse suicidado se essa nesga de alegria lhe tivesse sido permitida. Que a recusa da transferência acabara por corresponder, de facto, à pena de morte executada pelo próprio. A pena de morte, a tal que não existe em Portugal.

Bem se sabe, é claro, que a «pena de morte» não mata em Portugal apenas um pequeno traficante de droga condenado a quatro anos de prisão a cumprir a milhares de quilómetros de distância do filho que poderia ou não, ninguém o saberá nunca, dar um novo sentido àquela vida. A «pena de morte» sentenciada anonimamente por tribunais informais, esparsos, não identificáveis, mata os que no Alentejo se suicidam depois de meses e meses de desemprego, os velhos que escolhem as rodas de um comboio para pôr fim à miséria decorrente de reformas verdadeiramente assassinas, os doentes que a doença liquida antes que chegue a sua longínqua vez na lista de espera para a intervenção cirúrgica prescrita. E assim, e sabe-se que é assim, neste país a atravessar momentos de grande preocupação oficial perante o risco de que a China queira alargar a Macau a pena capital que vigora no seu território. Contudo, apesar de todas as diferentes formas de «pena de morte» que entre nós se praticam, parece difícil que não nos percorra um frémito de emoção, mesmo apenas ligeiro e remoto, perante a informação de que se suicidou um jovem pai a quem foi recusado o direito legalíssimo de ser visitado na prisão pelo filho. Mesmo que entre a recusa e a morte possa não ter havido um nexo de causa e efeito. Apenas por se entender que esse nexo pode ter existido e que teria sido possível, senão fácil, evitá-lo.

Quer isto dizer que a notícia afinal completada pelo dr. Francisco Teixeira Mota era uma notícia importante. O facto, porém, foi ignorado, totalmente ou não, pelos serviços noticiosos que não perdem oportunidade de darem destaque a... outras desgraças, mortes-de-homem ou não, que ocorrem em lugares distantes. Dir-se-ia que exactamente por pouco ou nada terem a ver conosco. Isto é: por não poderem suscitar reflexões que tendencialmente conduzam a evitar a repetição de tragédias idênticas, como seria próprio de uma TV útil, amiga, com que temos o direito de sonhar.

O exemplo de Artur Ramos

Ao registar este caso talvez minúsculo, mas não tanto quanto pode parecer, tento mais uma vez ilustrar uma situação conhecida, diagnosticada, mas persistentemente mantida,

que é a do abissal divórcio entre os telenoticiários da RTP e o «serviço público» de que a empresa está formalmente incumbida, não apenas pelo contrato assinado há seis meses com o Estado português mas também, e principalmente, pela contratação implícita e explícita que resulta da sua condição de empresa de capitais públicos e do enquadramento legal e regulamentar que rege as emissões de TV no nosso país. Essa distância, quando não frontal contradição, surge como particularmente chocante a quem acredite que o sector da informação é, entre todos os que integram a acção da RTP, aquele que mais nítidos progressos tem registado nos últimos anos, boato este que me parece sem fundamento mas que à força de muito repetido já quase se transmutou em verdade adquirida. Mas a verdade é que a ausência de um sentido de utilidade pública que terá de ser a maior, se não única, justificação para uma empresa como a RTP, ultrapassa o estrito território da informação e alarga-se à programação inteira, como eventual ressalva para as excepções que, exactamente por o serem, não só confirmam a regra como se revelam álibis para o que em palavra talvez demasiado dura se diria ser o quotidiano crime cometido contra o interessa nacional.

Um pormenor muito recente relativamente ao momento em que escrevo vem lembrar-me um outro aspecto, talvez menor, talvez não, desse constante desacato aos deveres de uma TV pública. Ao fim de vários meses de espera, a RTP transmitiu finalmente a peça «Os Gladiadores», de Alfredo

tez: teatro, bailado, cinema, outras formas de arte que a «2» transmite, muitas vezes não são de acessibilidade imediata e total. O que é natural: as artes obrigam a uma «leitura», e para ler seja o que for é preciso conhecer letras, significados, gramáticas. Qualquer apreciador de futebol sabe isto muito bem quando ouve uma mulher (ou um homem, não sejamos machistas...) dizer que não gosta de ver um jogo que lhe parece sem sentido e lhe surge como onze homens em calções aos pontapés a um pedaço de borracha. Claro: é indispensável saber regras, objectivos, sentido, significados. Com as artes, é o mesmo. Como ninguém nasce ensinado, até para se gostar de futebol é preciso que um dia tenha vindo alguém a explicar. O que, com a «bola», acontece logo na infância, pelo menos na infância masculina. Com as artes, não senhores. Por isso, e só por isso, há muito mais gente a gostar de futebol na TV que do teatro que a «2» transmite.

Perante as previsíveis dificuldades de alguma decifração que «Os Gladiadores» viriam suscitar, teve Artur Ramos o sábio cuidado de vir, em breves minutos que antecederam a transmissão da peça, explicar o fundamental, e fê-lo com o poder de comunicação e o sentido do essencial que sempre foram a sua marca também neste tipo de tarefas. Pela sua presença, são devidos louvores à própria RTP, ainda que os seus méritos neste caso tenham sido obviamente indirectos. Porém, a situação tinha o seu amargo reverso: o exemplar cuidado de Artur Ramos vinha lembrar o modo sistemática-



Cortez, encenada por Artur Ramos para o Teatro Nacional D. Maria II e realizada para a TV, a partir do espectáculo em palco, pelo mesmíssimo Artur Ramos, realizador da RTP dos mais antigos e, sem dúvida, dos mais notáveis pela rara convergência num só homem dos sentidos da TV, da cultura e da vida. Ora, acontece que «Os Gladiadores» não é uma peça vulgar e não é uma peça fácil para os espectadores, mesmo que se considere apenas o segmento de público antecipadamente interessado nestas coisas do teatro e, em sentido mais amplo, da cultura. Escrita em 1934, já com o fascismo português em fase de segura afirmação, foi como que criptografada a fim de escapar às diferentes formas de repressão então em curso, com óbvio relevo para as vigilâncias censórias. Porém, como muito bem sabe quem frequente regularmente a TV2, as dificuldades de descodificação pelo público perante «Os Gladiadores» não são exclusivas da peça de Alfredo Cor-

mente descuidado com que ao longo de anos e anos têm vindo a ser transmitidas muitas obras, algumas delas de qualidade verdadeiramente excepcional, desapreciadas e rejeitadas por um público que delas teria tirado múltiplas proveitos se tivesse beneficiado de algum apoios prévio. Não se trataria, é claro, de transformar a TV2 em telescola: tratar-se-ia, isso sim, de dar eficácia à promoção cultural que deve estar-lhe cometida e de não desperdiçar literalmente alguns tesouros. Esse auxílio, breve e sem emolumentos «intelectuais», seria também verdadeiro serviço público. E antes que me atirem com o eventual argumento de que «lá fora» não são de uso tais cuidados, direi que estamos «cá dentro», com os séculos de desculturalização e inquisições várias que são os nossos, e que o subdesenvolvimento cultural português imposto por sucessivas opressões exige, naturalmente, soluções portuguesas.

ESCAPARATE

Festivais de Verão

Com a chegada do Verão, multiplicam-se um pouco por todo o país os Festivais de Música, em particular os de música clássica. Sem poder esgotar todas as informações disponíveis nesta área, escolhemos para hoje a referência necessariamente sucinta a algumas das mais interessantes realizações neste campo. Assim, prossegue até 15 do corrente o XXXII Festival de Música de Sintra, com a actuação hoje e amanhã, no **Palácio Nacional de Queluz** às 21.30 das irmãs **Katia e Marielle Labèque** em dois recitais que incluirão obras de **Mozart, Debussy, Tchaikovsky** e uma selecção de pequenas peças virtuosísticas «**De Brahms a Bernstein**». No domingo, às 18 horas, na **Quinta da Piedade** em Colares, será a vez de um duo de violino e piano (**Augustin Dumay e Maria João Pires**) interpretar obras de **Brahms, Debussy e Beethoven**. Para segunda, às 21.30, no **Palácio Nacional de Sintra**, está marcado um recital por **Anabela Chaves** (viola) e **Olga Prats** (piano) que tocarão **Bach, Hindemith, Brahms e Piazzolla**.

Entretanto, até 27 do corrente, é a 19ª edição do **Festival Internacional de Música** que animará a **Póvoa do Varzim**. Para os próximos dias, anunciam-se concertos pelo pianista **Josep**

Colóm (6.07), com obras de **Debussy, Falla e Brahms**, ou da **Nova Orquestra de Câmara do Porto**, sob a direcção de **Osvaldo Ferreira** (8.07) com a interpretação da «**História do Soldado**» de **Stravinsky**, sempre no **Monumental Casino** daquela cidade.

Quanto ao **23º Festival de Música da Costa do Estoril**, que decorrerá até 9 de Agosto, os primeiros destaques vão para um programa da canto e piano subordinado ao tema «**Schubertiada**» e «**Brahmsiana**», a realizar no domingo 6 às 19, 21.30 e 22.30 horas no **Hotel Palácio** (Estoril), para a actuação no **Audatório Parque Palmela** da **Orquestra de Câmara de Viena** (7.07, 21.30) à qual se juntará no mesmo local no dia seguinte o **Coro de Câmara de Cascais**.



O duo Augustin Dumay Maria João Pires



As irmãs Labèque

O duo Anabela Chaves / Olga Prats

TEATRO

14º Festival de Teatro de Almada

Tal como adiantámos no último número, tem início amanhã e prosseguirá até dia 18 o **14º Festival Internacional de Teatro de Almada**. Membro da rede de festivais do **Instituto Internacional de Teatro do Mediterrâneo**, este festival que é uma organização conjunta da **Companhia de Teatro de Almada** e da **Câmara Municipal** do concelho constitui já uma das mais importantes realizações neste domínio no nosso país. Dos espectáculos previstos para os próximos dias, o destaque vai, entre muitas outras, para as representações de «**A Cada um o seu Problema**», pela **C.T.A.** (sábado, 5, às 15 horas); «**La Noche**», de **José Saramago**, pela **Companhia Joaquín Vida** de Madrid (sábado, 5, pelas 21.45); «**Junto ao Poço**», pelo **GITT** da **Trafaria** (domingo, 6, às 15



Joaquim Benite (director do festival)

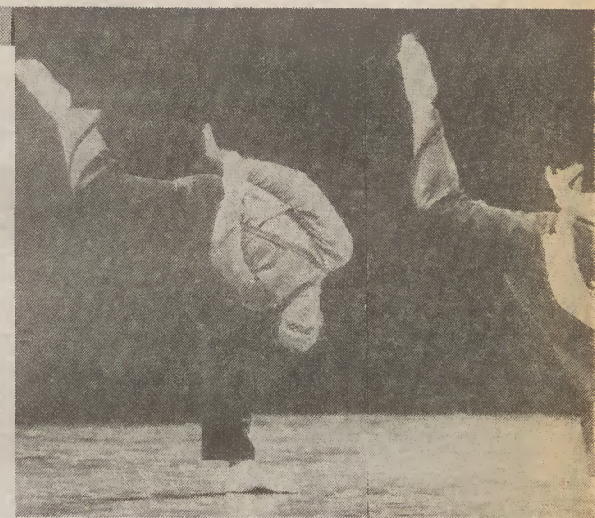
horas); «**Artaud-Momo**», pelo **Théâtre de Strasbourg** de França (domingo, 6, às 18.30); «**Viva la Vida**», por **A Barraca** de Lisboa (segunda, 7, às 20 horas); «**The Rise and Fall of the Male Chauvinist Pig**», de **António Ribeiro**, pelas **Look Aside Productions** de Londres (terça, 8, às

19 horas); ou «**Pedido de Emprego**», pelo **CENDREV** de Évora (quarta, 9, pelas 19 horas). Os interessados podem consultar o programa detalhado em distribuição nos locais dos espectáculos ou utilizar os telefones 2752175 e 2756567.

BAILADO

Quatro semanas no Porto

Com produção de **Paulo Ribeiro**, inaugura-se amanhã e prolongar-se-á até finais de Junho a segunda edição do ciclo «**Dancem!**» com espectáculos realizados no **Teatro Nacional S. João** (Porto). Nesta primeira semana estará em primeiro plano a companhia francesa de **Héla Fatoumi e Éric Lamoureux**, um casal de coreógrafos que ocupam o primeiro plano da cena do bailado francês, e dos quais poderão ser vistas quatro coreografias: «**Solstice**», um dueto, «**Controverse**», um solo, e «**Recidive**», um outro solo, amanhã dia 4, pelas 21.30; também à mesma hora, mas no domingo, será a vez de um outro dueto, «**Husais**». Nas próximas semanas, este ciclo de dança apresentará trabalhos dos **DV8 Physical Theater** (Inglaterra) e novas coreografias de **Clara**



O duo Héla Fatoumi / Éric Lamoureux

Andermatt, bem como a estreia absoluta de «**Azul Esmeralda**» pela companhia do próprio **Paulo Ribeiro**.

BANDAS SONORAS

Canções de Filmes

Da variada programação que neste mês de Julho anima as instalações do **Teatro da Trindade (INATEL)**, a curiosidade vai para um recital que todas as quintas, sextas e sábados, pelas 23 horas, começando já hoje e terminando no dia 26, vai revelar (como indica o título do ciclo) as «**Canções do Sonoro**», ou seja, algumas das mais conhecidas melodias que ilustraram conhecidas bandas sonoras. A voz que nos vai recordar estas canções é a de **Paulo Filipe Monteiro**, conhecido crítico e docente na área da 7ª arte. Uma curiosidade a não perder e cujo espaço de manobra é o «**Teatro Bar**».



AR LIVRE

Ritmos em Belém

A exemplo dos anos anteriores, o **Centro Cultural de Belém** organiza a partir de hoje uma série de concertos ao ar livre no atraente ambiente do chamado **Jardim das Oliveiras**. Estes concertos, em que participam grupos de várias expressões da música popular, têm lugar todas as quintas, sextas e sábados, entre as 22 e as 24 horas. Os espectáculos que dão início a este ciclo terão a participação de grupos e solistas tão diversos como **Mico da Câmara Pereira** (3.07), **Patrícia Antunes** (4.07), **Orquestra Salsa Lisboa** (5.07) e **Meninos da Avó** (10.07). Para os espectáculos que se seguem até final do mês, estão previstas ainda as participações de **Quiz, Bamboobeat, Lucky DUCKIES, Real Companhia, Sabor Latino com Julián del Valle e Vinhos e Petiscos**. Oxalá o tempo comece a ajudar!

CINEMA

Tesouros de uma Cinemateca

Inaugurado no passado dia 20 de Junho e subordinado a este título genérico, continua a decorrer até 23 do corrente no **Centro Cultural Malaposta** um ciclo de cinema dedicado ao cinema francês e preenchido com autênticas preciosidade e algumas obras-primas herdadas pela **AMASCULTURA** da **Filmoteca da Embaixada de França** em Lisboa. Entre os realizadores de que serão projectadas várias obras encontram-se os nomes de **Georges Franju, Nelly Kaplan, Maurice Pialat, Agnès Varda, François Reichenbach** ou **René Allio**. Este último estará em destaque nas sessões de 4 e 5 (21.30) e 6 (15.30) com a projecção de «**A Propos de Pierre Rivière**», documentário realizado a propósito da rodagem da sua longa-metragem «**Moi Pierre Rivière ayant egorgé ma mère, ma soeur et mon frère**», bem como **Jean Painlevé** (especialista no cinema científico) e **Georges Rouquier**, a propósito dos quais serão exibidos também naquelas sessões os documentários «**George Rouquier, cinéaste de Farrebique**» (1946), realizado por **Bertrand van Effenterre**, e «**Jean Painlevé et le cinéma scientifique**», realizado por **Bernard Laboume**. De **Reichenbach** serão ainda exibidos dois documentários sobre o pintor **Gronaire** e sobre o cineasta **René Clément** filmando **Alain Delon e Jane Fonda**.

XADREZ

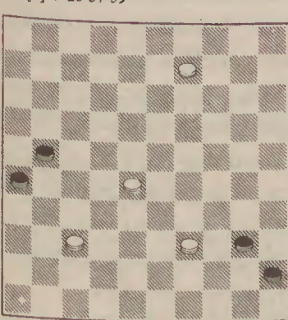
DCXVII - 3 DE JULHO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X26
Por: **GHENRIKH MOISEVICH KASPARYAN**
4ª Menção Honrosa - *La Stratégie*, 1936
Pr.: [3]: Cs. a5, g2 - Rd7
Br.: [4]: Cs. f8, g6 - B64 - Rd5



SOLUÇÕES DO Nº 1997X26 [GMK]
A. de M. M.

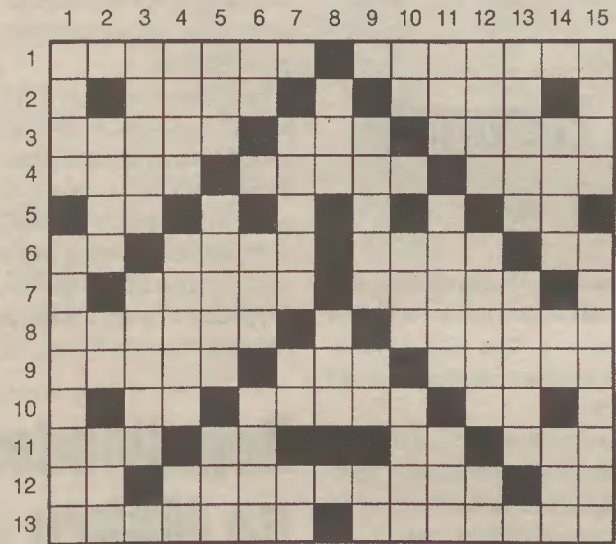
DAMAS

DCXVII - 3 DE JULHO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D26
Por: **MAQUET**
[Em jogo prático contra F. Kleiner]
- Paris, 1973
Pr.: [4]: 21-26-40-45
Br.: [4]: 9-28-37-39



SOLUÇÕES DO Nº 1997D26 [M.]
A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Planta da fam. das leguminosas, afim da ervilha (pl.); rapinantes. 2 - Argolas; nome vulgar extensivo a alguns pequenos mamíferos roedores, alguns dos quais cosmopolitas, que, por vezes, constituem pragas. 3 - A parte mais elevada (pl.); óxido de cálcio; sítios. 4 - Flancos; costurar; medonho. 5 - Ósmio (s.q.); partícula afirmativa do dialecto provençal. 6 - Existes; empunhar; conjunto de cerimónias prescritas para a celebração de um culto; aqueles. 7 - Superior de uma abadia, de um mosteiro ou de uma confederação de mosteiros. 8 - Mata vedada por muro; alentar. 9 - Esquivo-me; soberano; atasca. 10 - Telúrio (s.q.); designação genérica de umas plantas herbáceas, pertencentes a duas espécies da fam. das gramíneas, espontâneas e frequentes em Portugal; artigo antigo. 11 - Curso natural de água; rapaz (pop.); cinquenta e cinco romanos; sapo do Amazonas. 12 - Astatino (s.q.); série de operações militares durante uma guerra (pl.); também (Arc.). 13 - Resumo; assentara. VERTICAIS: 1 - Abastada; tecido de junco, palma, tábua, etc., que serve para cobrir um pavimento (pl.). 2 - Gemidos (bras.); avenida (abrev.); pau-ferro, árvore da fam. das leguminosas, notável pela madeira dura e pesada que fornece. 3 - Mamífero ruminante da América do Sul (pl.); instrumento com que se assobia. 4 - Encolerizes; manança; Cálcio (s.q.). 5 - Mealheiro (prov.); provido de asas; conjunto de duas pessoas. 6 - A carta mais alta do baralho; partida; elemento de formação de palavras, de origem latina, que exprime a ideia de ramo. 7 - Tapa; acusada; principal rio italiano. 8 - Soberano persa (pl.); mau humor (fig.). 9 - Cada um dos caracteres do alfabeto; quatro romanos; Neptúlio (s.q.). 10 - Modo (fig.); íntima; planta bulbosa da fam. das líliáceas, de cheiro característico, espontânea ou cultivada, usada como condimento. 11 - Tranquilidade pública; acerta; sítio pouco fundo de um rio, por onde se pode passar a pé. 12 - Leva à sirga; não menciona; a polícia nazi. 13 - Breve narrativa fictícia, escrita ou falada; afia no rebolo. 14 - Porção da circunferência ou de qualquer outra curva; Alumínio (s.q.); rapar o sal na salina e juntá-lo com o rodo. 15 - Juízo; designação dada no Brasil a uma variedade de mandioca. Arcos; Al; rer; 15 - síso; saracura. 10 - Ar; lma; alho; 11 - Paz; atina; van; 12 - Alca; omite; SS; 13 - Conto; amola; 14 - Ca; 5 - Cós; asado; par; 6 - ás; 7 - Cobre; 7 - Ida; ram; 8 - Xás; fel; 9 - Letra; 14; Np. VERTICAIS: 1 - Rica; estieas; 2 - Uho; av; 3 - Lamas; aprto; 4 - lres; abate; Sumário; pousara. 10 - Te; re; 11 - Te; re; 12 - Ar; 13 - Ar; 14 - Ar; 15 - Ar; 16 - Ar; 17 - Ar; 18 - Ar; 19 - Ar; 20 - Ar; 21 - Ar; 22 - Ar; 23 - Ar; 24 - Ar; 25 - Ar; 26 - Ar; 27 - Ar; 28 - Ar; 29 - Ar; 30 - Ar; 31 - Ar; 32 - Ar; 33 - Ar; 34 - Ar; 35 - Ar; 36 - Ar; 37 - Ar; 38 - Ar; 39 - Ar; 40 - Ar; 41 - Ar; 42 - Ar; 43 - Ar; 44 - Ar; 45 - Ar; 46 - Ar; 47 - Ar; 48 - Ar; 49 - Ar; 50 - Ar; 51 - Ar; 52 - Ar; 53 - Ar; 54 - Ar; 55 - Ar; 56 - Ar; 57 - Ar; 58 - Ar; 59 - Ar; 60 - Ar; 61 - Ar; 62 - Ar; 63 - Ar; 64 - Ar; 65 - Ar; 66 - Ar; 67 - Ar; 68 - Ar; 69 - Ar; 70 - Ar; 71 - Ar; 72 - Ar; 73 - Ar; 74 - Ar; 75 - Ar; 76 - Ar; 77 - Ar; 78 - Ar; 79 - Ar; 80 - Ar; 81 - Ar; 82 - Ar; 83 - Ar; 84 - Ar; 85 - Ar; 86 - Ar; 87 - Ar; 88 - Ar; 89 - Ar; 90 - Ar; 91 - Ar; 92 - Ar; 93 - Ar; 94 - Ar; 95 - Ar; 96 - Ar; 97 - Ar; 98 - Ar; 99 - Ar; 100 - Ar; 101 - Ar; 102 - Ar; 103 - Ar; 104 - Ar; 105 - Ar; 106 - Ar; 107 - Ar; 108 - Ar; 109 - Ar; 110 - Ar; 111 - Ar; 112 - Ar; 113 - Ar; 114 - Ar; 115 - Ar; 116 - Ar; 117 - Ar; 118 - Ar; 119 - Ar; 120 - Ar; 121 - Ar; 122 - Ar; 123 - Ar; 124 - Ar; 125 - Ar; 126 - Ar; 127 - Ar; 128 - Ar; 129 - Ar; 130 - Ar; 131 - Ar; 132 - Ar; 133 - Ar; 134 - Ar; 135 - Ar; 136 - Ar; 137 - Ar; 138 - Ar; 139 - Ar; 140 - Ar; 141 - Ar; 142 - Ar; 143 - Ar; 144 - Ar; 145 - Ar; 146 - Ar; 147 - Ar; 148 - Ar; 149 - Ar; 150 - Ar; 151 - Ar; 152 - Ar; 153 - Ar; 154 - Ar; 155 - Ar; 156 - Ar; 157 - Ar; 158 - Ar; 159 - Ar; 160 - Ar; 161 - Ar; 162 - Ar; 163 - Ar; 164 - Ar; 165 - Ar; 166 - Ar; 167 - Ar; 168 - Ar; 169 - Ar; 170 - Ar; 171 - Ar; 172 - Ar; 173 - Ar; 174 - Ar; 175 - Ar; 176 - Ar; 177 - Ar; 178 - Ar; 179 - Ar; 180 - Ar; 181 - Ar; 182 - Ar; 183 - Ar; 184 - Ar; 185 - Ar; 186 - Ar; 187 - Ar; 188 - Ar; 189 - Ar; 190 - Ar; 191 - Ar; 192 - Ar; 193 - Ar; 194 - Ar; 195 - Ar; 196 - Ar; 197 - Ar; 198 - Ar; 199 - Ar; 200 - Ar; 201 - Ar; 202 - Ar; 203 - Ar; 204 - Ar; 205 - Ar; 206 - Ar; 207 - Ar; 208 - Ar; 209 - Ar; 210 - Ar; 211 - Ar; 212 - Ar; 213 - Ar; 214 - Ar; 215 - Ar; 216 - Ar; 217 - Ar; 218 - Ar; 219 - Ar; 220 - Ar; 221 - Ar; 222 - Ar; 223 - Ar; 224 - Ar; 225 - Ar; 226 - Ar; 227 - Ar; 228 - Ar; 229 - Ar; 230 - Ar; 231 - Ar; 232 - Ar; 233 - Ar; 234 - Ar; 235 - Ar; 236 - Ar; 237 - Ar; 238 - Ar; 239 - Ar; 240 - Ar; 241 - Ar; 242 - Ar; 243 - Ar; 244 - Ar; 245 - Ar; 246 - Ar; 247 - Ar; 248 - Ar; 249 - Ar; 250 - Ar; 251 - Ar; 252 - Ar; 253 - Ar; 254 - Ar; 255 - Ar; 256 - Ar; 257 - Ar; 258 - Ar; 259 - Ar; 260 - Ar; 261 - Ar; 262 - Ar; 263 - Ar; 264 - Ar; 265 - Ar; 266 - Ar; 267 - Ar; 268 - Ar; 269 - Ar; 270 - Ar; 271 - Ar; 272 - Ar; 273 - Ar; 274 - Ar; 275 - Ar; 276 - Ar; 277 - Ar; 278 - Ar; 279 - Ar; 280 - Ar; 281 - Ar; 282 - Ar; 283 - Ar; 284 - Ar; 285 - Ar; 286 - Ar; 287 - Ar; 288 - Ar; 289 - Ar; 290 - Ar; 291 - Ar; 292 - Ar; 293 - Ar; 294 - Ar; 295 - Ar; 296 - Ar; 297 - Ar; 298 - Ar; 299 - Ar; 300 - Ar; 301 - Ar; 302 - Ar; 303 - Ar; 304 - Ar; 305 - Ar; 306 - Ar; 307 - Ar; 308 - Ar; 309 - Ar; 310 - Ar; 311 - Ar; 312 - Ar; 313 - Ar; 314 - Ar; 315 - Ar; 316 - Ar; 317 - Ar; 318 - Ar; 319 - Ar; 320 - Ar; 321 - Ar; 322 - Ar; 323 - Ar; 324 - Ar; 325 - Ar; 326 - Ar; 327 - Ar; 328 - Ar; 329 - Ar; 330 - Ar; 331 - Ar; 332 - Ar; 333 - Ar; 334 - Ar; 335 - Ar; 336 - Ar; 337 - Ar; 338 - Ar; 339 - Ar; 340 - Ar; 341 - Ar; 342 - Ar; 343 - Ar; 344 - Ar; 345 - Ar; 346 - Ar; 347 - Ar; 348 - Ar; 349 - Ar; 350 - Ar; 351 - Ar; 352 - Ar; 353 - Ar; 354 - Ar; 355 - Ar; 356 - Ar; 357 - Ar; 358 - Ar; 359 - Ar; 360 - Ar; 361 - Ar; 362 - Ar; 363 - Ar; 364 - Ar; 365 - Ar; 366 - Ar; 367 - Ar; 368 - Ar; 369 - Ar; 370 - Ar; 371 - Ar; 372 - Ar; 373 - Ar; 374 - Ar; 375 - Ar; 376 - Ar; 377 - Ar; 378 - Ar; 379 - Ar; 380 - Ar; 381 - Ar; 382 - Ar; 383 - Ar; 384 - Ar; 385 - Ar; 386 - Ar; 387 - Ar; 388 - Ar; 389 - Ar; 390 - Ar; 391 - Ar; 392 - Ar; 393 - Ar; 394 - Ar; 395 - Ar; 396 - Ar; 397 - Ar; 398 - Ar; 399 - Ar; 400 - Ar; 401 - Ar; 402 - Ar; 403 - Ar; 404 - Ar; 405 - Ar; 406 - Ar; 407 - Ar; 408 - Ar; 409 - Ar; 410 - Ar; 411 - Ar; 412 - Ar; 413 - Ar; 414 - Ar; 415 - Ar; 416 - Ar; 417 - Ar; 418 - Ar; 419 - Ar; 420 - Ar; 421 - Ar; 422 - Ar; 423 - Ar; 424 - Ar; 425 - Ar; 426 - Ar; 427 - Ar; 428 - Ar; 429 - Ar; 430 - Ar; 431 - Ar; 432 - Ar; 433 - Ar; 434 - Ar; 435 - Ar; 436 - Ar; 437 - Ar; 438 - Ar; 439 - Ar; 440 - Ar; 441 - Ar; 442 - Ar; 443 - Ar; 444 - Ar; 445 - Ar; 446 - Ar; 447 - Ar; 448 - Ar; 449 - Ar; 450 - Ar; 451 - Ar; 452 - Ar; 453 - Ar; 454 - Ar; 455 - Ar; 456 - Ar; 457 - Ar; 458 - Ar; 459 - Ar; 460 - Ar; 461 - Ar; 462 - Ar; 463 - Ar; 464 - Ar; 465 - Ar; 466 - Ar; 467 - Ar; 468 - Ar; 469 - Ar; 470 - Ar; 471 - Ar; 472 - Ar; 473 - Ar; 474 - Ar; 475 - Ar; 476 - Ar; 477 - Ar; 478 - Ar; 479 - Ar; 480 - Ar; 481 - Ar; 482 - Ar; 483 - Ar; 484 - Ar; 485 - Ar; 486 - Ar; 487 - Ar; 488 - Ar; 489 - Ar; 490 - Ar; 491 - Ar; 492 - Ar; 493 - Ar; 494 - Ar; 495 - Ar; 496 - Ar; 497 - Ar; 498 - Ar; 499 - Ar; 500 - Ar; 501 - Ar; 502 - Ar; 503 - Ar; 504 - Ar; 505 - Ar; 506 - Ar; 507 - Ar; 508 - Ar; 509 - Ar; 510 - Ar; 511 - Ar; 512 - Ar; 513 - Ar; 514 - Ar; 515 - Ar; 516 - Ar; 517 - Ar; 518 - Ar; 519 - Ar; 520 - Ar; 521 - Ar; 522 - Ar; 523 - Ar; 524 - Ar; 525 - Ar; 526 - Ar; 527 - Ar; 528 - Ar; 529 - Ar; 530 - Ar; 531 - Ar; 532 - Ar; 533 - Ar; 534 - Ar; 535 - Ar; 536 - Ar; 537 - Ar; 538 - Ar; 539 - Ar; 540 - Ar; 541 - Ar; 542 - Ar; 543 - Ar; 544 - Ar; 545 - Ar; 546 - Ar; 547 - Ar; 548 - Ar; 549 - Ar; 550 - Ar; 551 - Ar; 552 - Ar; 553 - Ar; 554 - Ar; 555 - Ar; 556 - Ar; 557 - Ar; 558 - Ar; 559 - Ar; 560 - Ar; 561 - Ar; 562 - Ar; 563 - Ar; 564 - Ar; 565 - Ar; 566 - Ar; 567 - Ar; 568 - Ar; 569 - Ar; 570 - Ar; 571 - Ar; 572 - Ar; 573 - Ar; 574 - Ar; 575 - Ar; 576 - Ar; 577 - Ar; 578 - Ar; 579 - Ar; 580 - Ar; 581 - Ar; 582 - Ar; 583 - Ar; 584 - Ar; 585 - Ar; 586 - Ar; 587 - Ar; 588 - Ar; 589 - Ar; 590 - Ar; 591 - Ar; 592 - Ar; 593 - Ar; 594 - Ar; 595 - Ar; 596 - Ar; 597 - Ar; 598 - Ar; 599 - Ar; 600 - Ar; 601 - Ar; 602 - Ar; 603 - Ar; 604 - Ar; 605 - Ar; 606 - Ar; 607 - Ar; 608 - Ar; 609 - Ar; 610 - Ar; 611 - Ar; 612 - Ar; 613 - Ar; 614 - Ar; 615 - Ar; 616 - Ar; 617 - Ar; 618 - Ar; 619 - Ar; 620 - Ar; 621 - Ar; 622 - Ar; 623 - Ar; 624 - Ar; 625 - Ar; 626 - Ar; 627 - Ar; 628 - Ar; 629 - Ar; 630 - Ar; 631 - Ar; 632 - Ar; 633 - Ar; 634 - Ar; 635 - Ar; 636 - Ar; 637 - Ar; 638 - Ar; 639 - Ar; 640 - Ar; 641 - Ar; 642 - Ar; 643 - Ar; 644 - Ar; 645 - Ar; 646 - Ar; 647 - Ar; 648 - Ar; 649 - Ar; 650 - Ar; 651 - Ar; 652 - Ar; 653 - Ar; 654 - Ar; 655 - Ar; 656 - Ar; 657 - Ar; 658 - Ar; 659 - Ar; 660 - Ar; 661 - Ar; 662 - Ar; 663 - Ar; 664 - Ar; 665 - Ar; 666 - Ar; 667 - Ar; 668 - Ar; 669 - Ar; 670 - Ar; 671 - Ar; 672 - Ar; 673 - Ar; 674 - Ar; 675 - Ar; 676 - Ar; 677 - Ar; 678 - Ar; 679 - Ar; 680 - Ar; 681 - Ar; 682 - Ar; 683 - Ar; 684 - Ar; 685 - Ar; 686 - Ar; 687 - Ar; 688 - Ar; 689 - Ar; 690 - Ar; 691 - Ar; 692 - Ar; 693 - Ar; 694 - Ar; 695 - Ar; 696 - Ar; 697 - Ar; 698 - Ar; 699 - Ar; 700 - Ar; 701 - Ar; 702 - Ar; 703 - Ar; 704 - Ar; 705 - Ar; 706 - Ar; 707 - Ar; 708 - Ar; 709 - Ar; 710 - Ar; 711 - Ar; 712 - Ar; 713 - Ar; 714 - Ar; 715 - Ar; 716 - Ar; 717 - Ar; 718 - Ar; 719 - Ar; 720 - Ar; 721 - Ar; 722 - Ar; 723 - Ar; 724 - Ar; 725 - Ar; 726 - Ar; 727 - Ar; 728 - Ar; 729 - Ar; 730 - Ar; 731 - Ar; 732 - Ar; 733 - Ar; 734 - Ar; 735 - Ar; 736 - Ar; 737 - Ar; 738 - Ar; 739 - Ar; 740 - Ar; 741 - Ar; 742 - Ar; 743 - Ar; 744 - Ar; 745 - Ar; 746 - Ar; 747 - Ar; 748 - Ar; 749 - Ar; 750 - Ar; 751 - Ar; 752 - Ar; 753 - Ar; 754 - Ar; 755 - Ar; 756 - Ar; 757 - Ar; 758 - Ar; 759 - Ar; 760 - Ar; 761 - Ar; 762 - Ar; 763 - Ar; 764 - Ar; 765 - Ar; 766 - Ar; 767 - Ar; 768 - Ar; 769 - Ar; 770 - Ar; 771 - Ar; 772 - Ar; 773 - Ar; 774 - Ar; 775 - Ar; 776 - Ar; 777 - Ar; 778 - Ar; 779 - Ar; 780 - Ar; 781 - Ar; 782 - Ar; 783 - Ar; 784 - Ar; 785 - Ar; 786 - Ar; 787 - Ar; 788 - Ar; 789 - Ar; 790 - Ar; 791 - Ar; 792 - Ar; 793 - Ar; 794 - Ar; 795 - Ar; 796 - Ar; 797 - Ar; 798 - Ar; 799 - Ar; 800 - Ar; 801 - Ar; 802 - Ar; 803 - Ar; 804 - Ar; 805 - Ar; 806 - Ar; 807 - Ar; 808 - Ar; 809 - Ar; 810 - Ar; 811 - Ar; 812 - Ar; 813 - Ar; 814 - Ar; 815 - Ar; 816 - Ar; 817 - Ar; 818 - Ar; 819 - Ar; 820 - Ar; 821 - Ar; 822 - Ar; 823 - Ar; 824 - Ar; 825 - Ar; 826 - Ar; 827 - Ar; 828 - Ar; 829 - Ar; 830 - Ar; 831 - Ar; 832 - Ar; 833 - Ar; 834 - Ar; 835 - Ar; 836 - Ar; 837 - Ar; 838 - Ar; 839 - Ar; 840 - Ar; 841 - Ar; 842 - Ar; 843 - Ar; 844 - Ar; 845 - Ar; 846 - Ar; 847 - Ar; 848 - Ar; 849 - Ar; 850 - Ar; 851 - Ar; 852 - Ar; 853 - Ar; 854 - Ar; 855 - Ar; 856 - Ar; 857 - Ar; 858 - Ar; 859 - Ar; 860 - Ar; 861 - Ar; 862 - Ar; 863 - Ar; 864 - Ar; 865 - Ar; 866 - Ar; 867 - Ar; 868 - Ar; 869 - Ar; 870 - Ar; 871 - Ar; 872 - Ar; 873 - Ar; 874 - Ar; 875 - Ar; 876 - Ar; 877 - Ar; 878 - Ar; 879 - Ar; 880 - Ar; 881 - Ar; 882 - Ar; 883 - Ar; 884 - Ar; 885 - Ar; 886 - Ar; 887 - Ar; 888 - Ar; 889 - Ar; 890 - Ar; 891 - Ar; 892 - Ar; 893 - Ar; 894 - Ar; 895 - Ar; 896 - Ar; 897 - Ar; 898 - Ar; 899 - Ar; 900 - Ar; 901 - Ar; 902 - Ar; 903 - Ar; 904 - Ar; 905 - Ar; 906 - Ar; 907 - Ar; 908 - Ar; 909 - Ar; 910 - Ar; 911 - Ar; 912 - Ar; 913 - Ar; 914 - Ar; 915 - Ar; 916 - Ar; 917 - Ar; 918 - Ar; 919 - Ar; 920 - Ar; 921 - Ar; 922 - Ar; 923 - Ar; 924 - Ar; 925 - Ar; 926 - Ar; 927 - Ar; 928 - Ar; 929 - Ar; 930 - Ar; 931 - Ar; 932 - Ar; 933 - Ar; 934 - Ar; 935 - Ar; 936 - Ar; 937 - Ar; 938 - Ar; 939 - Ar; 940 - Ar; 941 - Ar; 942 - Ar; 943 - Ar; 944 - Ar; 945 - Ar; 946 - Ar; 947 - Ar; 948 - Ar; 949 - Ar; 950 - Ar; 951 - Ar; 952 - Ar; 953 - Ar; 954 - Ar; 955 - Ar; 956 - Ar; 957 - Ar; 958 - Ar; 959 - Ar; 960 - Ar; 961 - Ar; 962 - Ar; 963 - Ar; 964 - Ar; 965 - Ar; 966 - Ar; 967 - Ar; 968 - Ar; 969 - Ar; 970 - Ar; 971 - Ar; 972 - Ar; 973 - Ar; 974 - Ar; 975 - Ar; 976 - Ar; 977 - Ar; 978 - Ar; 979 - Ar; 980 - Ar; 981 - Ar; 982 - Ar; 983 - Ar; 984 - Ar; 985 - Ar; 986 - Ar; 987 - Ar; 988 - Ar; 989 - Ar; 990 - Ar; 991 - Ar; 992 - Ar; 993 - Ar; 994 - Ar; 995 - Ar; 996 - Ar; 997 - Ar; 998 - Ar; 999 - Ar; 1000 - Ar.

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Bancarrota

A notícia veio no Público e dizia que «cerca de 90 por cento das empresas portuguesas declararam prejuízos na actividade desenvolvida em 1996, para efeitos de IRC. E os seus sócios gerentes, para o IRS, declararam vencimentos mensais que oscilam entre o salário mínimo nacional e 70 contos por mês...»

Isto, na primeira página. No caderno interior amiudava-se que «o País vive em prejuízo declarado: segundo uma amostra de cerca de 4000 declarações de empresas nos ramos industrial, comercial e de prestação de serviços, recolhida por quadros do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, cerca de 90 por cento das empresas apresentaram prejuízos na actividade desenvolvida em 1996».

O jornal acrescentava que «desde 1991 que os dados oficiais revelam que o número de empresas que apresentam prejuízos se tornaram dominantes».

Como ironicamente chamava para título a notícia do Público, a fazer fé nestes rendimentos de 90 por cento dos empresários portugueses, vivemos, literalmente, num País em bancarrota declarada.

Qualquer trabalhador por conta de outrem (o tal que não tem qualquer hipótese de ludibriar o fisco) ouve ou lê isto e desata-se a rir, talvez para não chorar.

É que qualquer trabalhador deste País vê claramente visto, com os olhos que utiliza para observar a realidade que o cerca, o que os Sousa Francos e Antónios Guterres não enxergam: as mansões ou as vivendas que os empresários da vizinhança constroem ali mesmo ao lado com «mil contos de rendimento anual», os automóveis de grande cilindrada ou as viagens de férias exóticas com que se mimam a si próprios e respectivos familiares na base do ordenado mínimo que declaram às Finanças.

Tal como qualquer um dos milhões de assalariados que trabalham para esses milhares de empresários sabe, do que todos os dias vê entrar por um lado e sair pelo outro com uma passagem na tesouraria, que as empresas dos seus patrões resvalam diariamente para a falência.

Aliás, com tais declarações de rendimentos da nossa diligente «iniciativa privada», somos forçados a concluir que os empresários portugueses são ainda mais brancos e atrasados do que os pintam: de há uns anos a esta parte, os seus esforços vão todos para o supremo objectivo de ter prejuízos.

Este escândalo, agora cruamente exposto à luz do dia, infelizmente só confirma o que há muito vinha sendo denunciado - que o Orçamento de Estado vive quase exclusivamente do que esportula aos trabalhadores. Na outra ponta do balancé, a que está no chão mantendo quem trabalha a espernear aflições no ar, estão alapados estes senhores todos, engordando panças e contas bancárias já não apenas com a exploração desenfreada que dirigem, mas também com a locupletação de obrigações fiscais de inimagináveis centenas de milhões de contos, tantas que não se sabe se igualam ou ultrapassam as que são implacavelmente descontadas aos trabalhadores no seu conjunto.

Esta situação fiscal é suicida, até do ponto de vista capitalista. Onde é que em França ou na Alemanha, na Inglaterra ou nos EUA, no Japão ou até em Espanha, se admite um escândalo destes?!... Como é possível aguentar um Estado moderno, mesmo em regime capitalista e explorador, que faz das suas próprias regras um livre trânsito para os detentores da economia?

Só num Congo de Mobutu, numa Indonésia de Suharto, num Chile de Pinochet.

Na Europa que tanto obceca os nossos governantes, a fuga ao fisco combate-se com prisão efectiva, sobretudo quando a fuga é grande e o prevaricador importante.

No Portugal de Cavaco e de Guterres, a fuga ao fisco estimula-se com a impunidade diluída, exclusivamente quando as fugas são generalizadas e os prevaricadores importantes.

O Governo do PS, tão igual aos do PSD na obsessão das performances europeias, tem aqui uma de estalo.

Em matéria fiscal somos, na Comunidade, (também) a maior das vergonhas.

■ HC

Festru alerta para estado dos transportes

Reagindo aos recentes acidentes que envolveram autocarros da Vimeca, a Festru (Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos) exige medidas preventivas respeitantes a acidentes com viaturas de transporte público de passageiros.

«Um acidente é um acidente, mas não deixa de ser excessiva coincidência o facto de também esta viatura ter uma idade de 17 anos», lê-se num comunicado de imprensa.

A Festru questiona as razões pelas quais os motoristas trabalham mais de 14 horas regulares por dia e autocarros com mais de 10 anos continuam a circular. E pergunta: «Como é possível que depois da destruição da Rodoviária Nacional se tenha reduzido em mais de 50 por cento o número



de trabalhadores da manutenção, com frotas com 16 anos de idade média?»

A federação sublinha o facto de que são as próprias empresas

que fazem as inspeções obrigatórias, através de empresas das quais são proprietárias.

E os sindicalistas comentam: «ainda bem, para o bem

dos utentes, que o trânsito nos centros urbanos é caótico e determina que a velocidade comercial seja baixa, senão o que seria...».

Município de Almada esbulhado de competências

A Comissão Concelhia de Almada do PCP veio, em nota de Imprensa, repor a verdade dos factos sobre o realojamento dos moradores do Bairro da Quinta do Valdeão, afirmando que o que se passa não tem nada a ver com um pretensão «confronto entre o Município de Almada e o IGAPHE», mas de «esbulho de com-

petências (legalmente atribuídas às autarquias e só a elas) por parte do Governo».

E esclarece: «Tal como acontece com mais de 2/3 das barracas existentes no Concelho de Almada, Valdeão também se encontra em terreno que é propriedade do Governo, estando, neste caso, a gestão dos terrenos a cargo do

IGAPHE. Quando, em Maio de 1994, a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a adesão de Almada ao Plano Especial de Realojamento (PER), também reivindicou do Governo que fosse tida em conta a situação específica de Almada, em que 2/3 das barracas era da sua (do Governo) responsabilidade, pois encontravam-se em terreno da sua propriedade», exigindo mais recentemente o realojamento prioritário destes cidadãos.

Entretanto «a zona do ex-PIA é propriedade e jurisdição governamental, tendo a Câmara de Almada sido totalmente espoliada da possibilidade de nela intervir», situação que se agravou com o actual Governo PS ao ilegalmente «esbulhar a Câmara de todas as competências autárquicas, em

que se destacam as de planeamento e ordenamento do território», negando provimento às demonstradas irregularidades do ex-PIA e ratificando o PDM com exclusão do ex-PIA.

Segundo os comunistas, a Câmara de Almada, que entretanto pôs o Governo em Tribunal, tem-se «pautado sempre por uma postura dialogante com o Governo» do PS mas, em resposta, tem tido o «poder da força utilizado ao serviço de uma visão estreita e mesquinha de partidocracia, acima dos reais interesses das populações», pelo que «responsabiliza o Governo pelas consequências da situação criada», ao mesmo tempo que apela ao bom senso e ao diálogo e exige que «seja reposta a legalidade democrática».

Encontro da Esquerda Europeia em Madrid

Realiza-se no próximo fim-de-semana, em Madrid, um «Encontro de Forças Progressistas e de Esquerda da Europa», que contará com a participação de cerca de vinte organizações de vários países europeus, que integram ou colaboram regularmente com o Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica.

A delegação do PCP a Madrid é composta por Carlos Carvalhas, secretário-geral, Albano Nunes, membro do secretariado do Comité Central, e Joaquim Miranda, do CC e deputado no Parlamento Europeu.

No sábado, as delegações participantes irão debater o processo de integração europeia e os problemas da segurança europeia, no espírito da campanha «Que os povos decidam o futuro da Europa».

No dia seguinte, no domingo, decorre um acto público no Palácio dos Desportos de Leganés, com intervenções de todas as delegações presentes no encontro, nomeadamente do PCP por Carlos Carvalhas.



Encontro PCP-AIP

Uma delegação da Associação Industrial Portuense, chefiada pelo seu presidente, Ludgero Marques, foi recebida, a seu pedido, por uma delegação do PCP dirigida por Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP. O encontro realizou-se na sede do PCP em Lisboa.

Ilegalidades na Makro

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPCES) veio a público protestar contra a abertura ao domingo da Makro, empresa da grande distribuição grossista.

«A Makro, sem avisar ninguém, presta-se a violar os direitos de centenas de trabalhadores que tem ao seu serviço e que mantêm com a empresa contratos de trabalho que não prevêm o trabalho ao domingo», afirma a FEPCES, num comunicado à imprensa.

«A Makro apresta-se assim para obrigar os trabalhadores a violar os seus próprios contratos individuais, já que, desde a sua implantação em Portugal, a empresa tem vindo a laborar de segunda a sábado e por isso os contratos individuais de traba-

lho não consagram o trabalho ao domingo», acrescenta.

Divulgando que vai levar a cabo uma acção de esclarecimento junto dos trabalhadores da firma, a Federação acusa ainda a empresa de fugir à negociação de um contrato colectivo próprio com a FEPCES.

Actualmente, os contratos do pessoal a trabalhar para a Makro não autorizam o trabalho para além das 13 horas de sábado. A FEPCES exigiu já que a Inspeção Geral do Trabalho actue no sentido de obrigar a empresa a cumprir a legislação em vigor.

